



Dinâmica e Tendências Recentes da Economia Brasileira

Brasília, Fevereiro 2013



Dinâmica e Tendências Recentes da Economia Brasileira

Equipe Técnica

Responsável:
Gerson Gomes

Edição Gráfica:
Carlos Antonio Silva da Cruz

Os juízos e opiniões emitidas neste documento são de exclusiva responsabilidade do autor.

RESUMO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

I – DIFICULDADES (resultantes da convergência de três conjuntos de fatores: i) os desajustes associados às mudanças no cenário econômico internacional, amplificados pela crise e seus desdobramentos; ii) os efeitos de arraste do padrão de acumulação da economia sobre a dinâmica do crescimento; e iii) as restrições impostas pelo pacto de governabilidade a transformações mais profundas na estrutura e gestão da economia).

DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA

- **Cenário internacional desfavorável (incertezas, contração dos fluxos de comércio, instabilidade financeira).**
- **Acirramento da concorrência chinesa (maior competitividade resultante do tripé “maior produtividade, menores custos salariais, cambio desvalorizado” e de uma política comercial agressiva, desloca a produção interna – aumento do coeficiente de importações de bens industriais e da participação dos produtos importados no abastecimento doméstico – e as exportações de produtos manufaturados nos nossos principais mercados, a ALADI e os Estados Unidos).**
- **Desaceleração do crescimento industrial.**
- **Acumulação de estoques/capacidade ociosa na indústria.**
- **Déficit tecnológico crescente.**

DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA (continuação)

- **Efeitos da redução da taxa de juros (renda financeira).**
- **Retração do investimento privado.**
- **Restrições à capacidade de investimento do setor público (superávit primário descolado do quadro interno e internacional, restrições regulatórias e problemas de gestão dificultam expansão do investimento público e cumprimento metas PAC).**

AUMENTO DAS PRESSÕES SOBRE O EQUILÍBRIO EXTERNO DA ECONOMIA

- Reprimarização da pauta de exportações acentua dependência da balança comercial em relação aos preços das *commodities*
- Câmbio valorizado, falta de integração da cadeia produtiva em setores estratégicos e mudança na composição do passivo externo tendem a aumentar déficit estrutural da conta de serviços e rendas do BP.
- Redução concomitante do saldo comercial pode elevar déficit nas transações correntes do BP e aumentar a dependência de recursos externos.
- Abertura financeira com crescente peso dos investimentos externos na Bolsa (em sua maioria para valorização patrimonial) e na dívida interna, embora possa gerar efeitos positivos no curto prazo, amplia vulnerabilidade financeira da economia em uma situação de crise externa prolongada.

CRESCENTE INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO

- **Aumento substancial do fluxo de IDE (Brasil é atualmente o 4º maior destino do IDE), mas 56% do total de US\$ 188,3 bilhões, ingressados no período 2005/12, foram destinados a fusões/ aquisições de ativos pré-existentes.**
- **Baixa eficácia do IDE como instrumento de apoio ao esforço interno de investimento devido à falta de políticas adequadas: i) para limitar e regular a transferência do controle acionário de empresas financiadas pelo sistema de crédito público ou que operam em setores críticos (como fazem os EEUU); ii) de regulação e aproveitamento do IDE em função dos objetivos nacionais de desenvolvimento (ao contrário do que faz a China, o Brasil não impõe condicionalidades nem diferencia empresas nacionais e estrangeiras desde as reformas constitucionais de 1995/6).**
- **Desterritorialização, ainda localizada, da produção industrial.**

AMPLIAÇÃO DAS FONTES DE PRESSÃO INFLACIONÁRIA

- **Política monetária dos EEUU, que expande a liquidez internacional e desvaloriza o dólar, elevando os preços internacionais, especialmente dos alimentos e combustíveis.**
- **Dificuldades para desmontar a armadilha da sobrevalorização prolongada da taxa de câmbio.**
- **Dificuldades para ajustar preços administrados, em função de contratos pré-existentes ou de potenciais impactos inflacionários.**
- **Aumento da pressão sobre segmentos do setor serviços associado à expansão da classe média.**

II – AVANÇOS (apesar da crise, a correção de distorções do modelo de política econômica e a ampliação da ação do Estado de apoio e promoção do desenvolvimento criaram condições potenciais para a retomada do crescimento e adequação da economia às novas condições de concorrência internacional. Problemas atuais (baixo crescimento, aumento das pressões inflacionárias e expansão do déficit nas transações correntes), além dos efeitos colaterais da crise externa, refletem desajustes inerentes ao processo de adaptação dos agentes econômicos ao novo padrão de gestão da política econômica e de desenvolvimento industrial do país.

1 . DESESTRUTURAÇÃO DAS BASES DO RENTISMO FINANCEIRO

- **Redução sustentada da taxa básica de juros (SELIC).**
- **Correção do câmbio.**
- **Correção de preços administrados (energia elétrica).**

2. ATENUAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA

- **Redução da defasagem cambial e medidas de estímulo à economia (expansão do consumo e redução dos custos de produção e investimento das empresas).**
- **Correção de distorções associadas ao modelo de mercado autorregulado (estímulos à ampliação do conteúdo local, utilização das compras governamentais como instrumento de política de desenvolvimento, etc).**
- **Política industrial e tecnológica em novo patamar (Plano Brasil Maior, ENCTI).**
- **Encaminhamento de soluções aos problemas da infraestrutura logística e energética.**

3. PRESERVAÇÃO DA SOLIDEZ FINANCEIRA DO SETOR EXTERNO

- **Aumento reservas internacionais.**
- **Endividamento externo em níveis confortáveis.**
- **Manutenção do déficit nas transações correntes dentro de margens administráveis.**
- **Captação de recursos externos a menor custo (EMBI)**

4. FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO INTERNO

- **Expansão do crédito como % PIB.**
- **Ampliação componente público.**
- **Barateamento do crédito na ponta.**
- **Aumento das reservas bancárias.**

5. PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL

- **Redução da relação dívida líquida/PIB.**
- **Redução da conta de juros (4,8% do PIB em 2012).**
- **Redução dos gastos com pessoal como proporção do PIB.**
- **Déficit nominal em níveis administráveis e muito inferiores aos vigentes nos países avançados.**

6. PRESERVAÇÃO DA ESTABILIDADE RELATIVA DOS PREÇOS INTERNOS

- **Manutenção da taxa de inflação dentro das margens do sistema de metas.**
- **Acomodação da política monetária à política anticíclica e utilização de novos instrumentos de controle da inflação (estoques reguladores de alimentos, por exemplo).**
- **Núcleo da inflação (ex-alimentos e combustíveis) em trajetória de convergência ao centro da meta.**

7. CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

- **Diminuição sustentada do desemprego aberto.**
- **Aumento do salário-mínimo e da renda média dos ocupados.**
- **Aumento da participação da massa salarial no PIB.**
- **Aumento do índice de formalização do emprego e de cobertura previdenciária da população.**
- **Ampliação da cobertura das políticas de transferência de renda.**
- **Avanços na erradicação da miséria.**
- **Expansão do acesso a serviços sociais básicos (educação, por exemplo)**

III – PERSPECTIVAS

- 1. CENÁRIO EXTERNO** continua marcado por tendências negativas de lento crescimento, aumento do desemprego e agravamento da crise social na Europa e nos Estados Unidos (embora os mais otimistas achem que o pior já passou, dado que os Estados Unidos adiaram o chamado “abismo fiscal” e o Euro conseguiu sobreviver até agora). Crescimento da economia e do comércio mundiais serão basicamente determinados pelos “emergentes”, em especial pela China. Políticas de desvalorização cambial praticadas pelos Estados Unidos e pela EU transferem para as economias emergentes e as periféricas parte do custo do ajuste dos países centrais. Permanência de desequilíbrios fiscais nestes países tendem a afetar negativamente o processo de recuperação econômica.

III – PERSPECTIVAS

2. CENÁRIO INTERNO, ao contrário, deve modificar-se positivamente em função do conjunto de políticas de estímulo ao crescimento, aumento da competitividade e fortalecimento do mercado interno implementadas pelo Governo. Consultas ao BNDES aumentaram 65% em relação a 2011, atingindo a cifra de R\$ 205 bilhões. Indicadores de atividade do BC apontam tendência de expansão no primeiro trimestre de 2013. Investimento público em trajetória de alta produzirá impactos positivos a prazo médio. Recuperação de mercados externos de produtos manufaturados, câmbio mais favorável e desova de estoques em 2012 deverão impulsar produção industrial em 2013. Sustentabilidade dos efeitos positivos das políticas adotadas depende de modificações em parâmetros estruturais e de regulação da economia, especialmente em relação ao capital estrangeiro, aos grandes conglomerados já existentes, ao financiamento público da produção e dos investimentos, à transformação tecnológica do sistema produtivo, e à utilização e controle dos recursos naturais.

INDICADORES

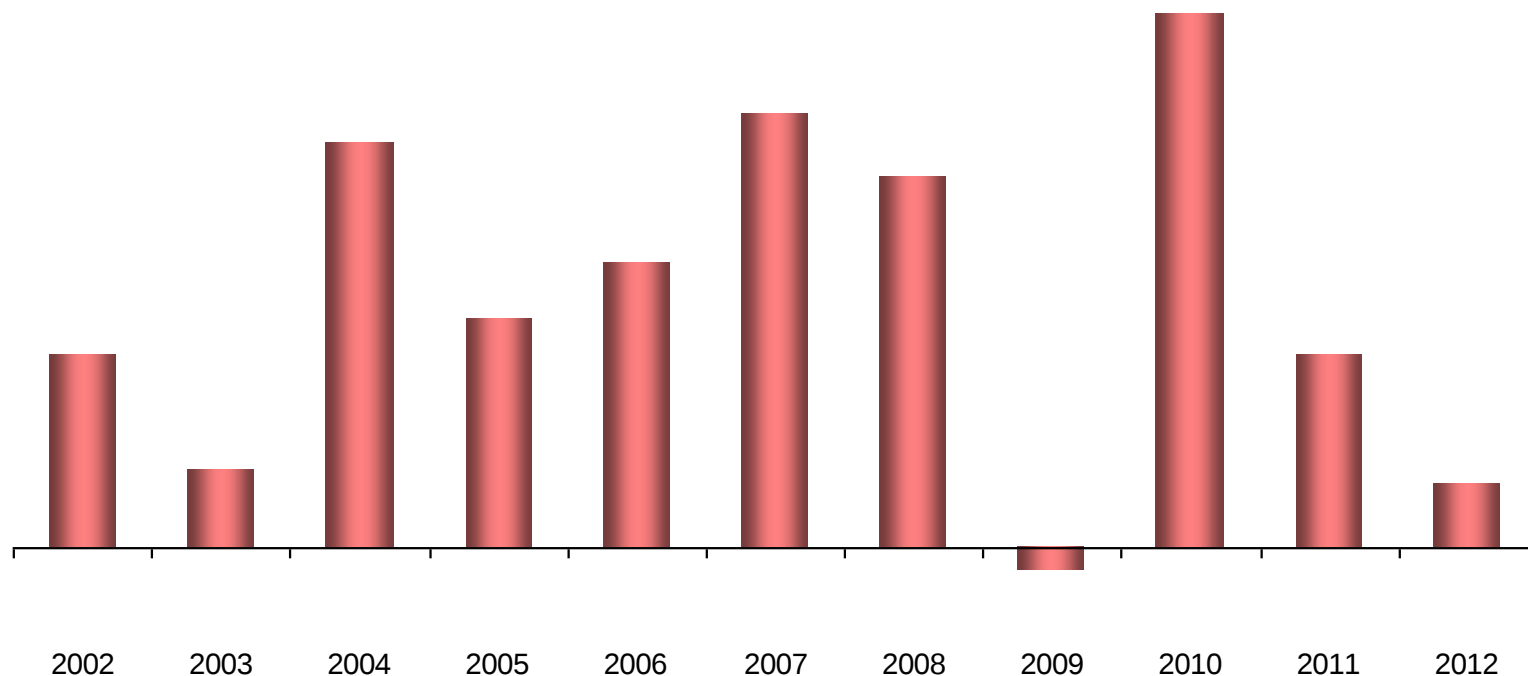
ATIVIDADE ECONÔMICA

MEMO:

CRESCIMENTO DO PIB

Acumulado 2003/2012= **42,6%**
Média 2003/2012= **3,6%**

Período	% a.a.
1999	0,3
2000	4,3
2001	1,3
2002	2,7
2003	1,1
2004	5,7
2005	3,2
2006	4,0
2007	6,1
2008	5,2
2009	-0,3
2010	7,5
2011	2,7
2012	0,9



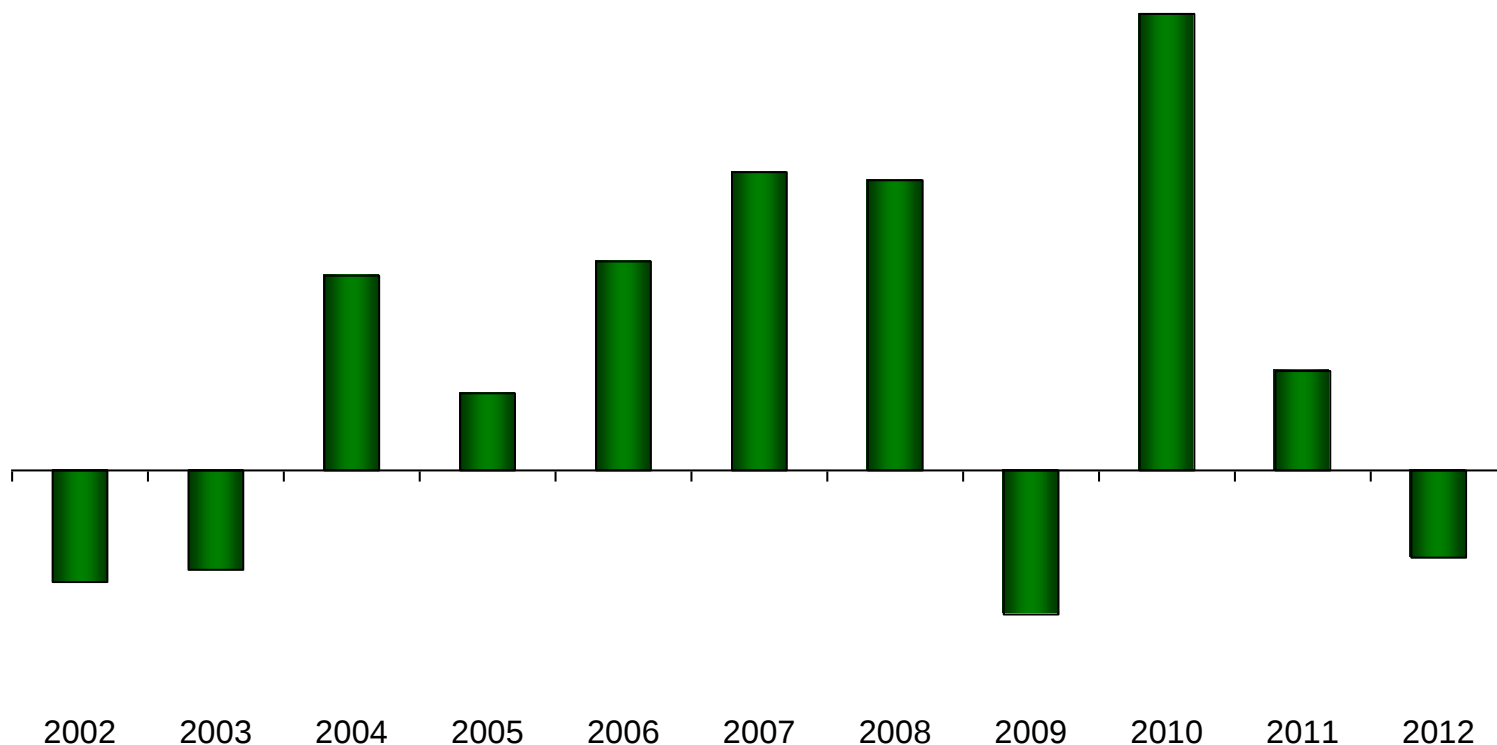
Fonte: IBGE

MEMO:

Período	% a.a.
1999	-8,2
2000	5,0
2001	0,4
2002	-5,2
2003	-4,6
2004	9,1
2005	3,6
2006	9,8
2007	13,9
2008	13,6
2009	-6,7
2010	21,3
2011	4,7
2012	-4,0

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Acumulado 2003/2012= 74,3%
Média 2003/2012= 5,7%

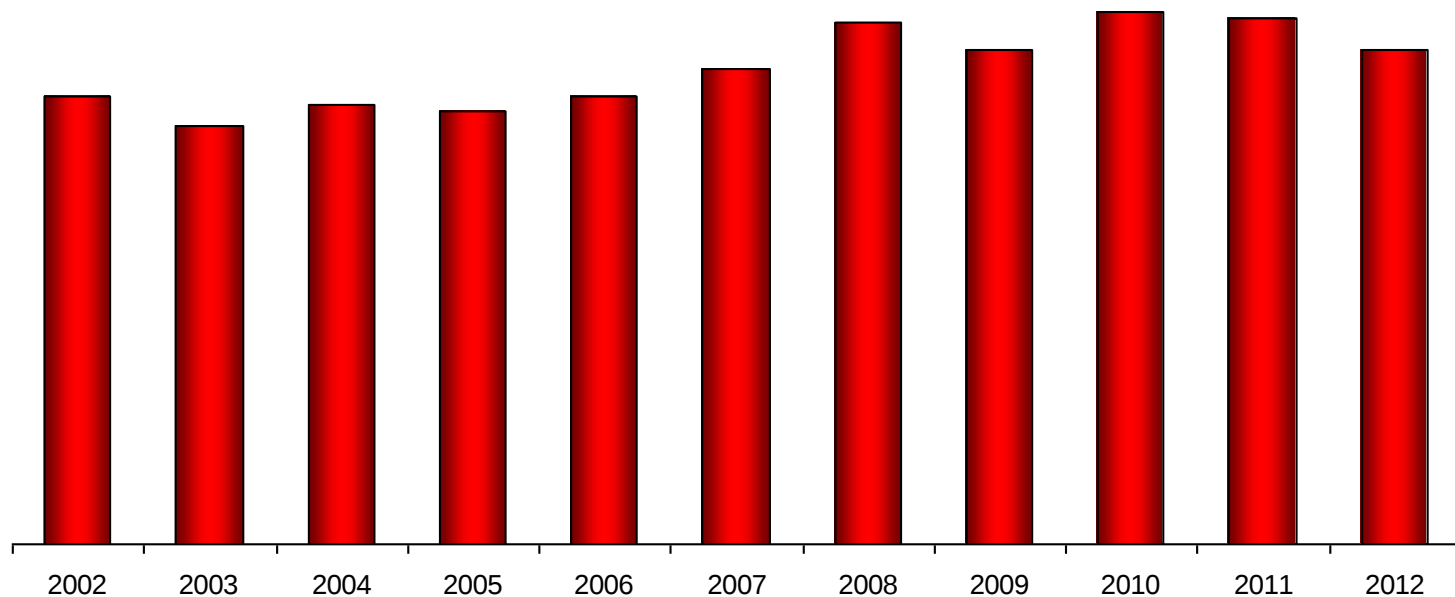


Fonte: IBGE

MEMO:

% do PIB	
1999	15,7
2000	16,8
2001	17,0
2002	16,4
2003	15,3
2004	16,1
2005	15,9
2006	16,4
2007	17,4
2008	19,1
2009	18,1
2010	19,5
2011	19,3
2012	18,1

TAXA DE INVESTIMENTOS A PREÇOS CORRENTES % do PIB



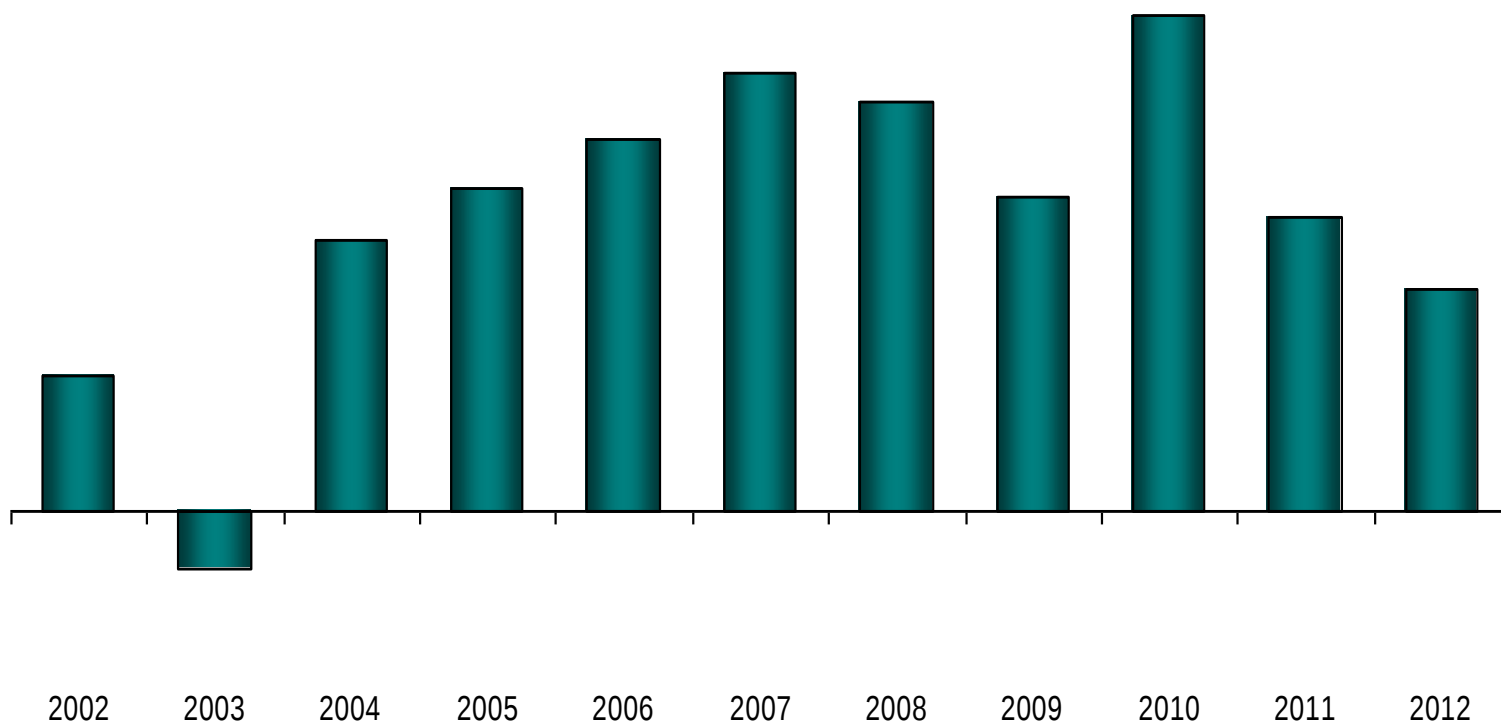
Fonte: IBGE

M E M O:

CONSUMO DAS FAMÍLIAS % a.a

Acumulado 2003/2012= **53,2%**
Média 2003/2012= **4,4%**

Período	% a.a
1999	0,4
2000	4,0
2001	0,7
2002	1,9
2003	-0,8
2004	3,8
2005	4,5
2006	5,2
2007	6,1
2008	5,7
2009	4,4
2010	6,9
2011	4,1
2012	3,1



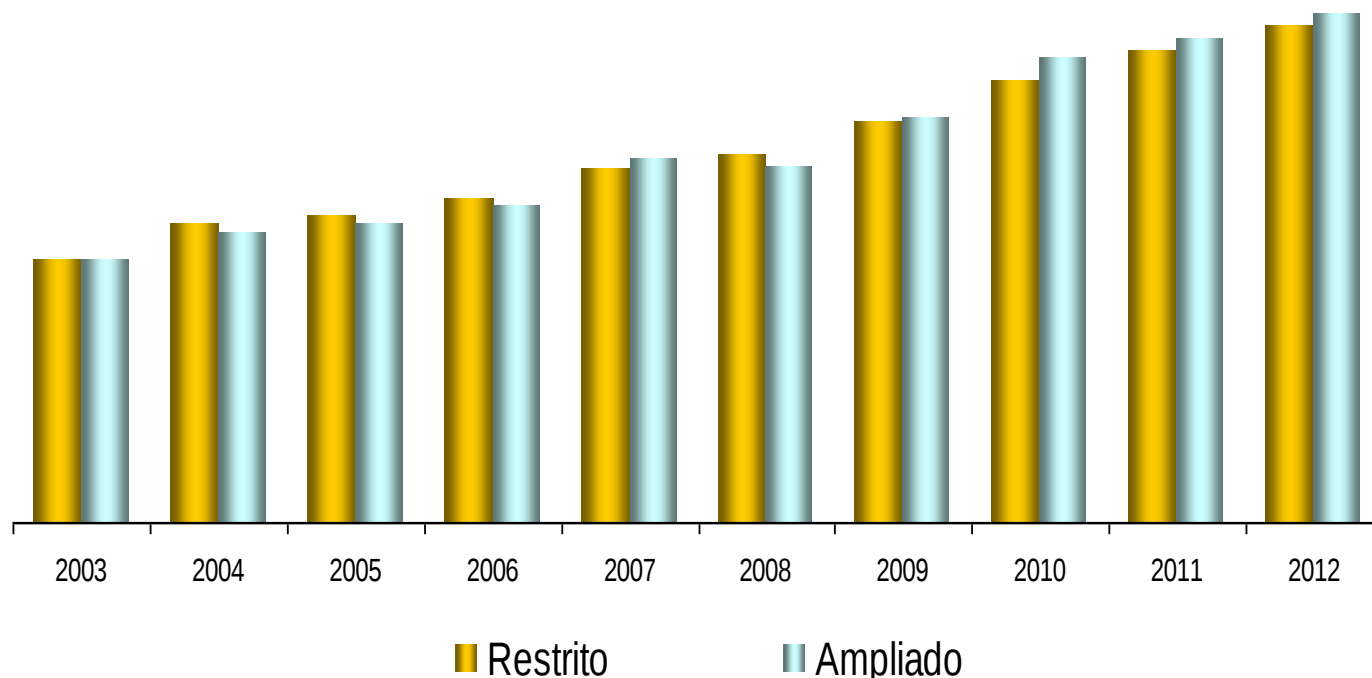
Fonte: IBGE

MEMO:

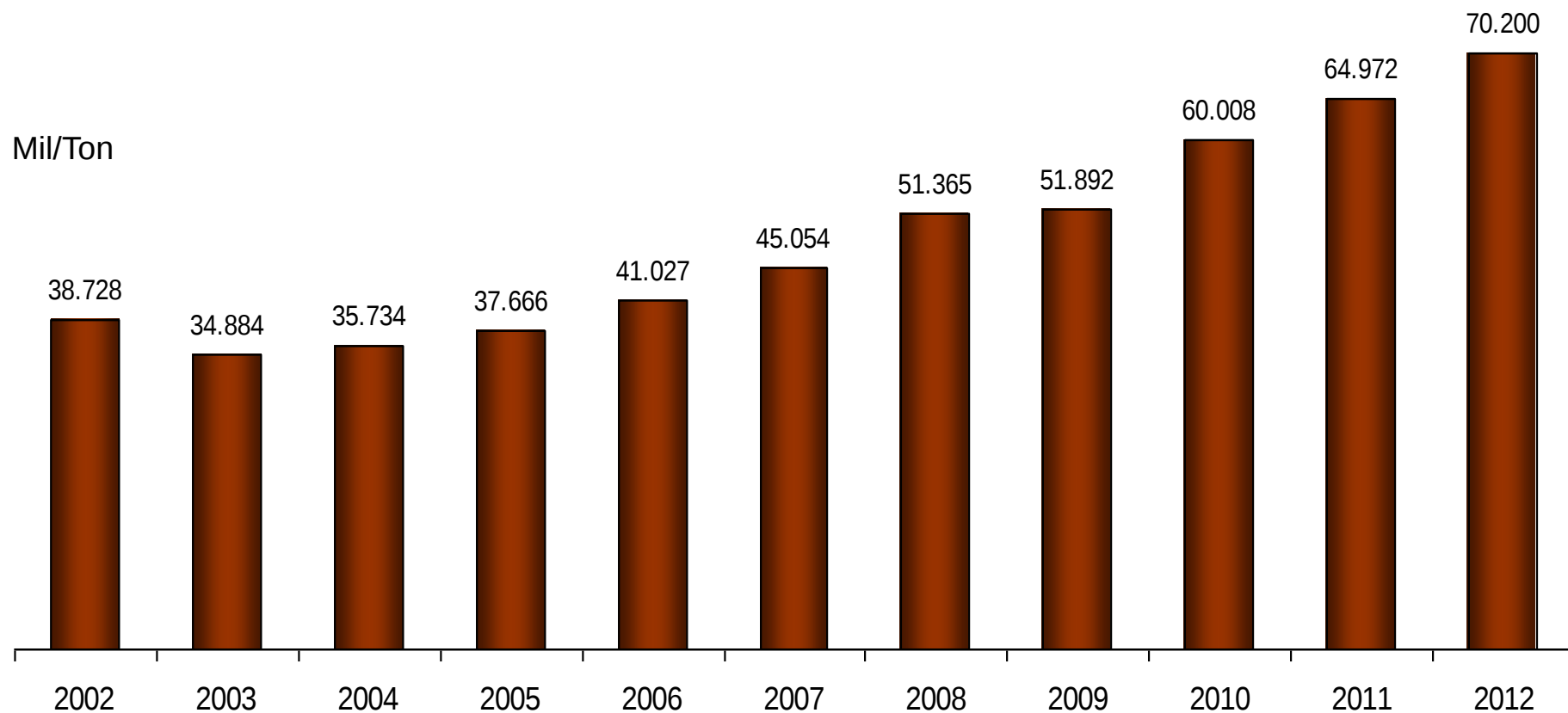
	Índices Ano Base 2003= 100	
	Restrito	Ampliado
2003	100,0	100,0
2004	114,4	110,7
2005	116,9	114,3
2006	123,6	121,1
2007	135,2	138,9
2008	140,4	135,5
2009	153,3	154,4
2010	169,0	177,6
2011	180,3	185,3
2012	189,4	194,1

Fonte: IPEADATA

ÍNDICE DE VENDAS REAIS NO VAREJO **RESTRITO E AMPLIADO**



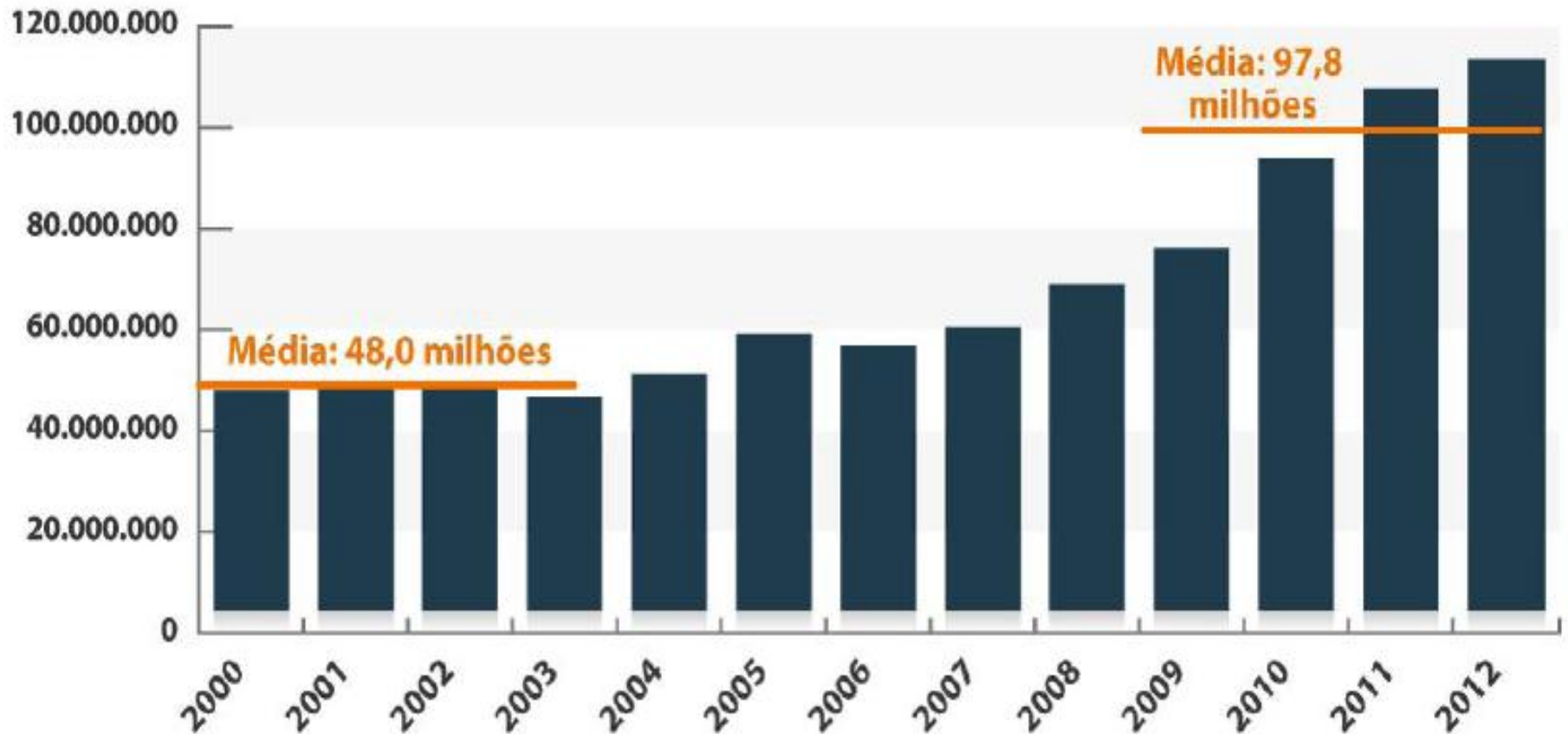
VENDAS DE CIMENTO



Fonte: www.cimento.org.br

AUMENTA A DEMANDA NO SETOR AÉREO

Em quantidade de passageiros

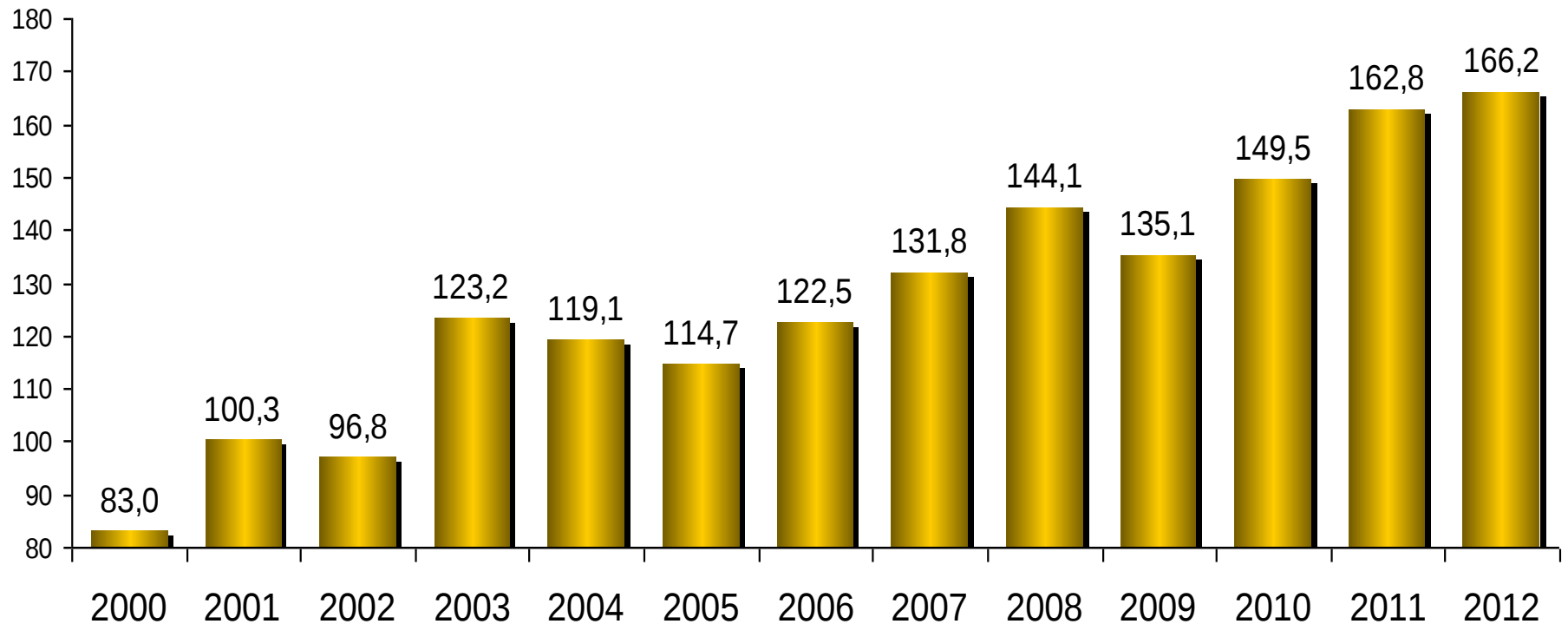


Fonte: Apresentação do ministro Guido Mantega - A economia brasileira e oportunidades de investimento – 05/03/2013

PRODUÇÃO DE GRÃOS

Crescimento acumulado
2010-2012 / 2000-2002= **70,8%**

Milhões de Ton

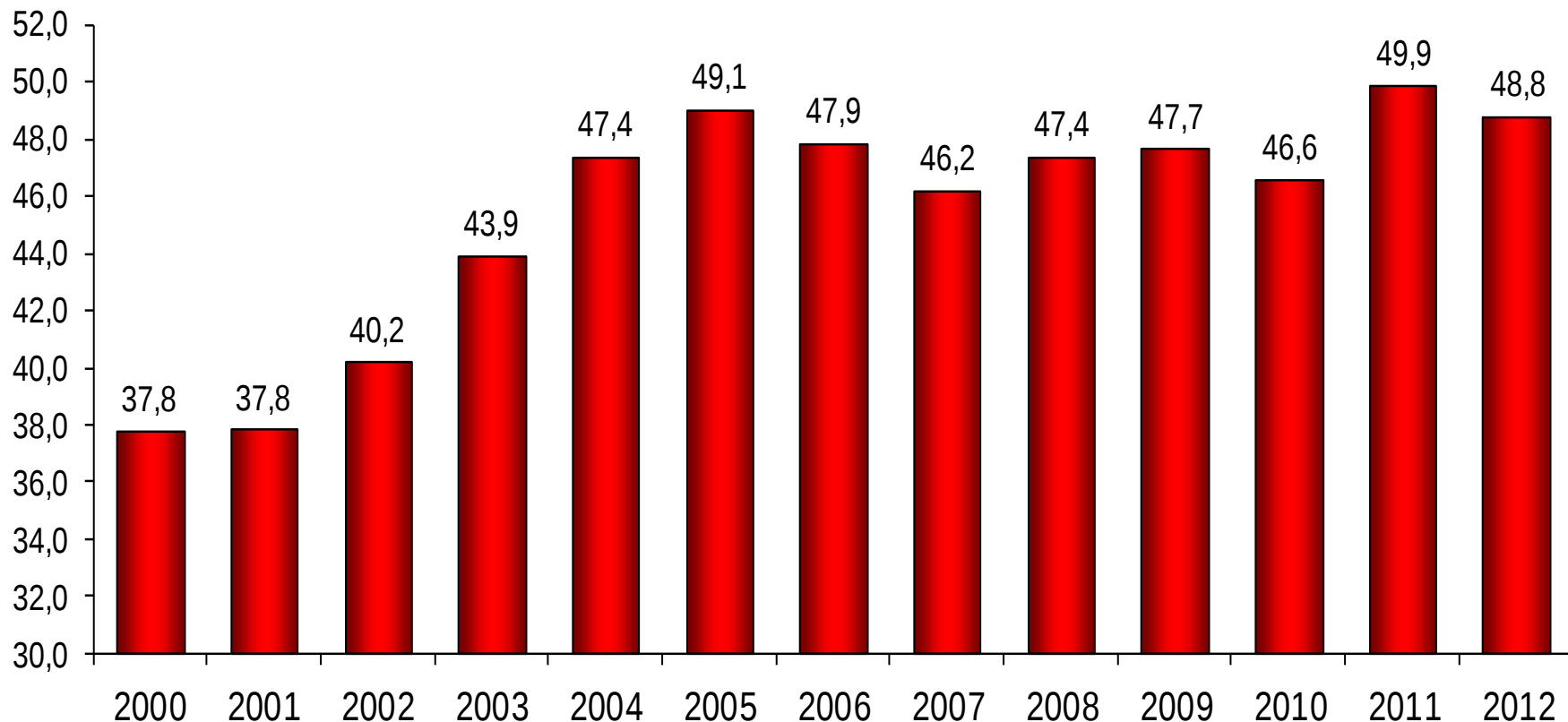


Fonte: CONAB

ÁREA UTILIZADA EM GRÃOS

Milhões de Ha

Crescimento acumulado
2010-2012 / 2000-2002 = **25,5%**

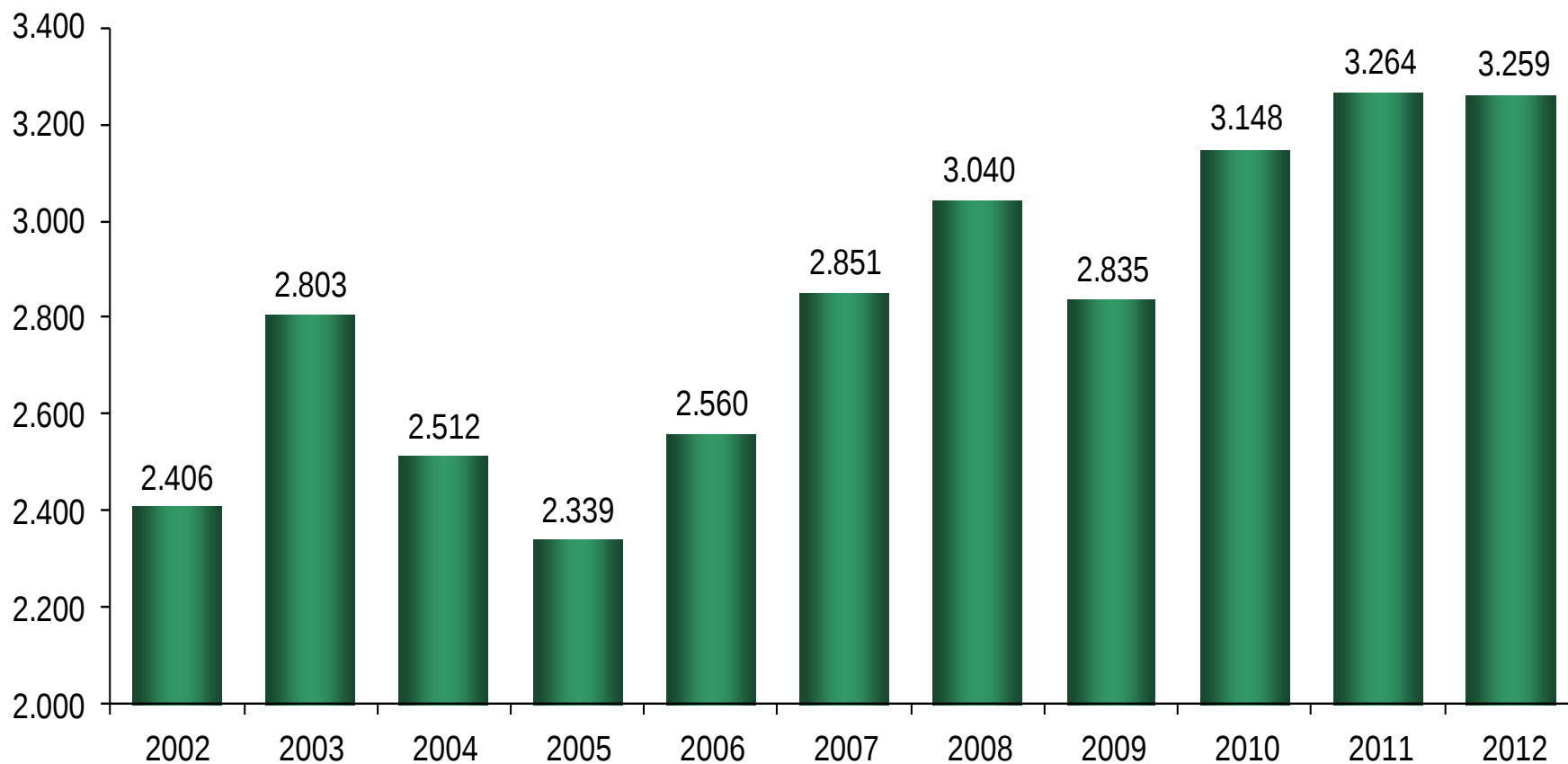


Fonte: CONAB

PRODUTIVIDADE – GRÃOS

Em KG por HA

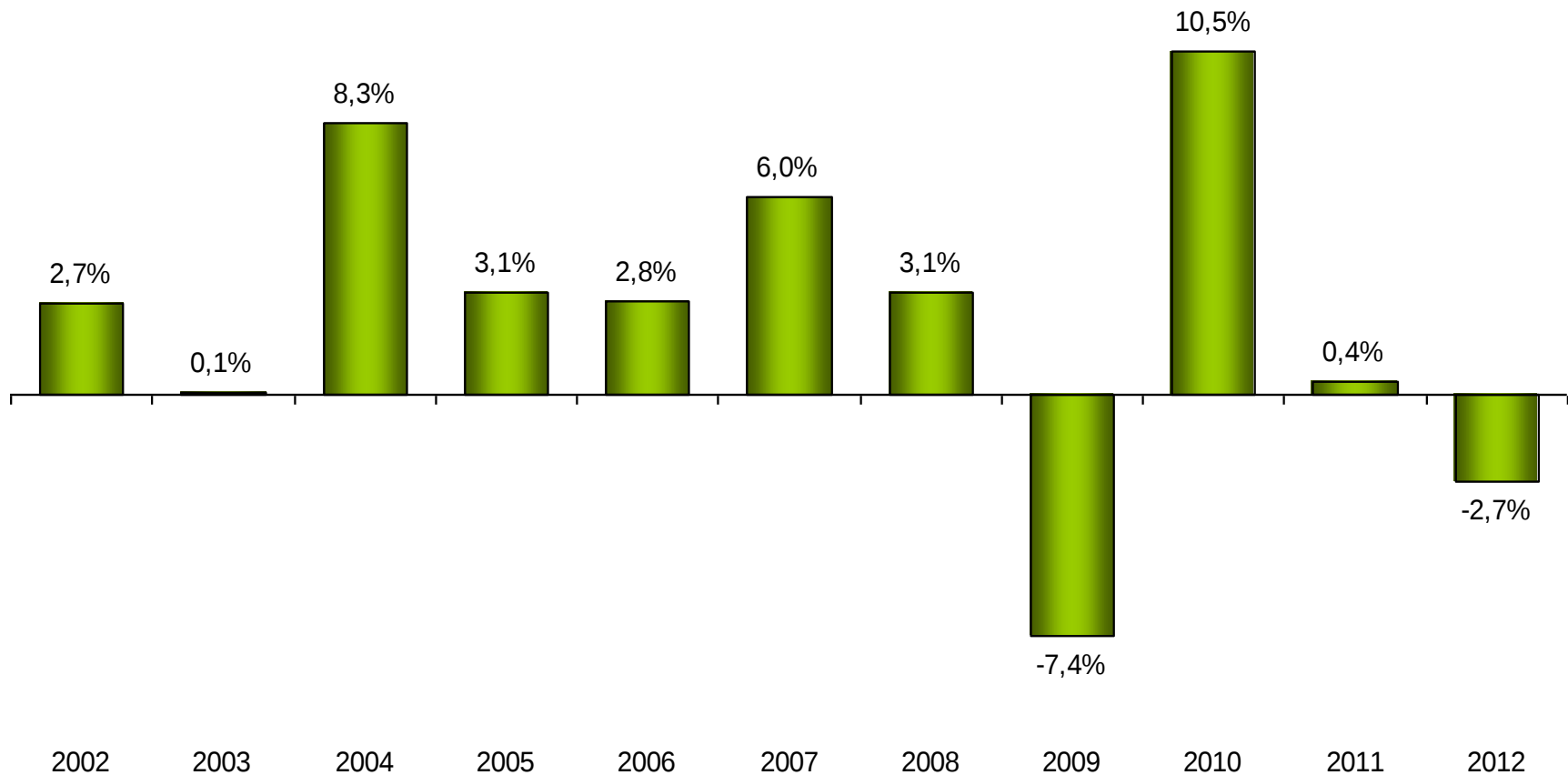
Crescimento acumulado
2010-2012 / 2000-2002= **36,1%**



Fonte: CONAB

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL

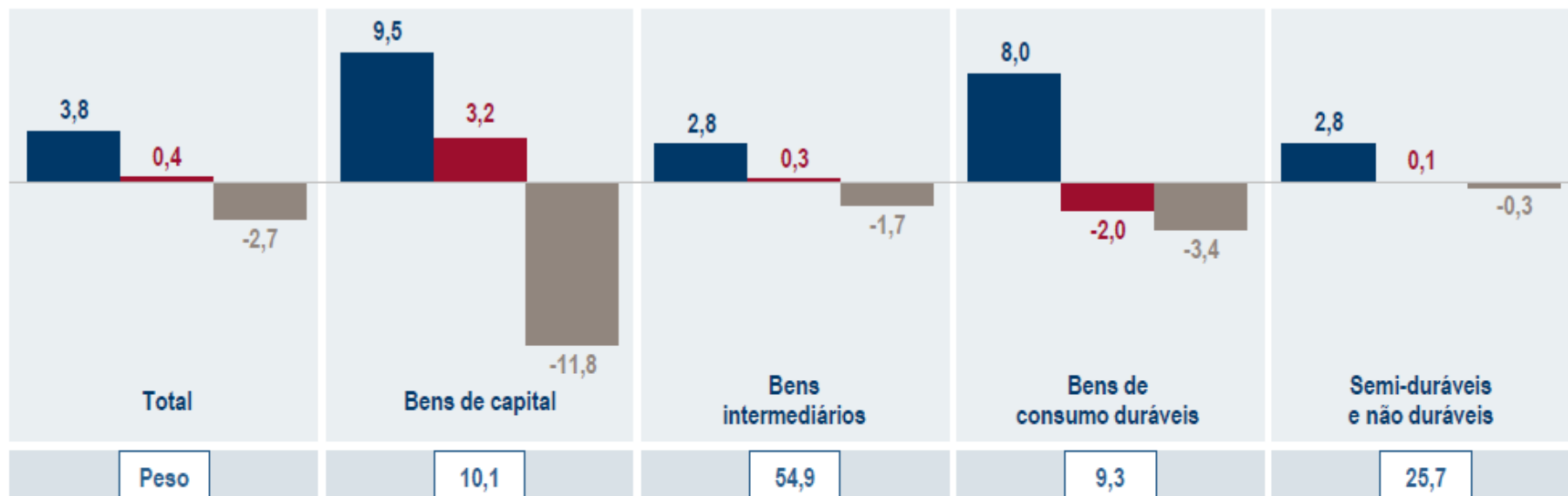
Acumulado 2003/2012= **25,5%**



Fonte: IBGE

Crescimento da produção industrial

%



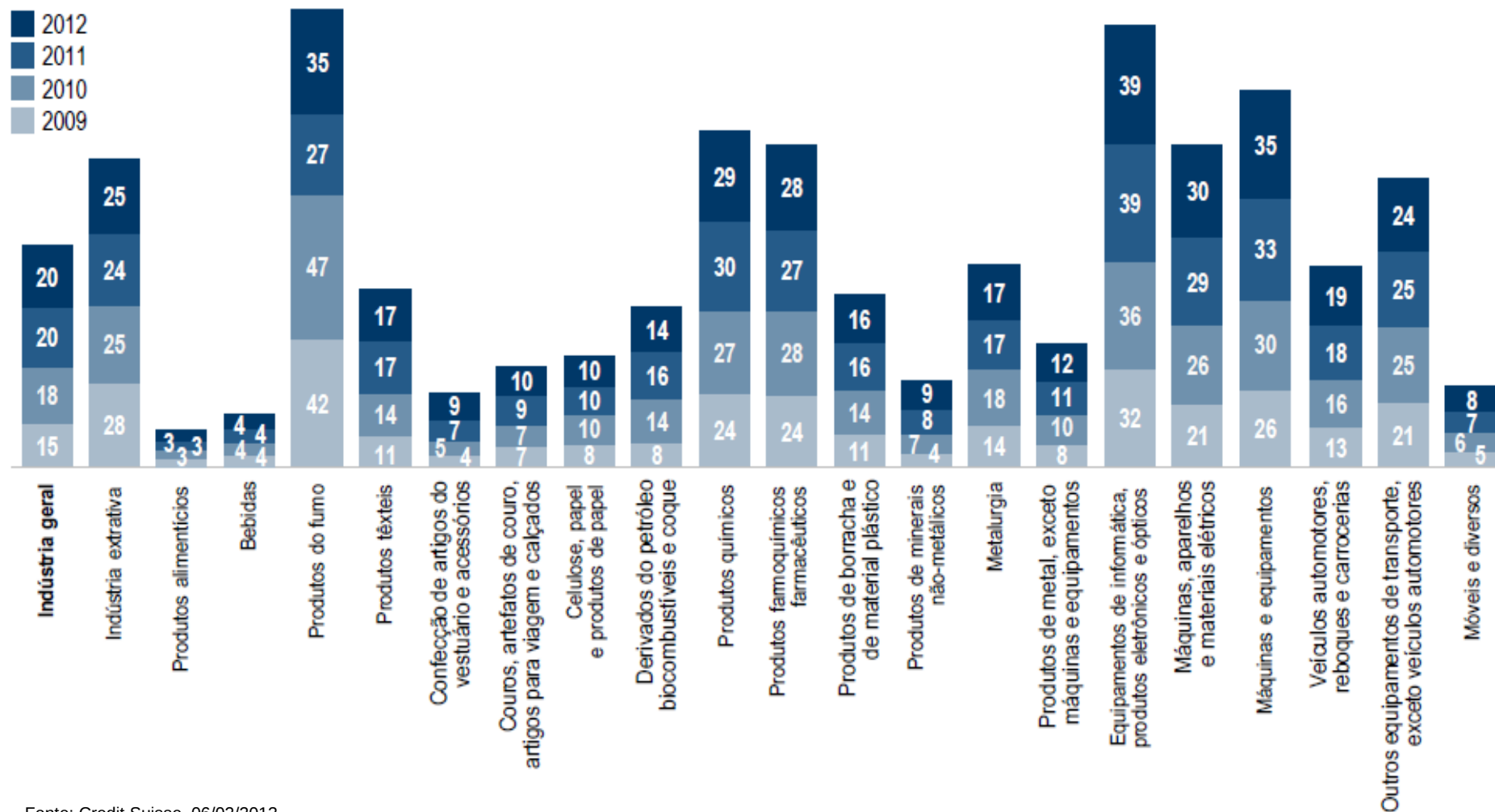
Determinantes da contração da produção de cada categoria de uso em 2012 (Em pontos percentuais)

2010
2011
2012

Veículos automotores (-6,6)	Veículos automotores (-1,0)	Material eletrônico (-2,6)	Alimentos (-0,4)
Máq. e equipamentos (-3,1)	Metalurgia básica (-0,7)	Equip. de transporte (-1,2)	Vestuário (-0,3)
Material eletrônico (-2,0)	Têxtil (-0,3)	Veículos automotores (-0,5)	Edição e impressão (-0,3)
Material elétrico (-1,3)	Alimentos (-0,2)		Calçados (-0,1)
Mat. escritório/info (-1,3)			

Fonte: Credit Suisse, 06/02/2013

PERCENTUAL DOS IMPORTADOS NO CONSUMO DOMÉSTICO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS (%)

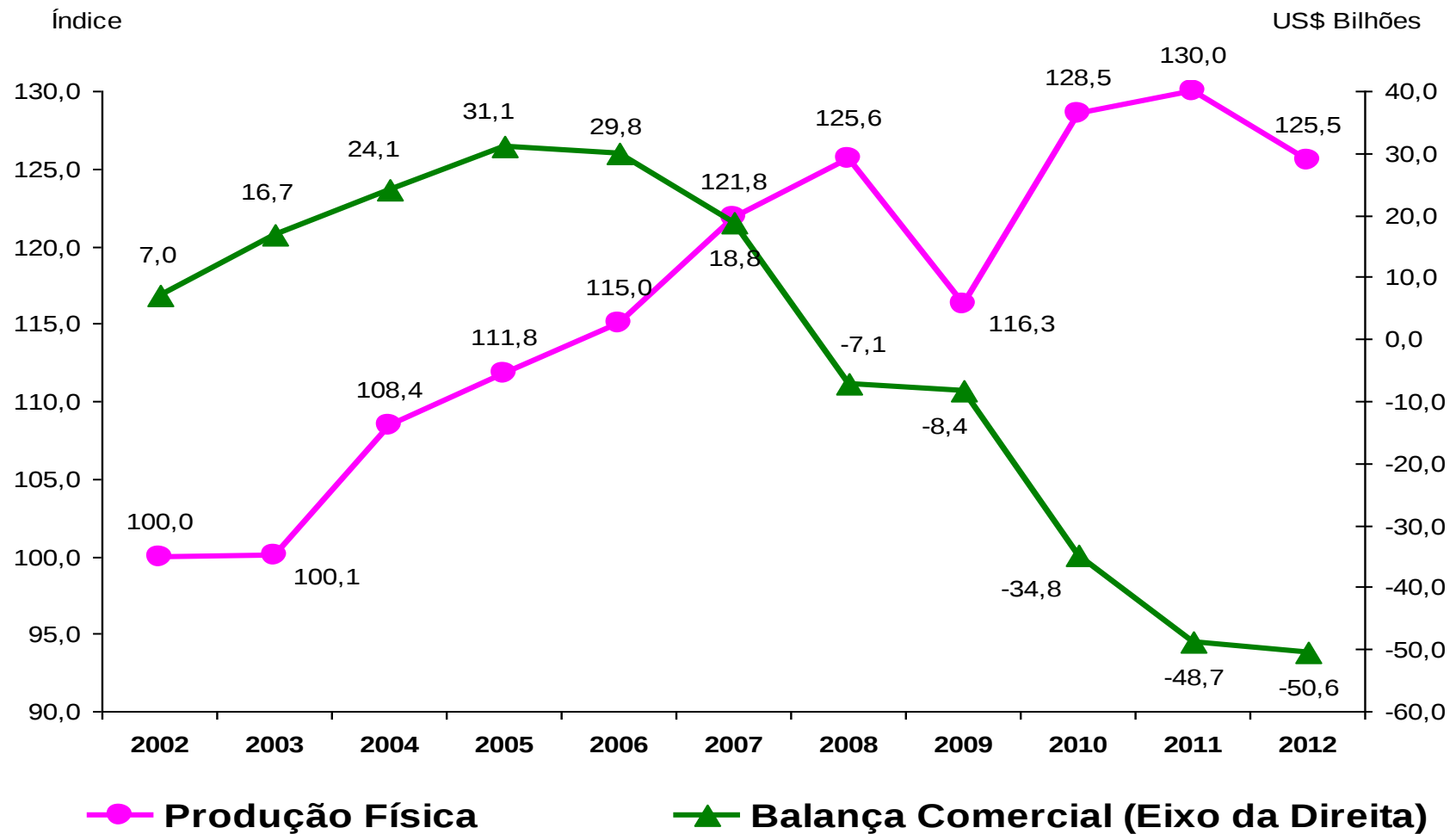


Fonte: Credit Suisse, 06/02/2013

Índice de Produção Física da Indústria de Transformação

Saldo da Balança Comercial de Produtos Industriais

Base 2002= 100



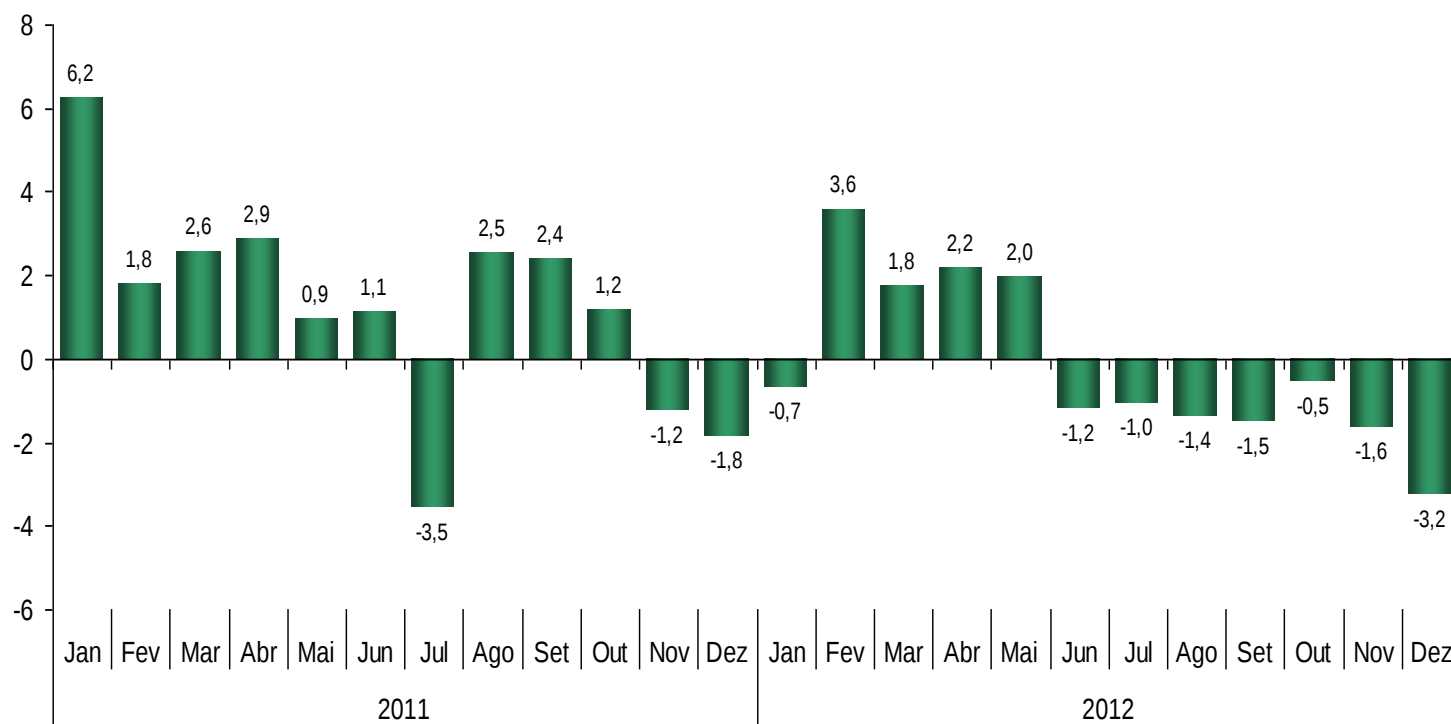
Fonte: IBGE/Carta IEDI nº 508

Brasil: Taxa de Crescimento do Consumo de Energia Elétrica na Indústria %

MEMO:

GWh	
1999	123,9
2000	131,3
2001	122,5
2002	127,6
2003	130,2
2004	142,3
2005	150,2
2006	154,3
2007	175,4
2008	180,1
2009	166,0
2010	181,5
2011	183,6
2012	183,5

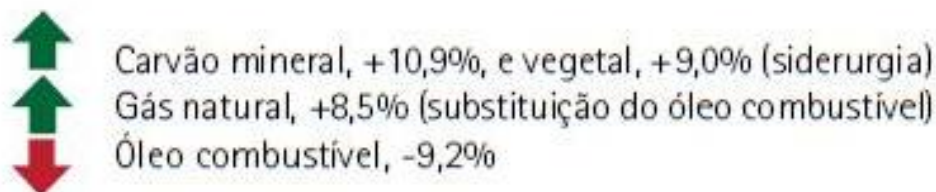
Taxas sobre o mês do ano anterior



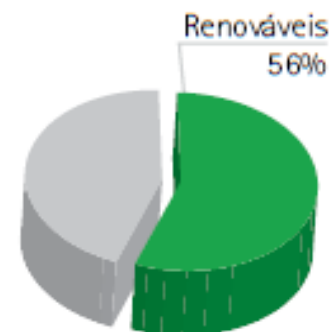
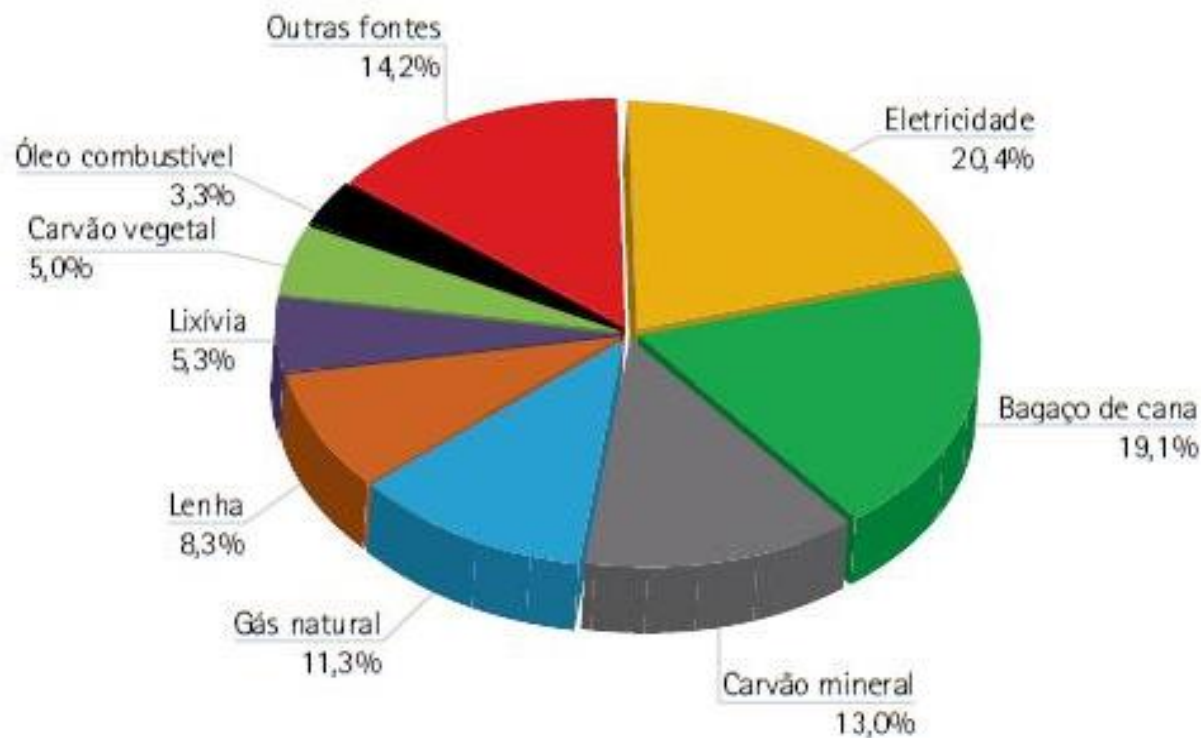
Fonte: IPEADATA / EPE – Empresa de Pesquisa Energética

MEMO

Consumo de Energia nas Indústrias



2011	88,4 Mtep
2010	85,5 Mtep
↑	3,4%



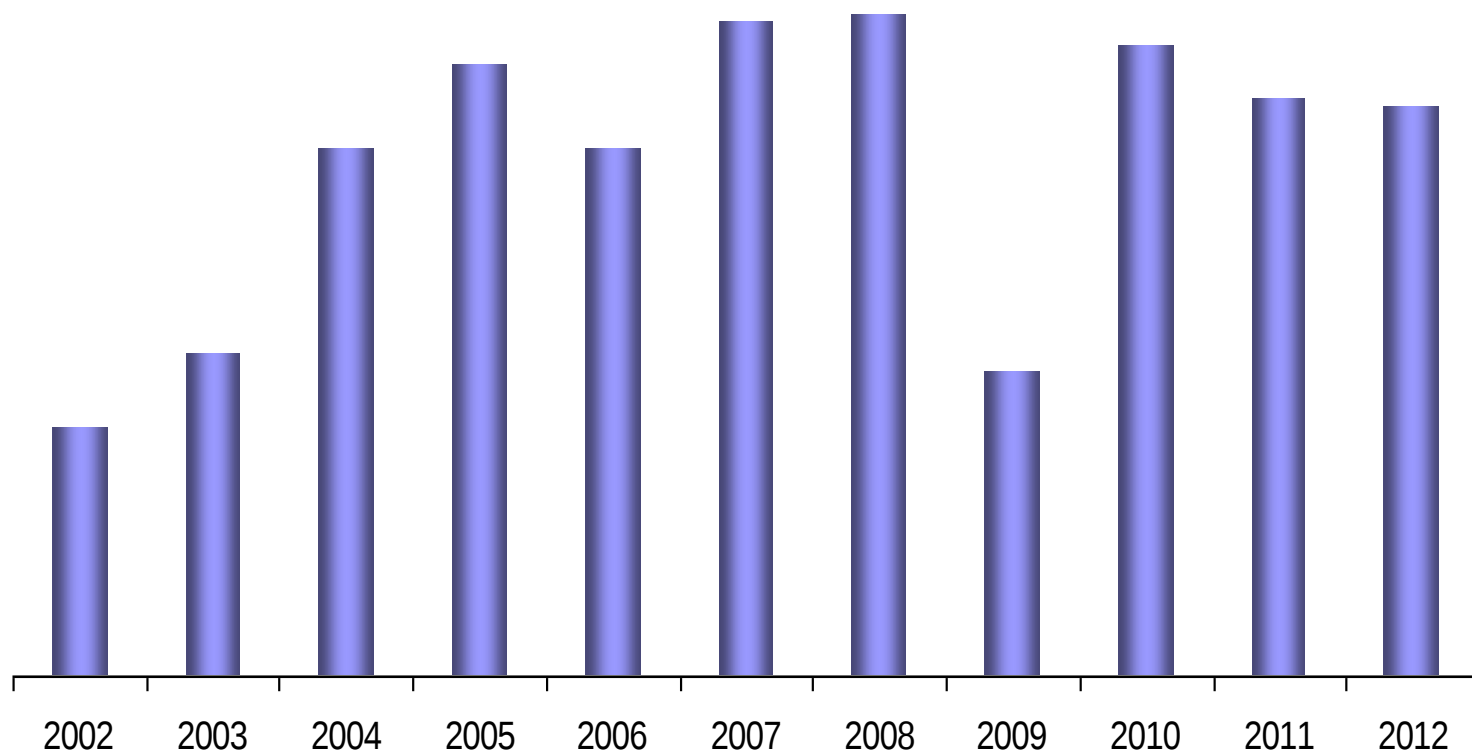
Fonte: EPE – Empresa de Pesquisa Energética

MEMO:

Média %	
1999	80,5
2000	82,8
2001	81,7
2002	79,4
2003	80,5
2004	83,3
2005	84,5
2006	83,3
2007	85,1
2008	85,2
2009	80,2
2010	84,8
2011	84,0
2012	83,9

Fonte: IPEADATA

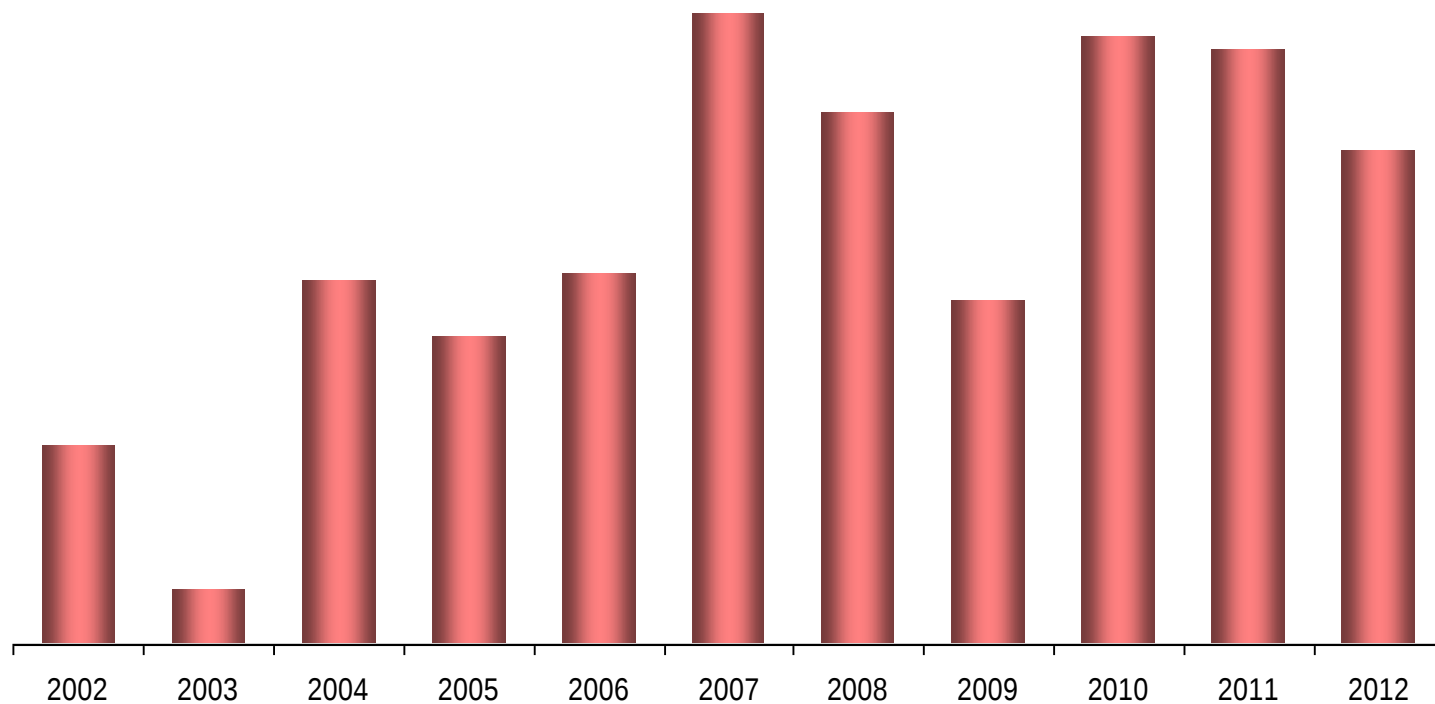
UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NA INDÚSTRIA - MÉDIA



MEMO:

Pessoal ocupado Assalariado (Número índice) Ano Base 2001= 100	
2001	100,0
2002	99,0
2003	98,5
2004	102,2
2005	101,5
2006	101,5
2007	103,7
2008	105,9
2009	100,6
2010	103,8
2011	105,1
2012	103,4

Índice do Emprego Industrial Ano base 2001= 100

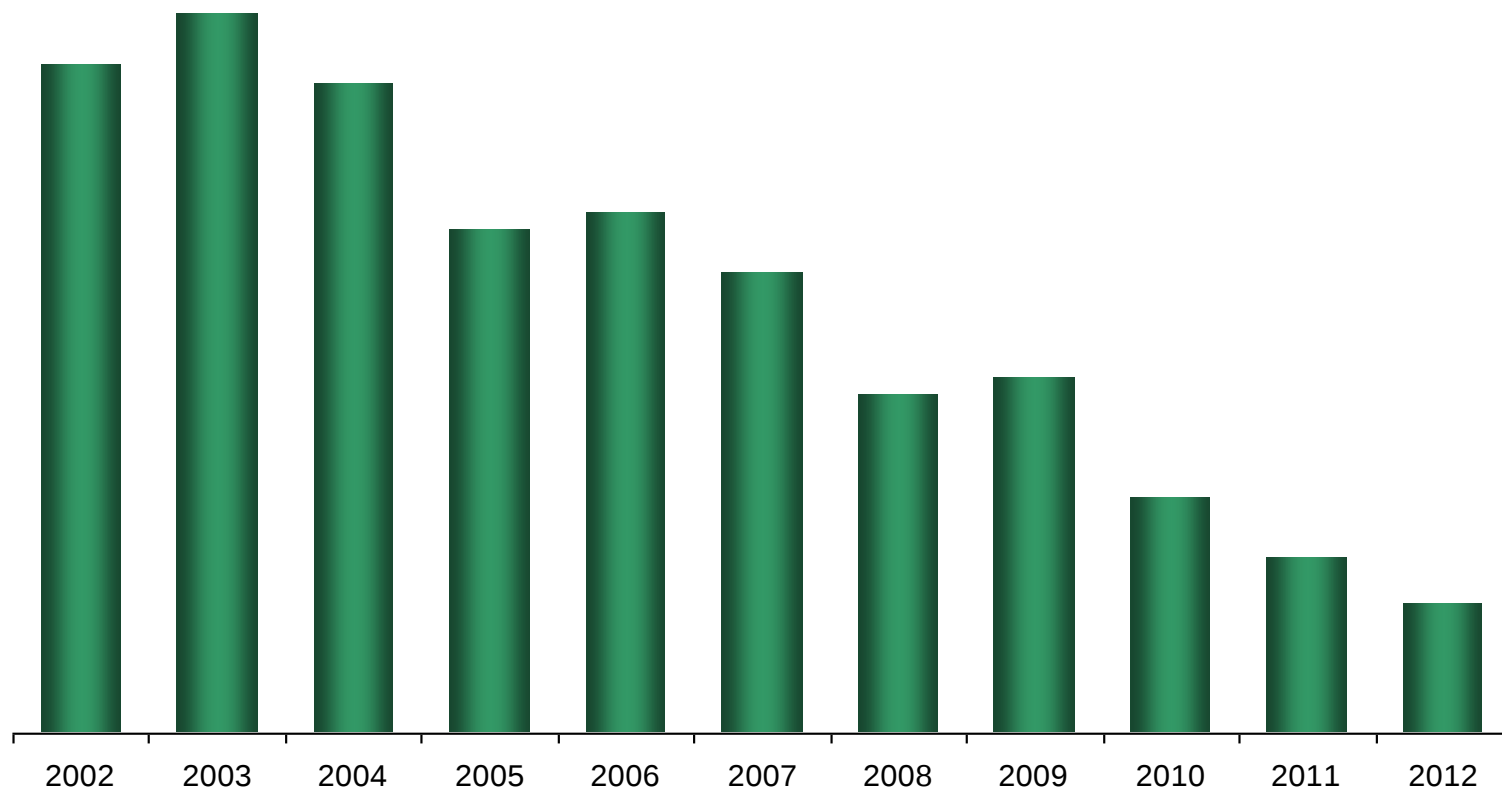


Fonte: IBGE

MEMO:

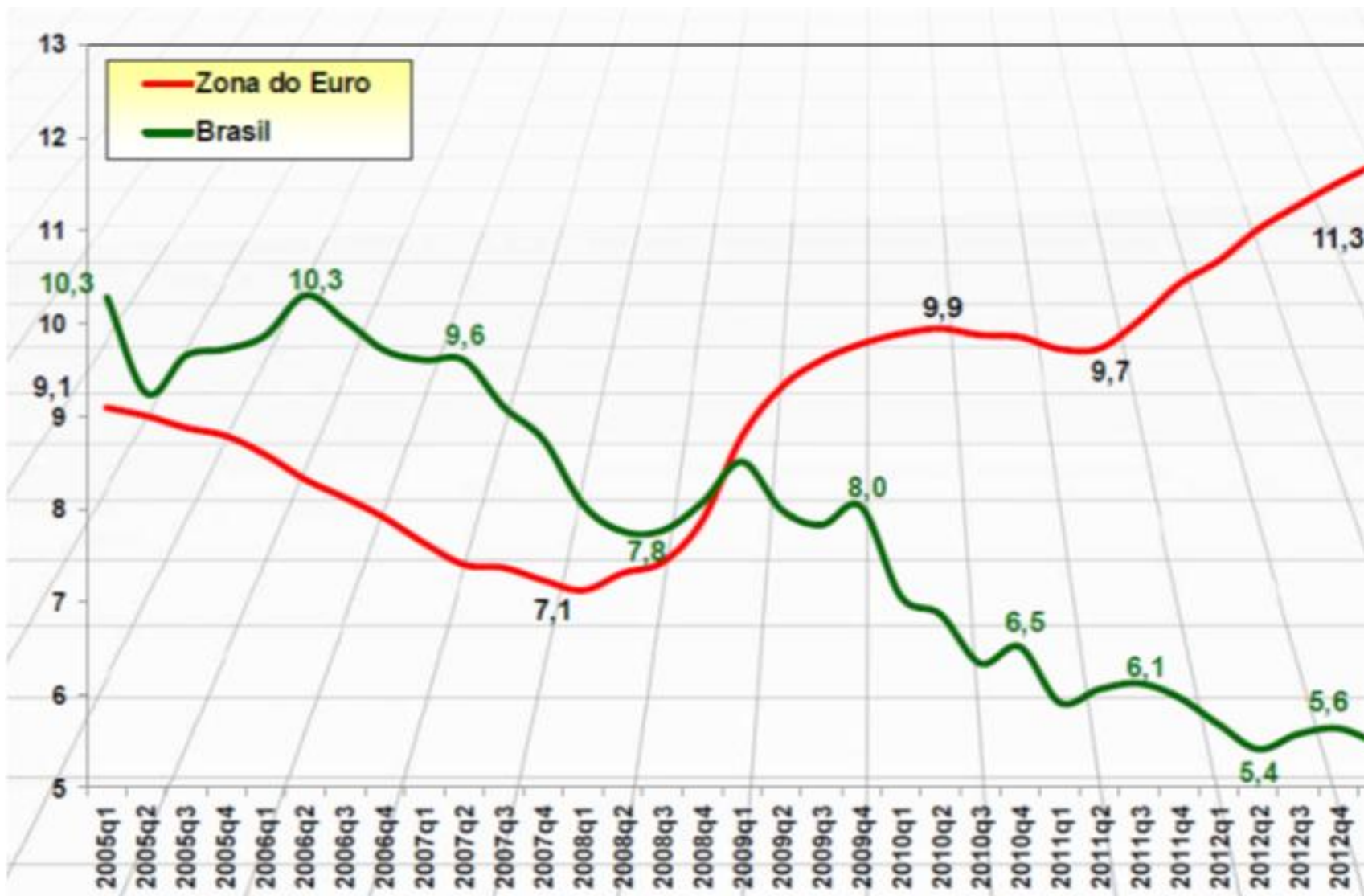
REGIÕES METROPOLITANAS TAXA DE DESEMPREGO ABERTO – MÉDIA ANUAL %

Período	
1999	12,1
2000	11,0
2001	11,2
2002	11,7
2003	12,3
2004	11,5
2005	9,8
2006	10,0
2007	9,3
2008	7,9
2009	8,1
2010	6,7
2011	6,0
2012	5,5



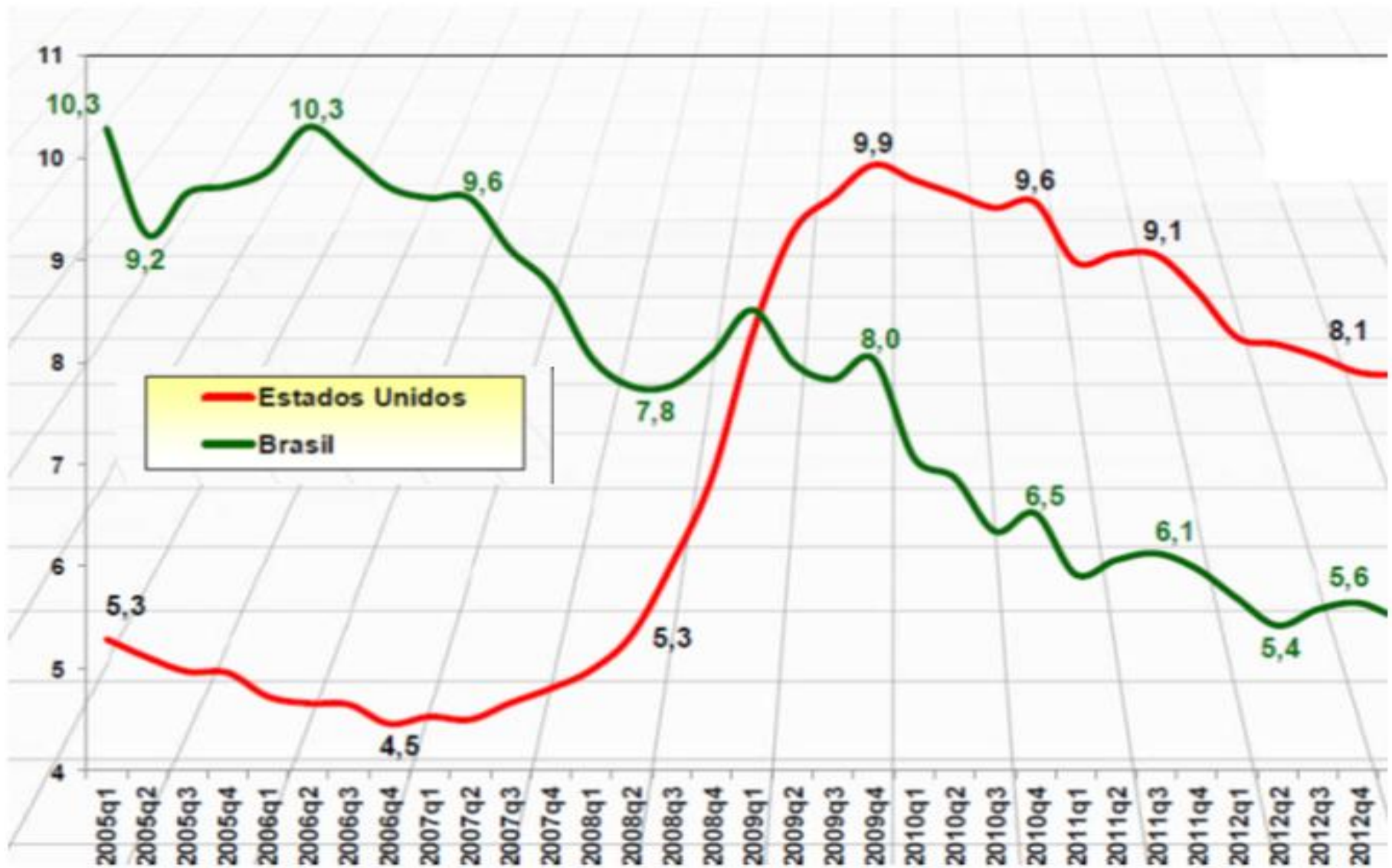
Fonte: IBGE

TAXA DE DESEMPREGO ZONA DO EURO X BRASIL



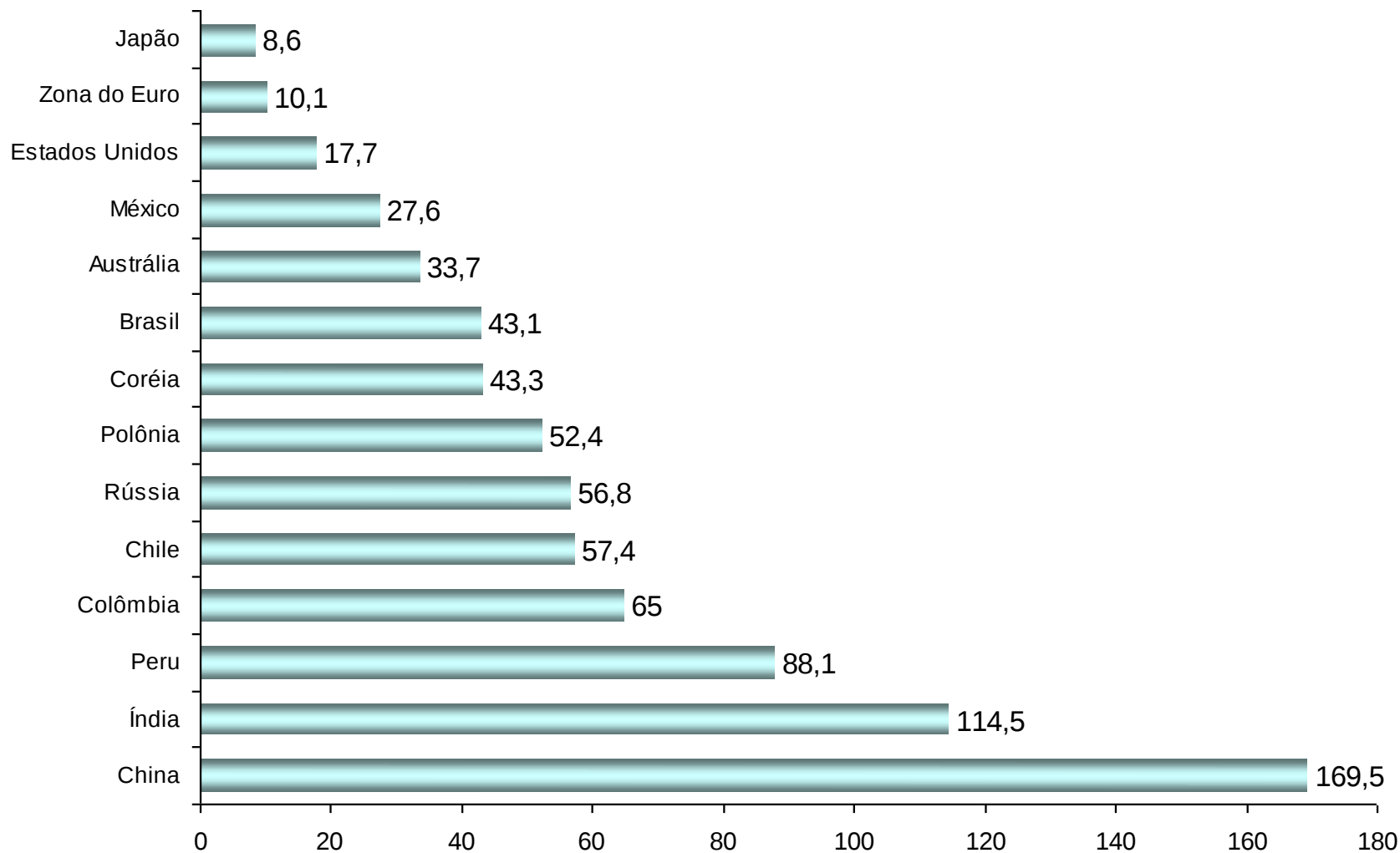
Fonte: Octavio de Barros - Apresentação na Ordem dos Economistas do Brasil, São Paulo 7/09/2012

TAXA DE DESEMPREGO EUA X BRASIL



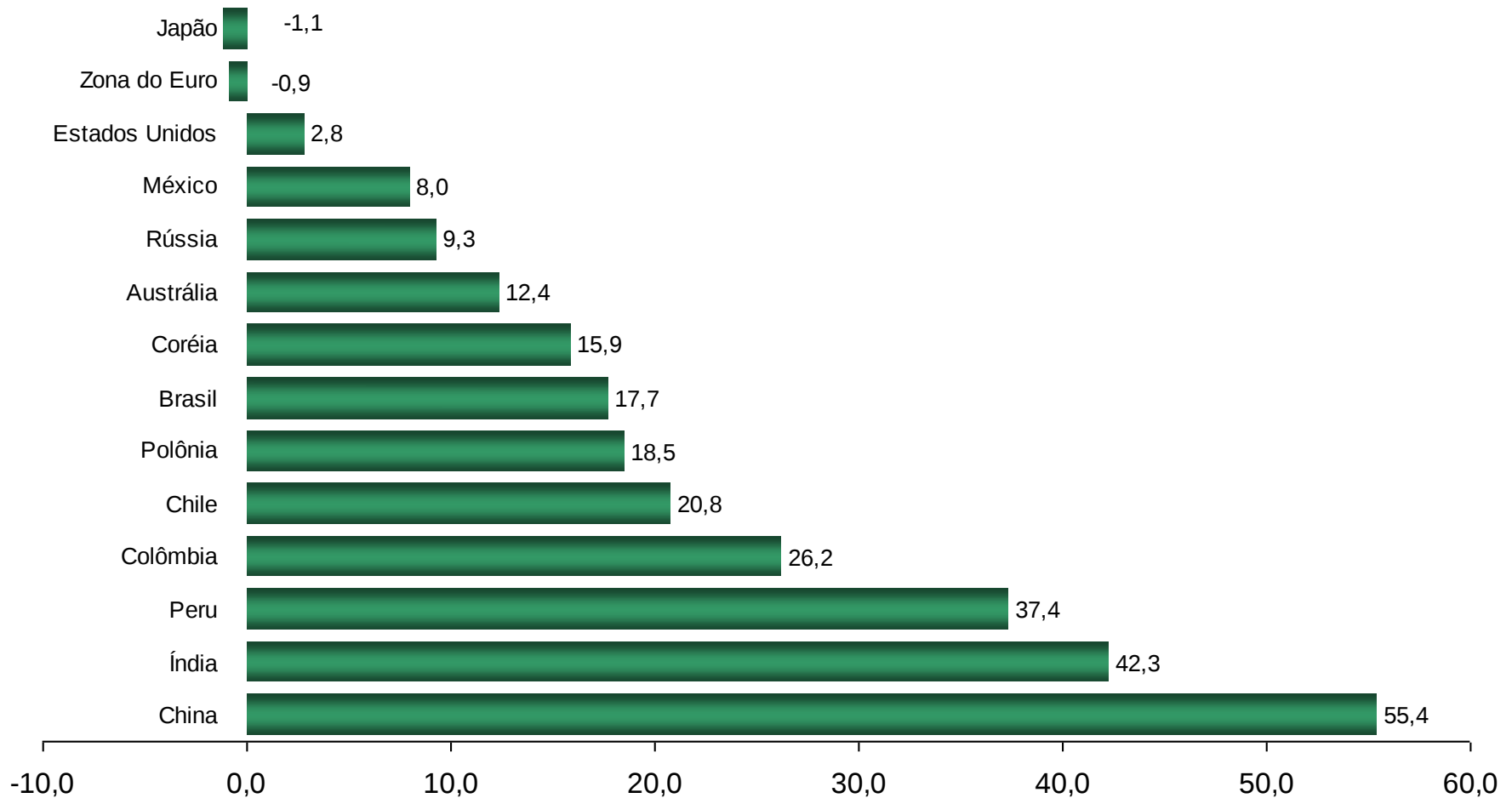
Fonte: Octavio de Barros - Apresentação na Ordem dos Economistas do Brasil, São Paulo 7/09/2012

CRESCIMENTO ACUMULADO DO PIB EM 10 ANOS 2003-2012



Fonte: Octavio de Barros - Apresentação na Ordem dos Economistas do Brasil, São Paulo 7/09/2012

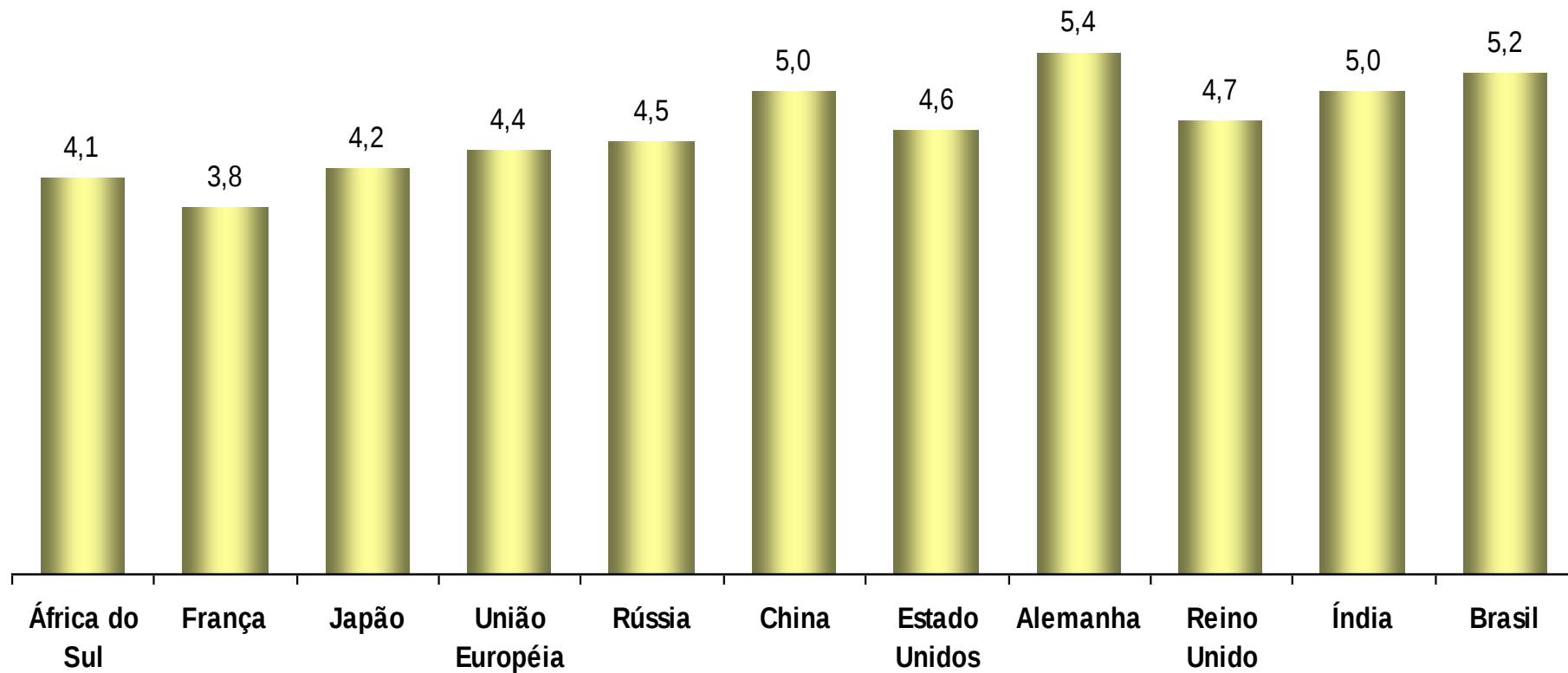
CRESCIMENTO ACUMULADO DO PIB EM 5 ANOS 2008-2012



Fonte: Octavio de Barros - Apresentação na Ordem dos Economistas do Brasil, São Paulo 7/09/2012

ÍNDICE DE CLIMA ECONÔMICO*

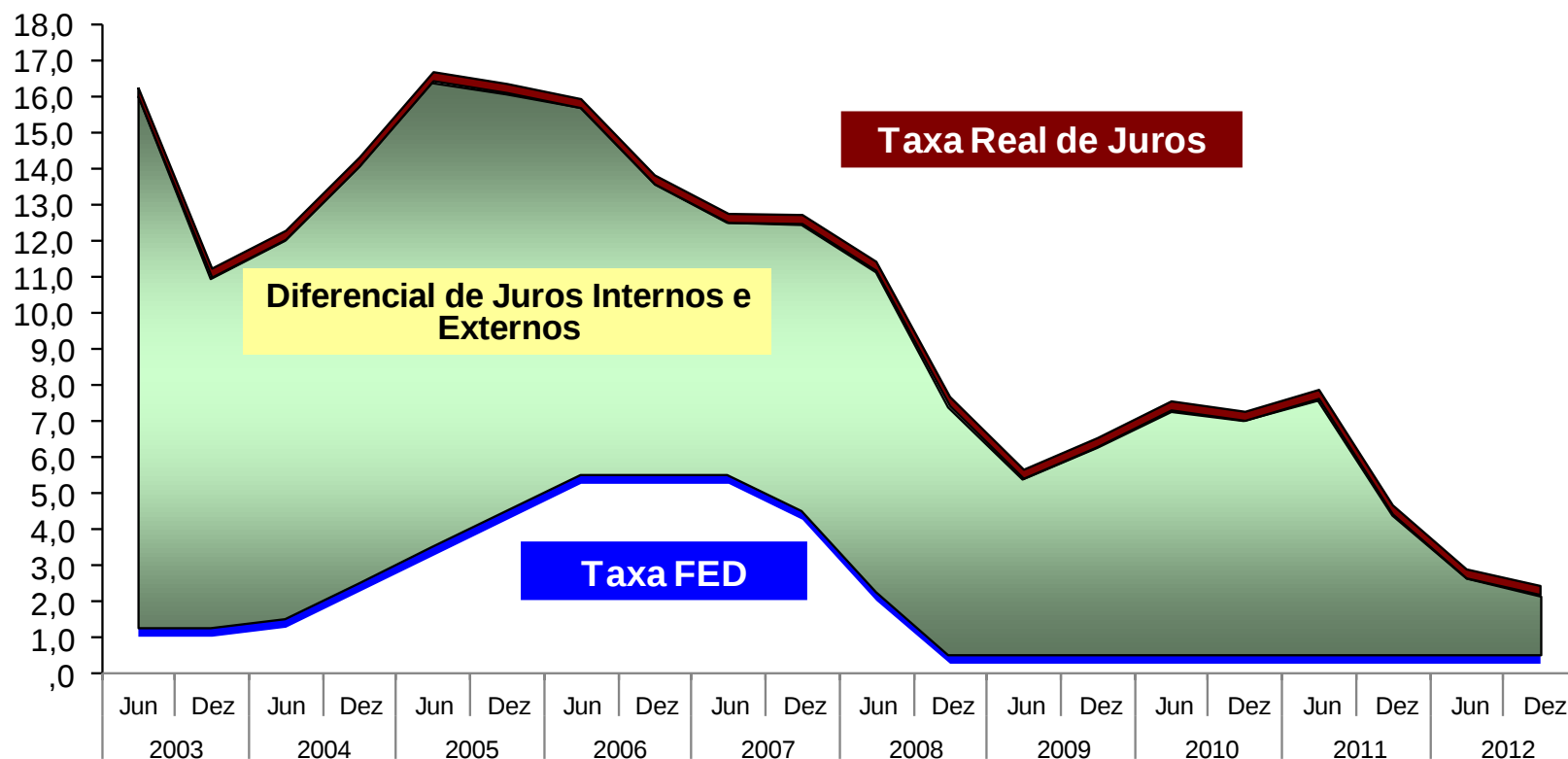
Outubro 2012



* O ICE oscila entre 1 e 9 pontos, sendo calculado por meio de respostas de especialistas a um questionário com opções de resposta de natureza qualitativa.
Fonte: IFO/FGV / Ministério da Fazenda - Economia Brasileira em Perspectivas 17ª edição

JUROS / CÂMBIO / PREÇOS

TAXA REAL DE JUROS EX-ANTE* X TAXA DOS FUNDOS FED (1)

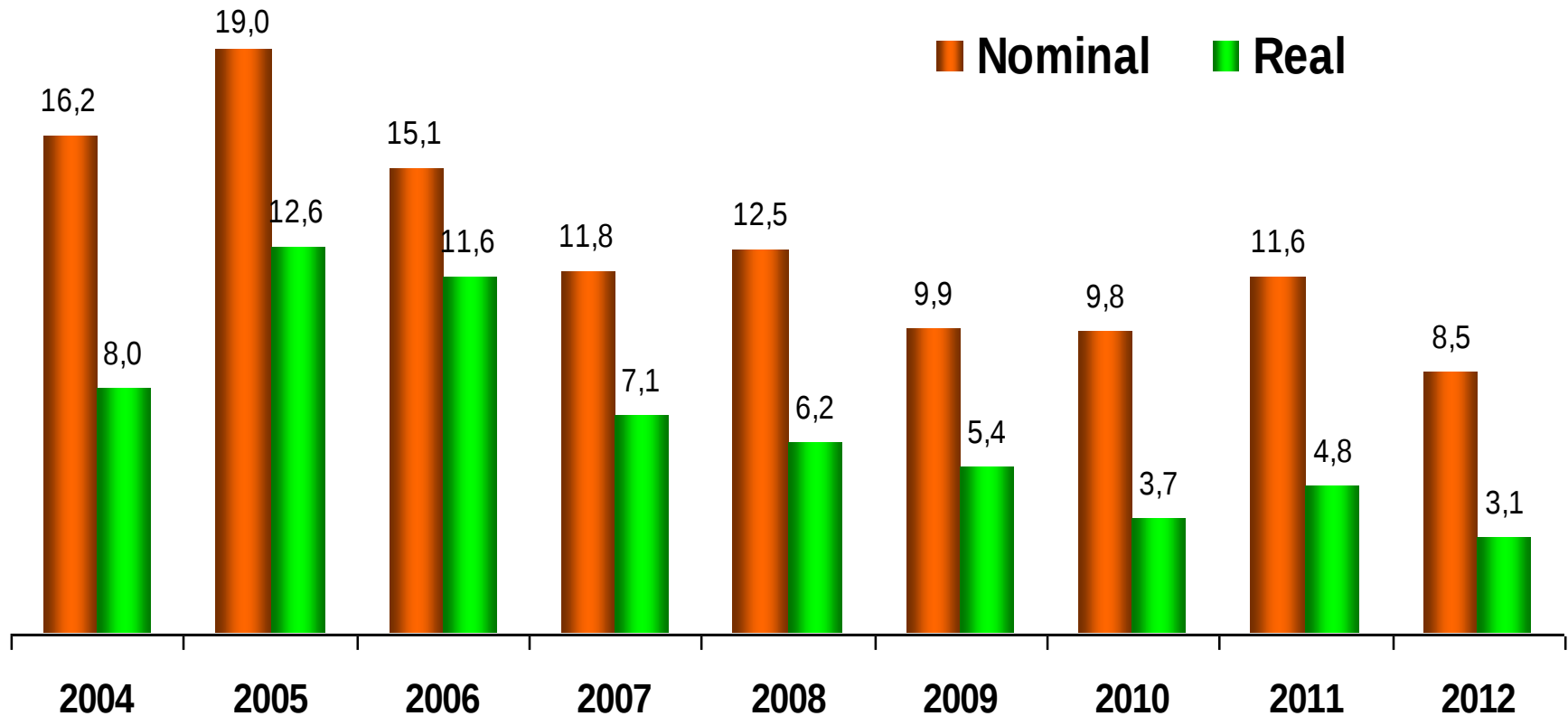


(1) As taxas de juros do FED, a partir de 2008, passaram a ser negativas em termos reais (dadas as taxas de inflação medidas pelo IPC), o que aumenta o diferencial entre as taxas internas e externas de juros.

* Taxa swap di-pré 360, retiradas as expectativas para a inflação nos próximos 12 meses

** A partir de dez/2008 a taxa dos fundos FED foi fixada entre 0,00 e 0,25%
Fonte: BCB/FED

TAXA DE JUROS NOMINAL⁽¹⁾ E REAL⁽²⁾ (%)

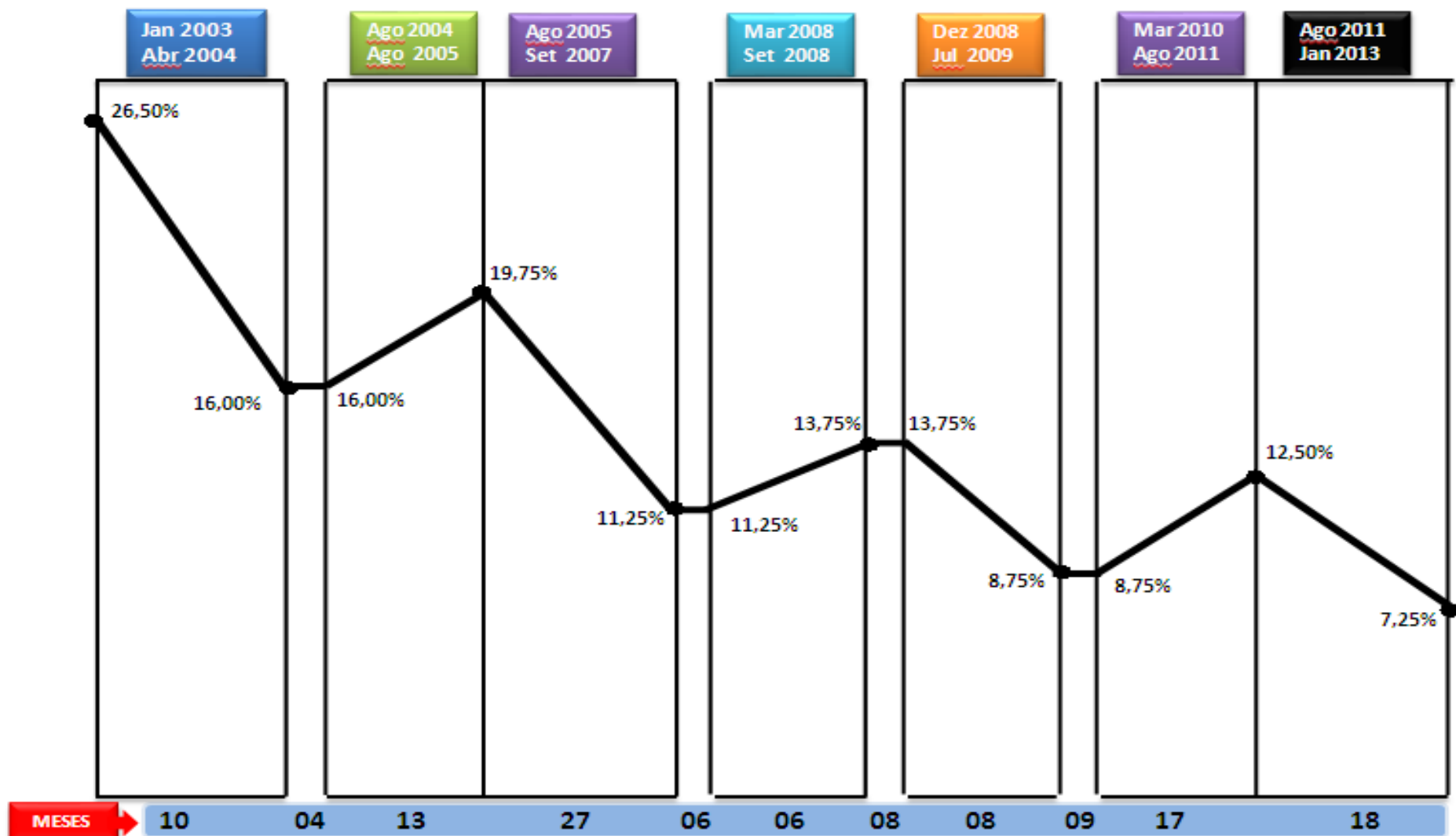


Fonte: Bradesco Apresentação Institucional , fevereiro 2012

1) Média da Taxa Selic Nominal

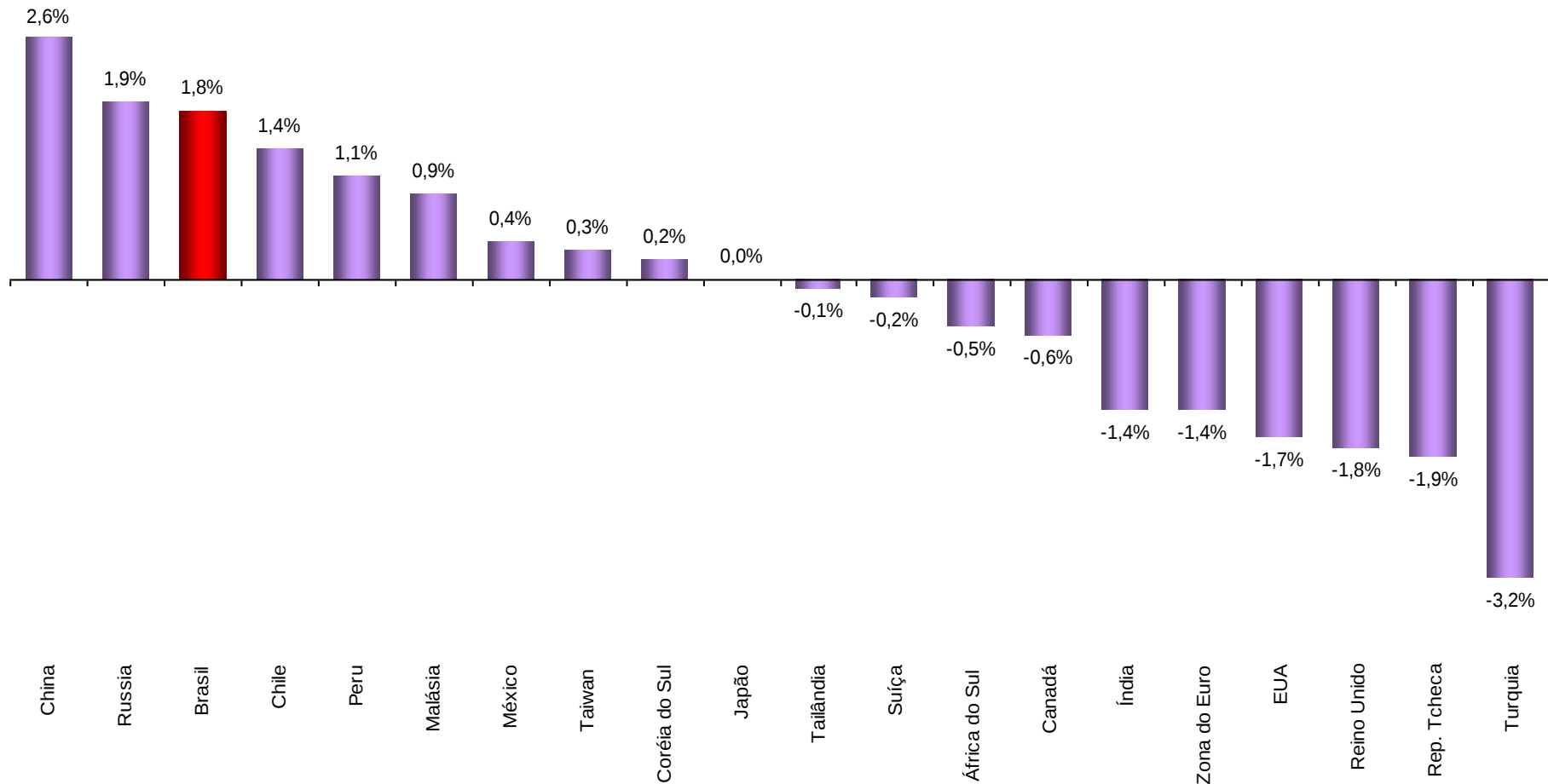
2) Média da Taxa Selic Nominal deflacionada pelo IPCA

CICLOS DE ALTA E BAIXA DA SELIC



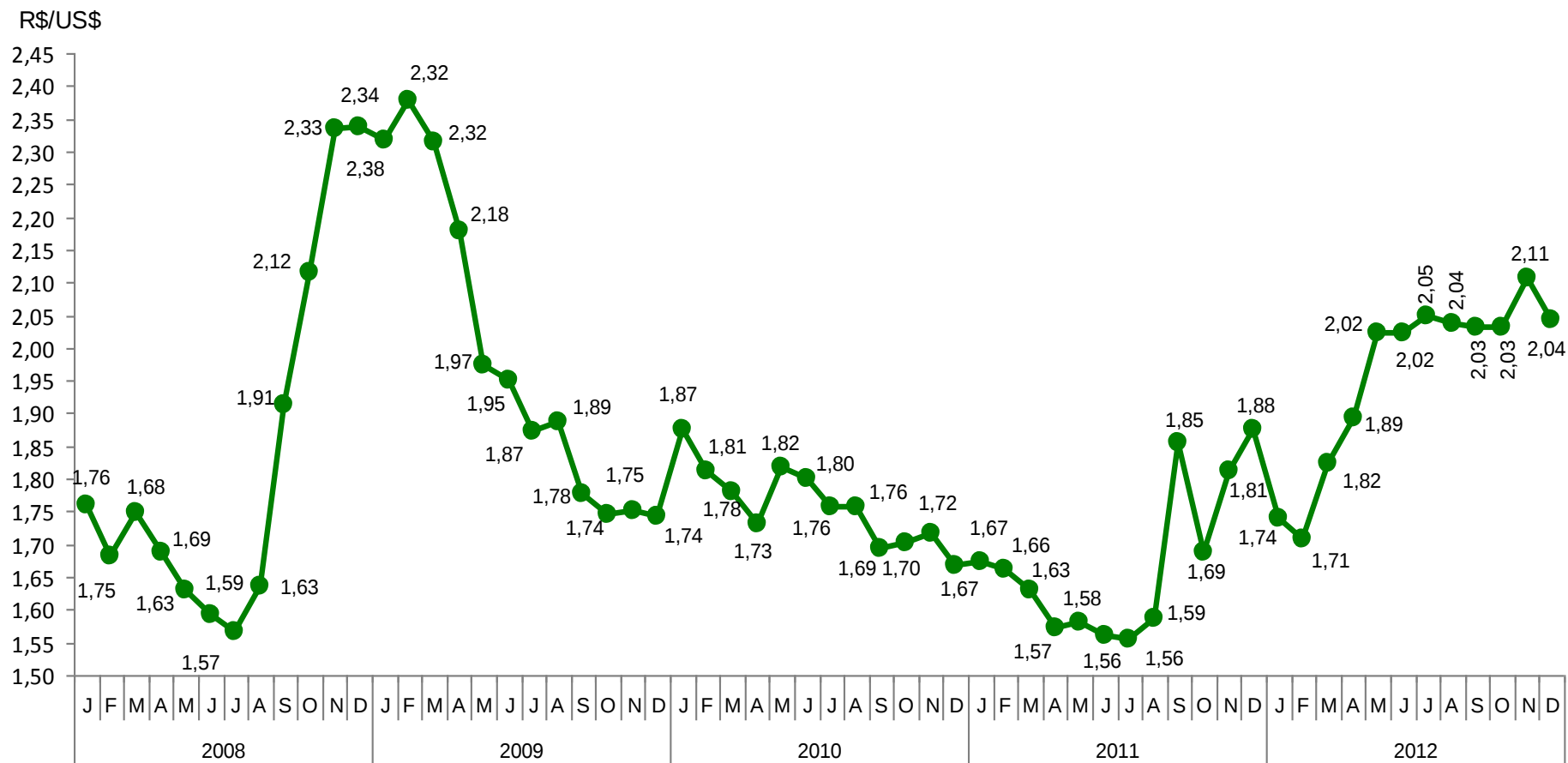
Fonte: BCB

TAXA DE JUROS REAL 12 MESES A FRENTE



Fonte: Octavio de Barros - Apresentação na Ordem dos Economistas do Brasil, São Paulo 7/09/2012

TAXA DE CâMBIO* R\$/US\$ - VENDA FINAL DE PERÍODO



* Comercial - vendas - fim de período

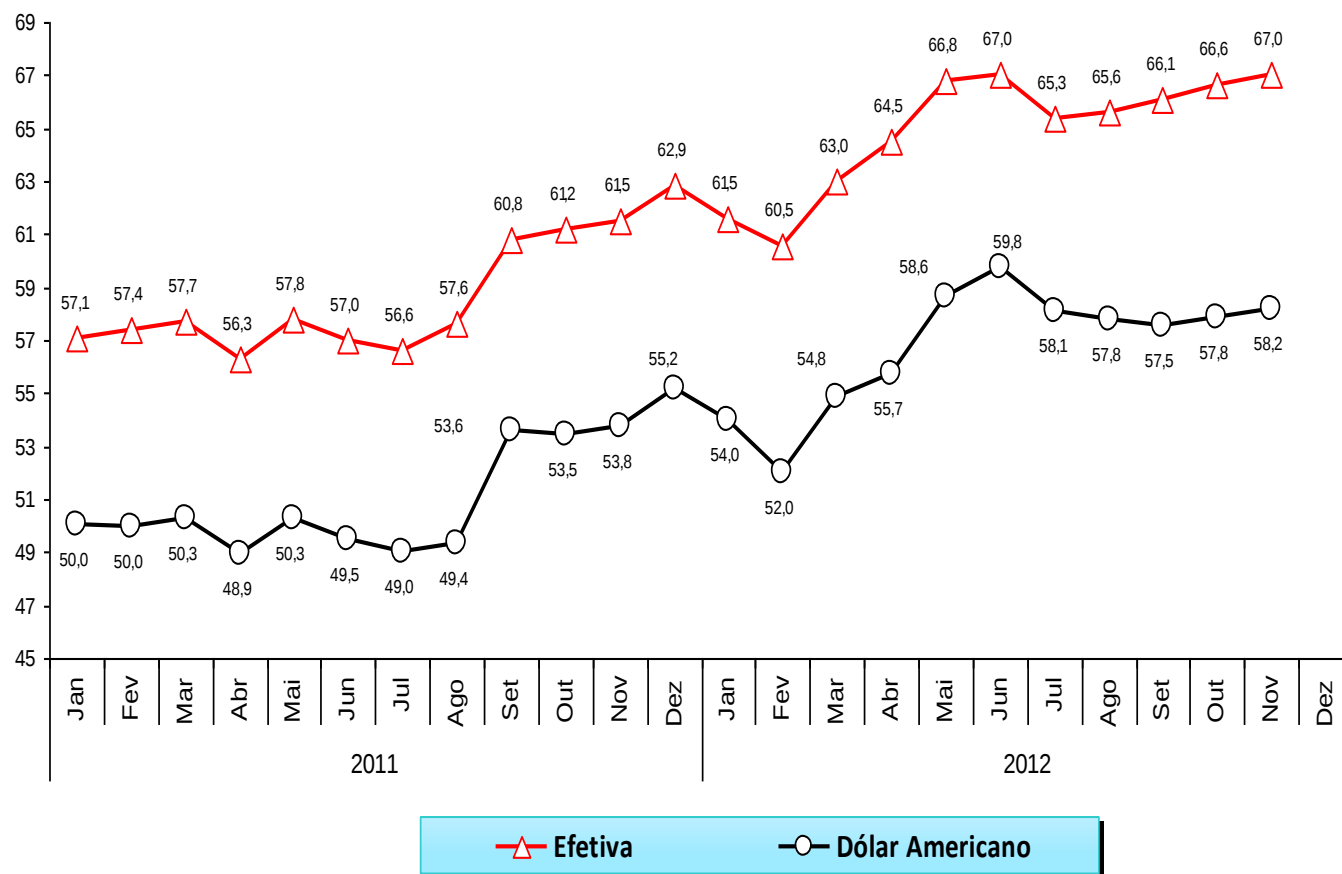
Fonte: IPEADATA

MEMO:

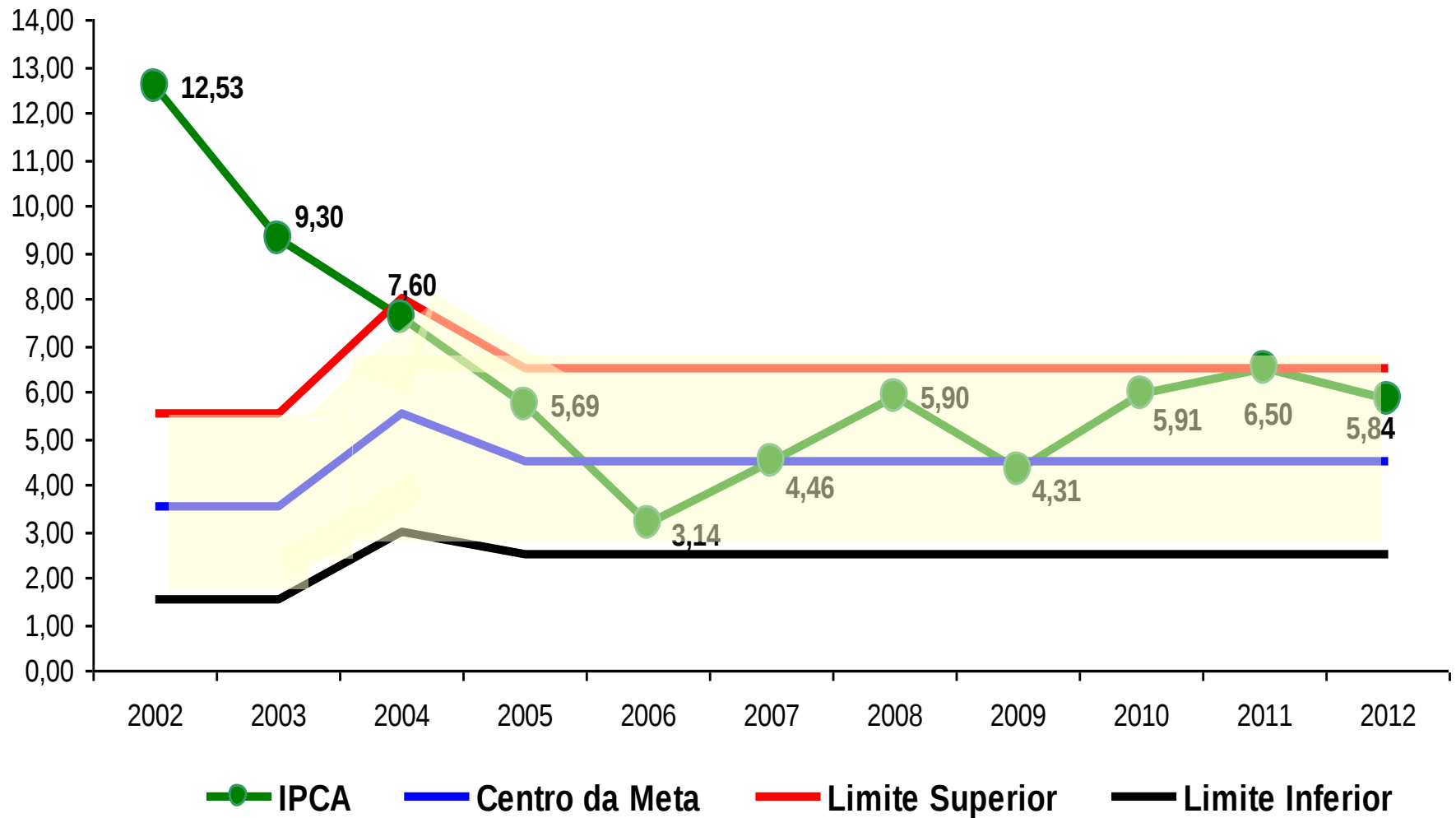
Índices - Jun-1994= 100 Final de Período		
	Efetiva*	Dólar Americano
2002	113,3	124,5
2003	98,9	99,3
2004	91,1	86,6
2005	79,3	79,8
2006	77,6	73,1
2007	68,1	59,9
2008	78,3	69,9
2009	63,3	55,5
2010	56,4	50,3
2011	62,9	55,2
2012	67,0	58,2

* Cesta de moedas de 15 países
Fonte: BCB

ÍNDICE DE TAXAS DE CâMBIO REAL (IPA-DI)



IPCA / METAS DE INFLAÇÃO 2002/2012

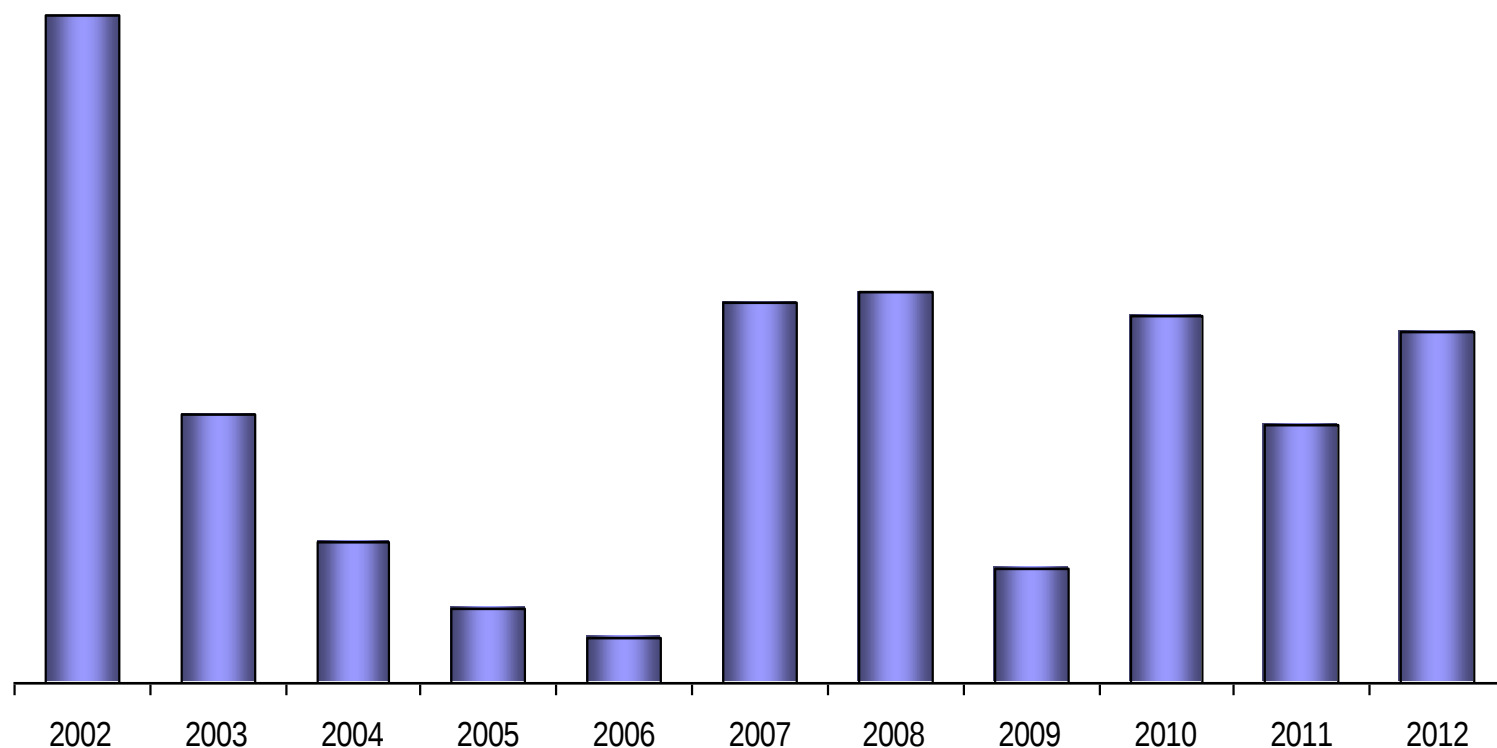


Fonte: BCB

MEMO:

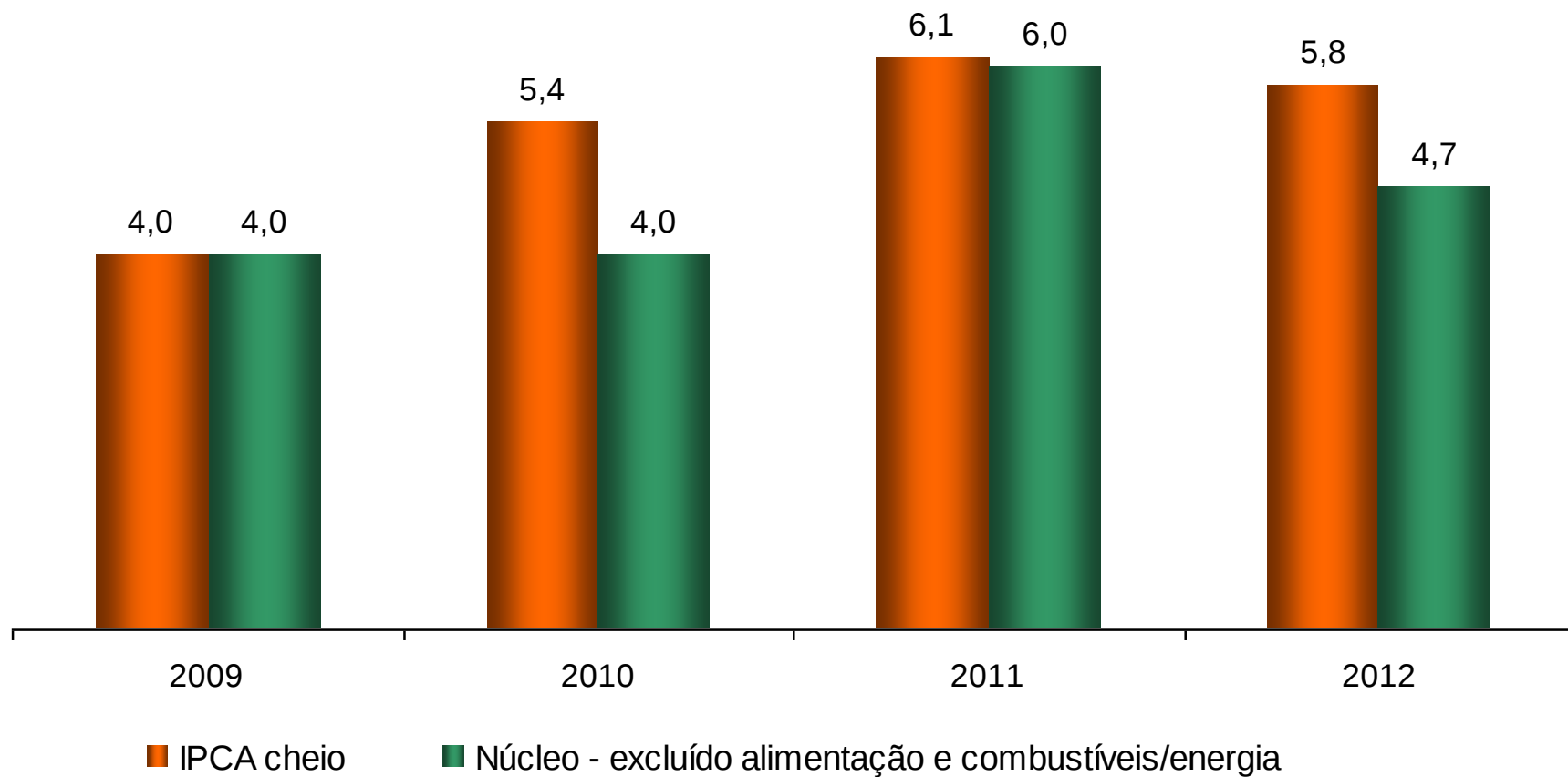
% a.a	
1999	7,9
2000	3,2
2001	9,2
2002	18,1
2003	7,3
2004	3,8
2005	2,0
2006	1,2
2007	10,3
2008	10,6
2009	3,1
2010	10,0
2011	7,0
2012	9,5

IPCA – Alimentos e Bebidas %



Acumulado no ano
Fonte: IPEADATA

Evolução do IPCA e do núcleo Var.% acumulado no ano



Fonte: Jornal o Valor, 8 a 12/02/2013 - pag. A10

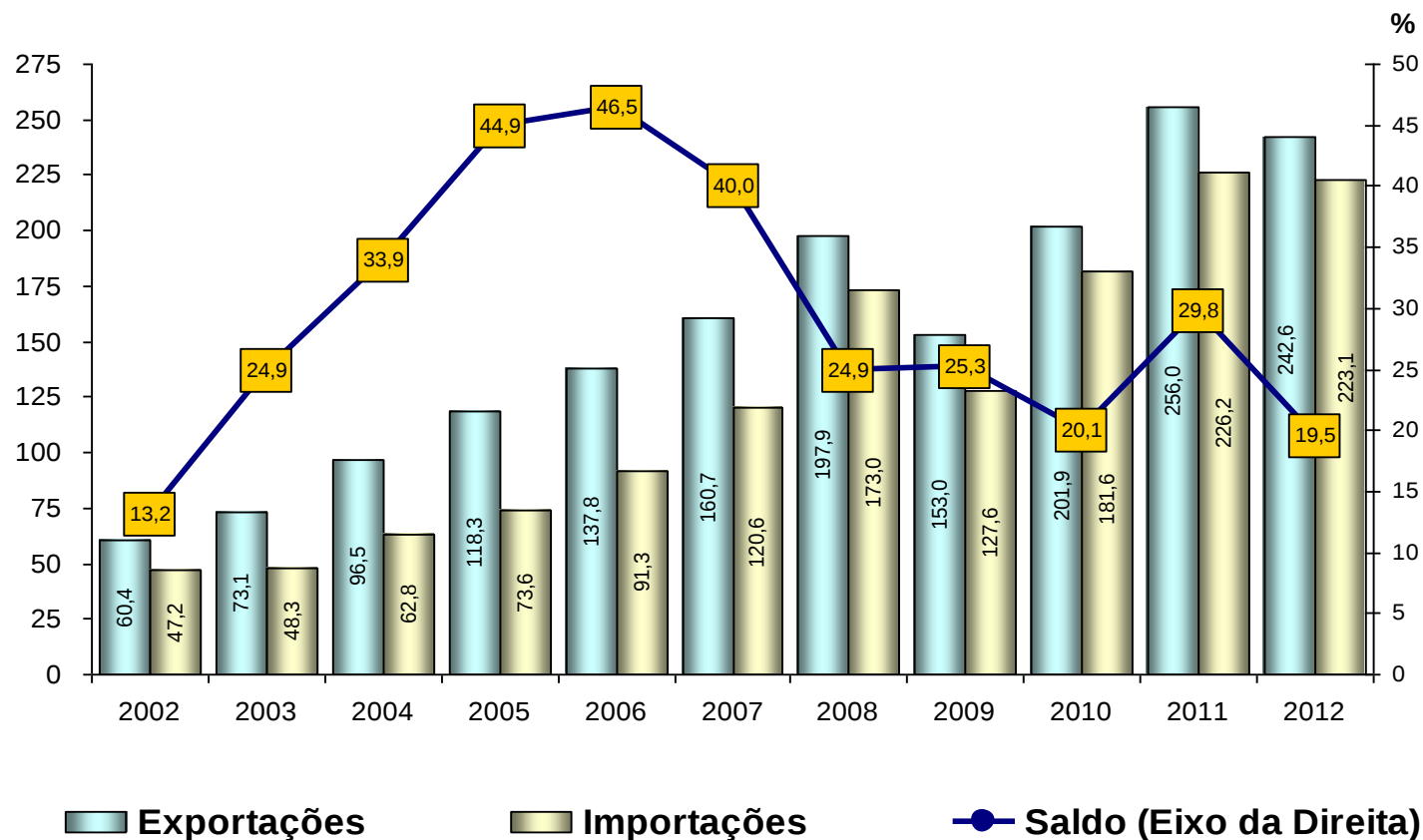
COMÉRCIO EXTERNO

MEMO:

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

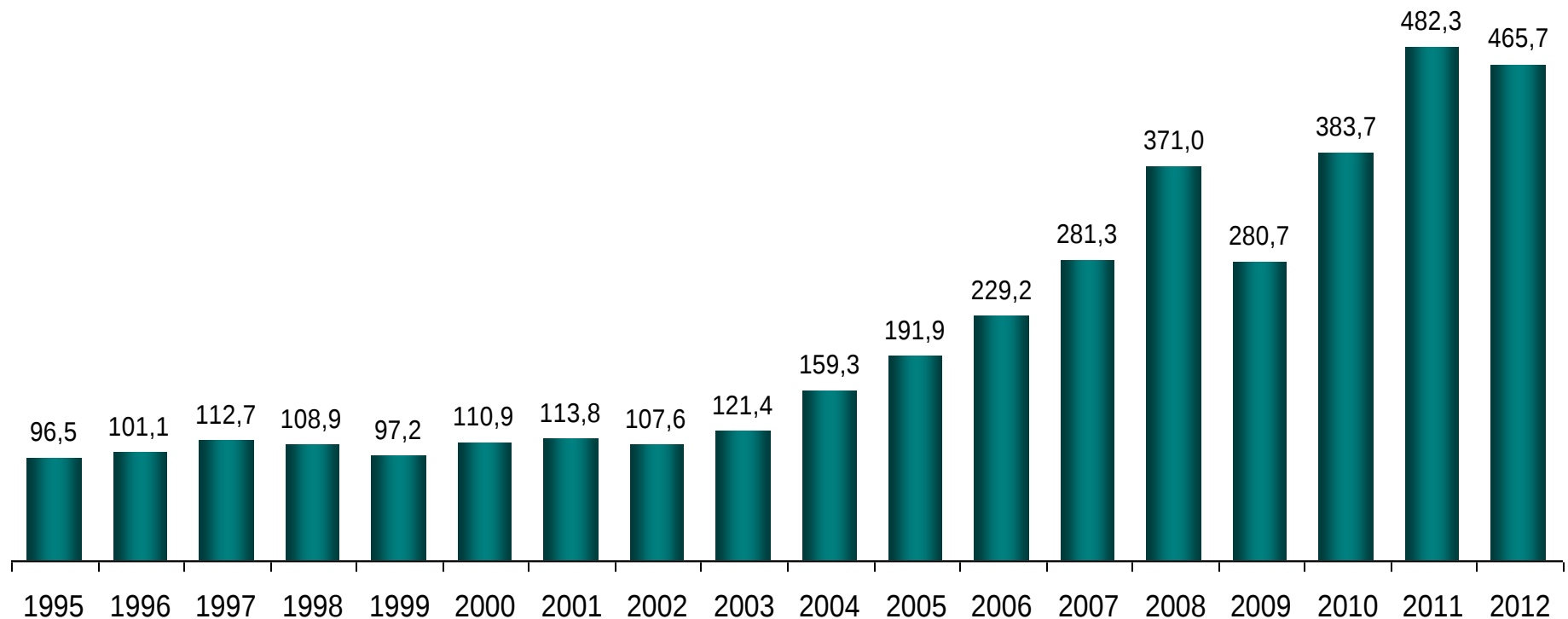
US\$ Bilhões	
1999	-1,3
2000	-0,8
2001	2,7
2002	13,2
2003	24,9
2004	33,9
2005	44,9
2006	46,5
2007	40,0
2008	24,9
2009	25,3
2010	20,1
2011	29,8
2012	19,5

US\$ Bilhões



Fonte: IPEADATA

BRASIL – FLUXO DE COMÉRCIO EXTERNO (em US\$ Bilhões)

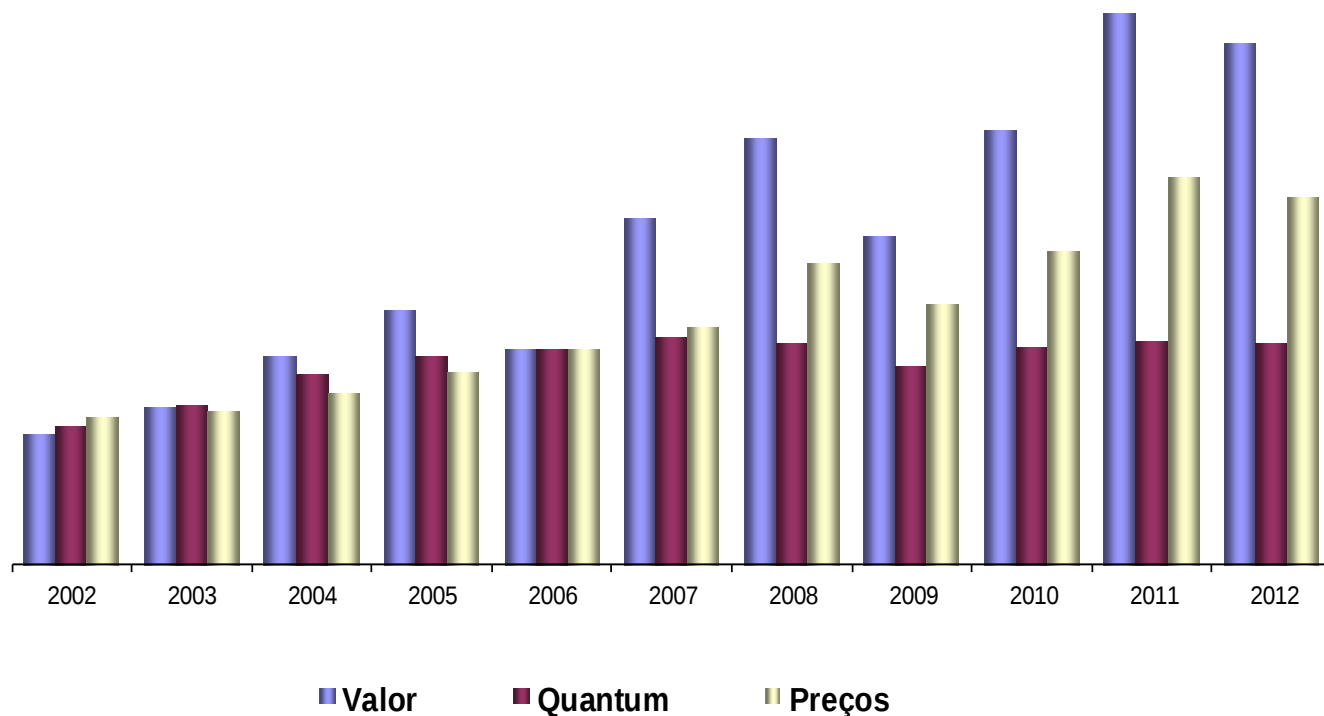


Fonte: Apresentação do ministro Guido Mantega - A economia brasileira e oportunidades de investimento – 05/03/2013

M E M O:

EVOLUÇÃO DO VALOR, DO QUANTUM E DOS PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES

Exportações			
	Índice Ano Base 2006= 100		
	Quantum	Preços	Valor
1999	48,6	71,7	48,0
2000	54,0	74,1	55,1
2001	59,1	71,6	58,3
2002	64,2	68,3	60,4
2003	74,3	71,5	73,2
2004	88,5	79,3	96,7
2005	96,8	88,9	118,5
2006	100,0	100,0	100,0
2007	105,5	110,5	160,6
2008	102,9	139,6	197,9
2009	91,8	120,9	153,0
2010	100,6	145,7	201,9
2011	103,5	179,5	256,0
2012	103,2	170,7	242,6



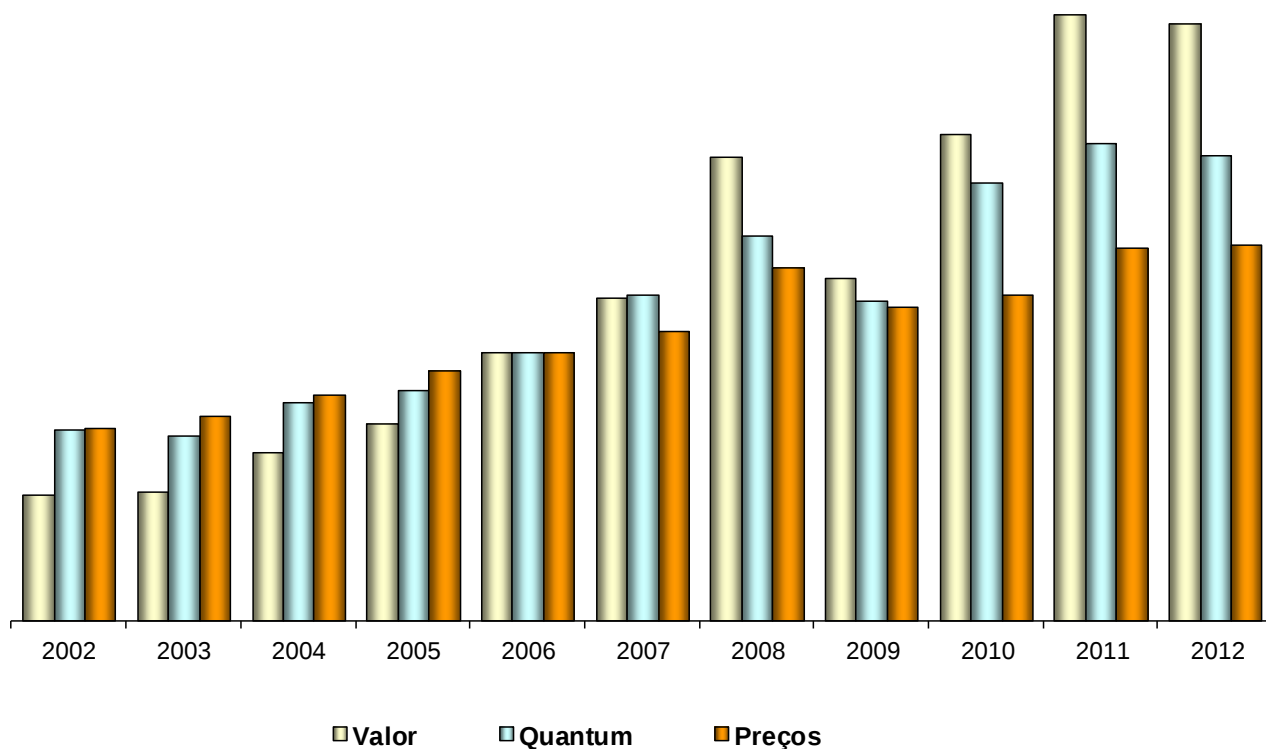
Fonte: Funcex

MEMO:

Importações

	Índice Ano Base 2006= 100		
	Quantum	Preços	Valor
1999	70,1	77,0	49,3
2000	79,3	77,1	55,9
2001	81,7	74,5	55,6
2002	71,7	72,1	47,2
2003	69,1	76,6	48,3
2004	81,7	84,2	62,8
2005	86,1	93,6	73,6
2006	100,0	100,0	100,0
2007	122,0	108,2	120,6
2008	143,6	131,7	173,0
2009	119,3	117,2	127,7
2010	163,5	121,7	181,8
2011	178,0	139,1	226,2
2012	174,0	140,4	223,1

EVOLUÇÃO DO QUANTUM E DOS PREÇOS DAS IMPORTAÇÕES



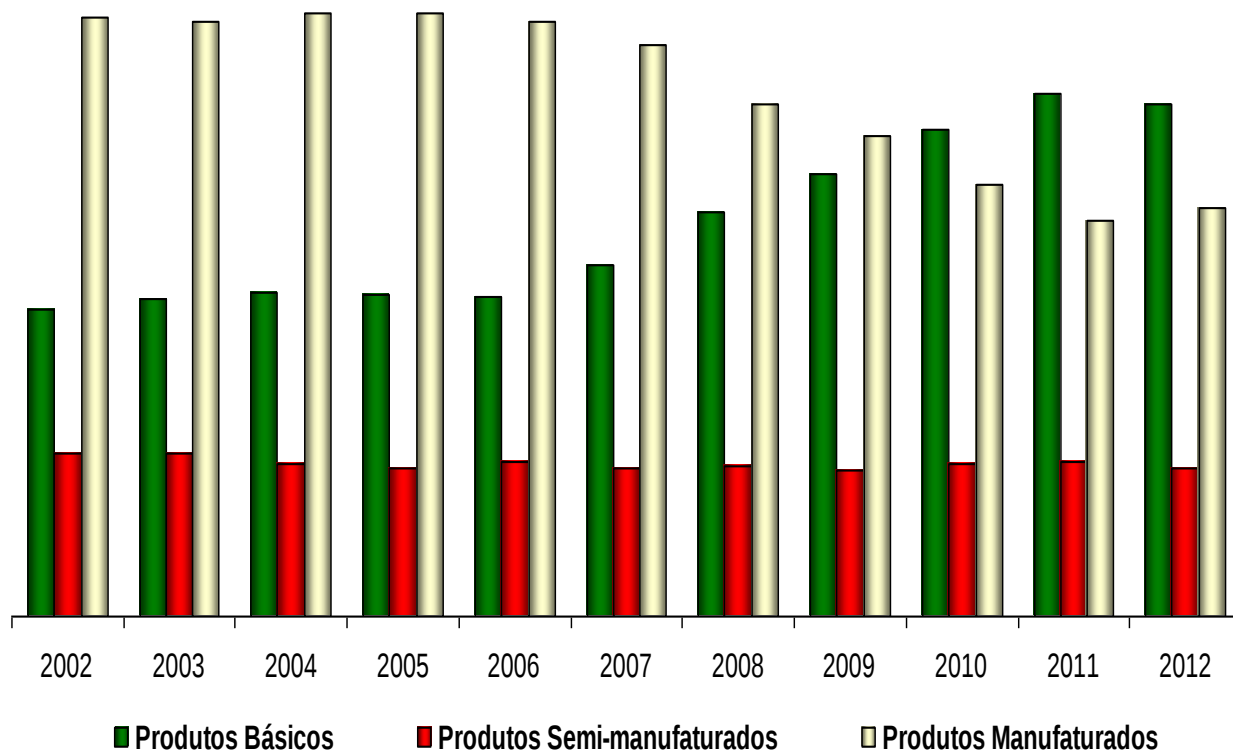
Fonte: Funcex

MEMO:

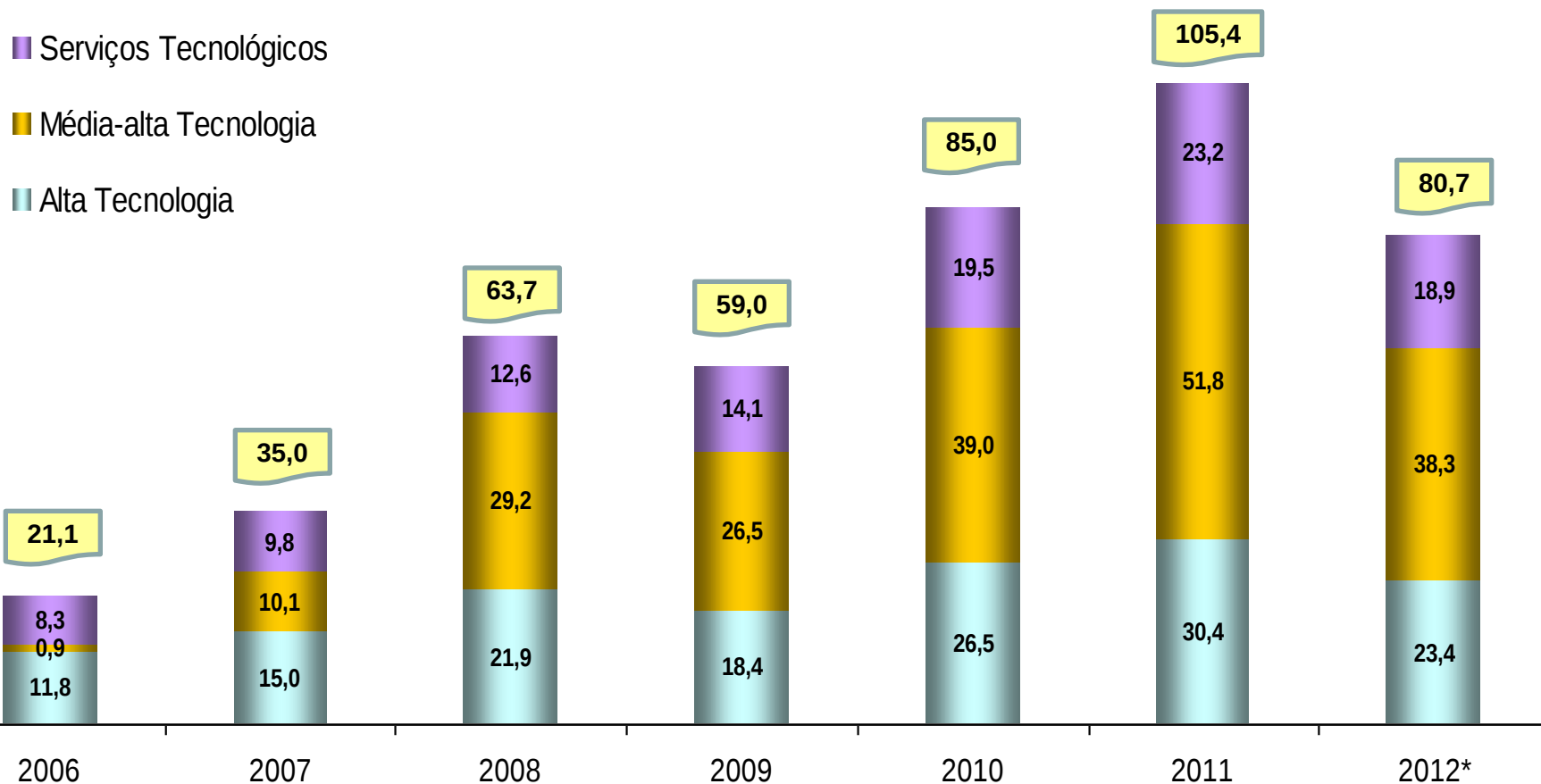
	Exportações (US\$ Bilhões)	Básicos (%)	Semimanu- -faturados (%)	Manu- -faturados (%)
1999	48,0	24,6	16,6	56,9
2000	55,1	22,8	15,4	59,1
2001	58,3	26,4	14,2	56,6
2002	60,4	28,1	14,9	54,8
2003	73,2	29,0	15,0	54,4
2004	96,7	29,6	13,9	55,1
2005	118,5	29,4	13,5	55,2
2006	137,8	29,2	14,1	54,4
2007	160,6	32,1	13,6	52,2
2008	197,9	36,9	13,7	46,8
2009	153,0	40,5	13,4	44,0
2010	201,9	44,6	14,0	39,4
2011	256,0	47,8	14,1	36,1
2012	242,6	46,8	13,6	37,4

Fonte: Funcex

COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES % DO TOTAL



BRASIL – DÉFICIT TECNOLÓGICO (US\$ bilhões)



* Dados Jan a Set, 2012

Fonte: Monitor do Déficit Tecnológico, PROTEC-Pró-inovação Tecnológica

INDICADORES TECNOLÓGICOS DO BRASIL

(Em US\$ FOB Bilhões)

(Em US\$ FOB Bilhões)

Saldo dos Grupos Tecnológicos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Aviação e aeroespacial	1,33	1,78	1,11	0,40	0,68	0,18	0,11
Farmacêutico	-2,72	-3,76	-4,64	-4,57	-6,38	-6,49	-5,01
Material de escritório e informática	-2,22	-2,38	-3,10	-2,74	-3,76	-4,15	-3,50
Equipamentos de telecomunicações	-5,29	-6,63	-9,79	-7,06	-11,39	-14,13	-10,65
Instrumentos médicos de ótica e precisão	-2,93	-4,05	-5,51	-4,47	-5,65	-5,82	-4,39
Alta Tecnologia	-11,84	-15,04	-21,93	-18,43	-26,50	-30,41	-23,44
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	-0,91	-1,27	-2,34	-2,36	-4,62	-5,66	-3,91
Indústria automobilística	7,84	5,74	2,20	-2,91	-4,53	-7,65	-5,58
Produtos químicos, exct. Farmacêuticos	-6,80	-10,85	-20,11	-12,50	-16,12	-22,34	-16,28
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n.e	-0,03	-0,07	-0,77	-0,36	-1,00	-1,32	-1,09
Máquinas e equipamentos mecânicos n.e	-1,01	-3,68	-8,16	-8,36	-12,73	-14,87	-11,46
Média-alta tecnologia	-0,91	-10,12	-29,17	-26,49	-38,98	-51,84	-38,32
Saldo dos Serviços Tecnológicos							
Computação e informação	-1,90	-2,11	-2,60	-2,59	-3,30	-3,80	-2,88
Royalties e licenças	-1,51	-1,90	-2,23	-2,08	-2,45	-2,71	-2,36
Aluguel de equipamentos	-4,89	-5,77	-7,81	-9,39	-13,75	-16,67	-13,68
Total dos serviços tecnológicos	-8,30	-9,79	-12,64	-14,06	-19,50	-23,18	-18,92
SALDO TECNOLÓGICO	-21,05	-34,99	-63,74	-58,98	-84,98	-105,44	-80,68

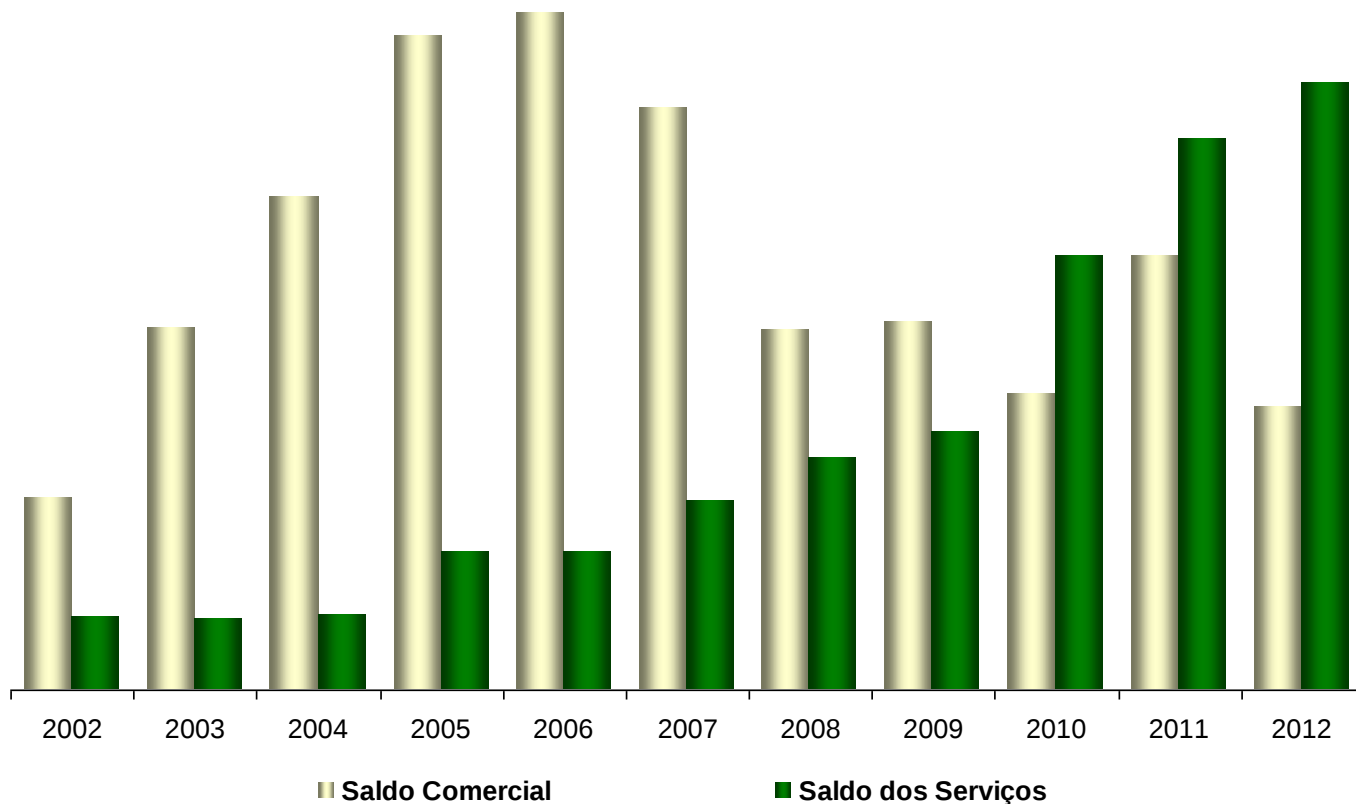
* Dados Jan a Set, 2012

Fonte: Monitor do Déficit Tecnológico, PROTEC-Pró-inovação Tecnológica

MEMO:

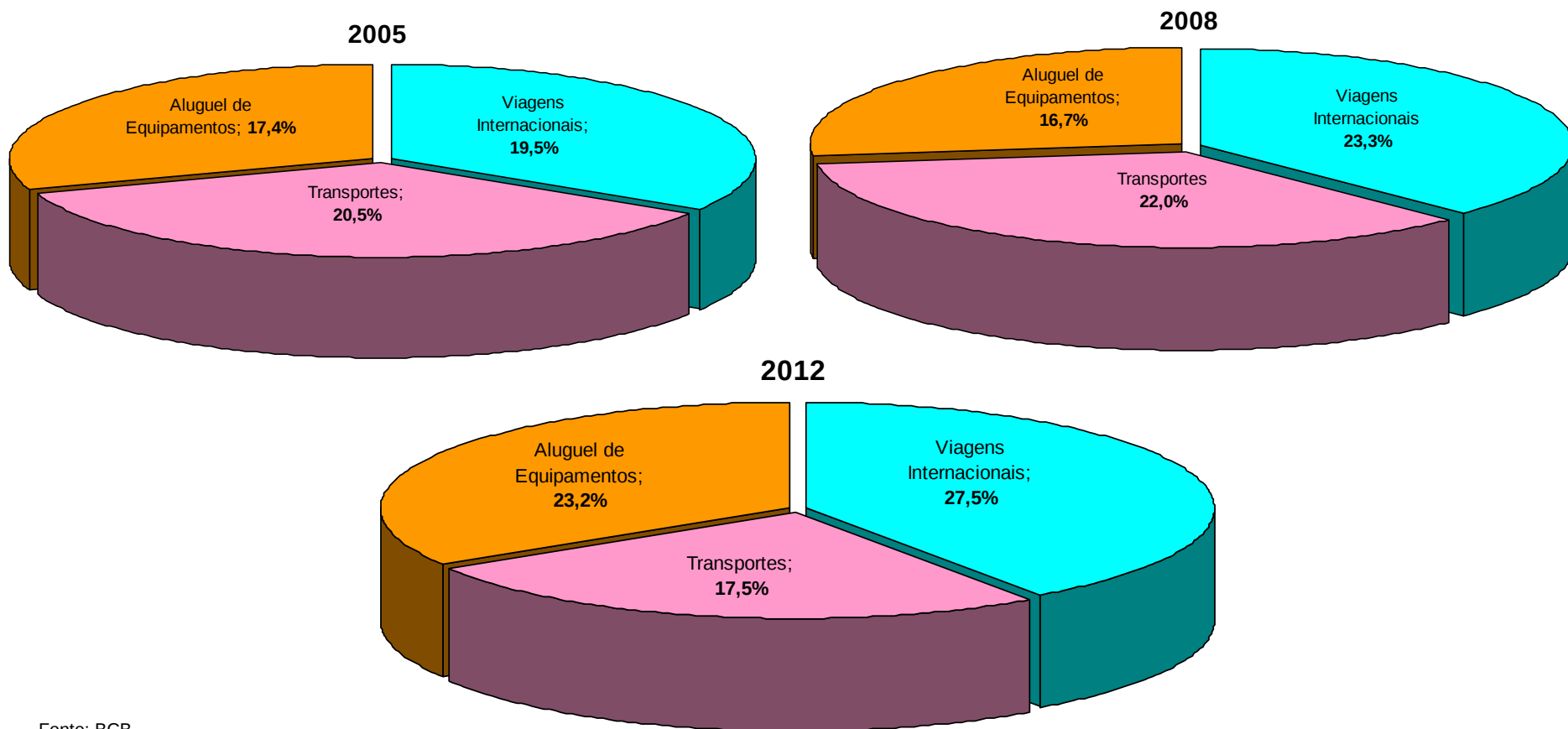
US\$ Bilhões		
	Saldo Comercial	Saldo dos Serviços
2002	13,1	5,0
2003	24,8	4,9
2004	33,8	5,1
2005	44,9	9,5
2006	46,5	9,5
2007	40,0	12,9
2008	24,7	15,9
2009	25,3	17,7
2010	20,3	29,8
2011	29,8	37,9
2012	19,4	41,1

Saldo Comercial e da Balança de Serviços US\$ Bilhões



Fonte: BCB

Principais Itens Deficitários da Conta de Serviços % das Despesas Brutas Totais



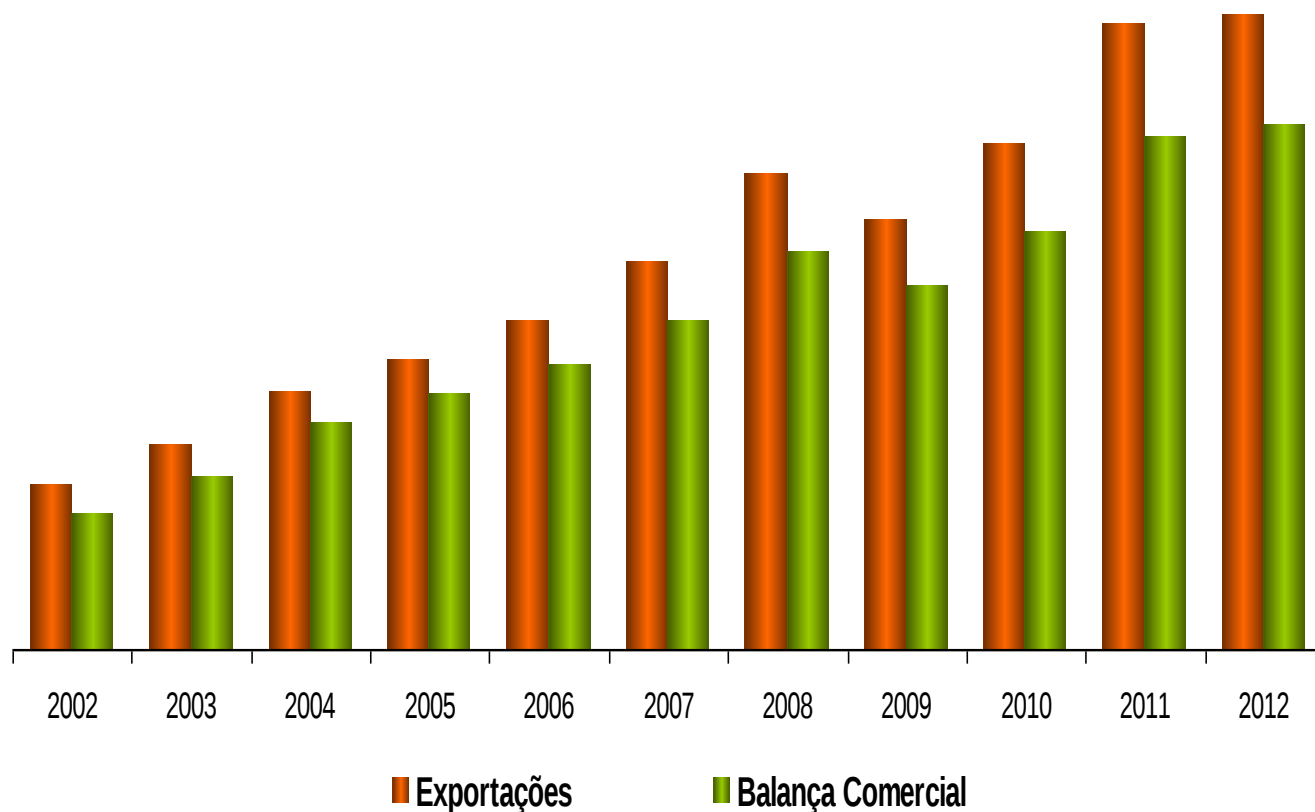
Fonte: BCB

M E M O:

AGRONEGÓCIO - EXPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL US\$ BILHÕES

US\$ Bilhões		
	Exportações	Balança Comercial
2002	24,8	20,4
2003	30,6	25,9
2004	39,0	34,2
2005	43,6	38,5
2006	49,5	42,8
2007	58,4	49,7
2008	71,8	60,0
2009	64,8	54,9
2010	76,4	63,0
2011	94,6	77,5
2012	95,8	79,5

Fonte: CEPEA



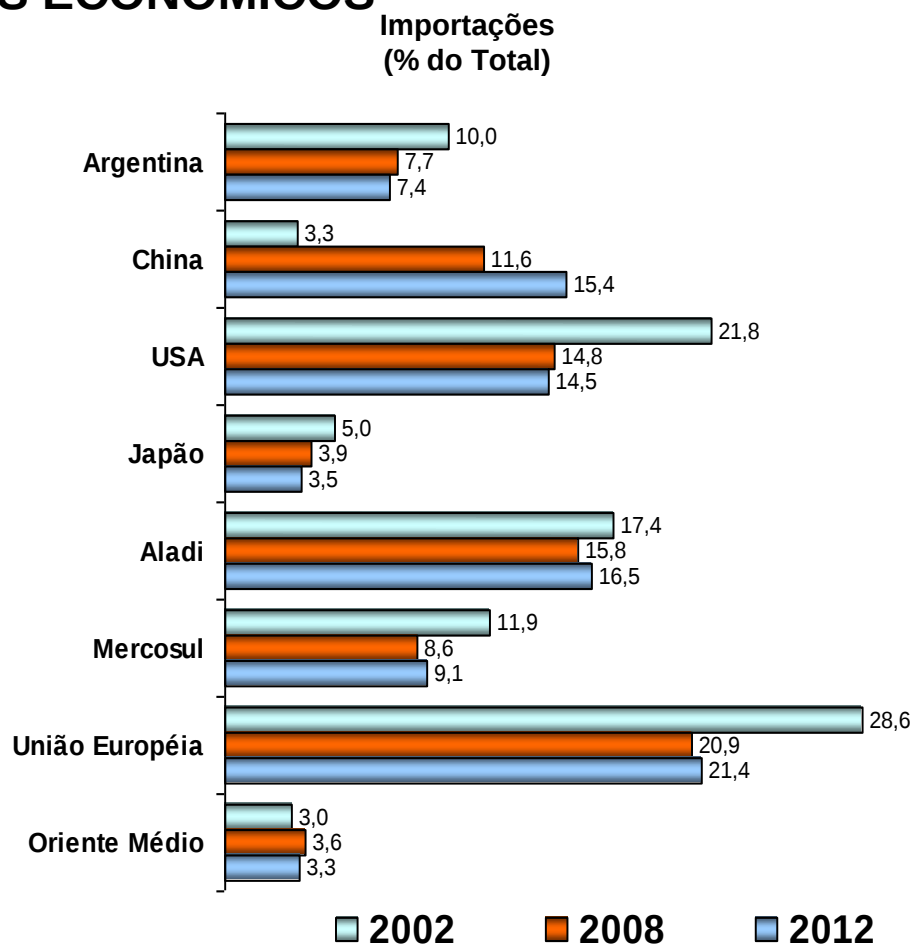
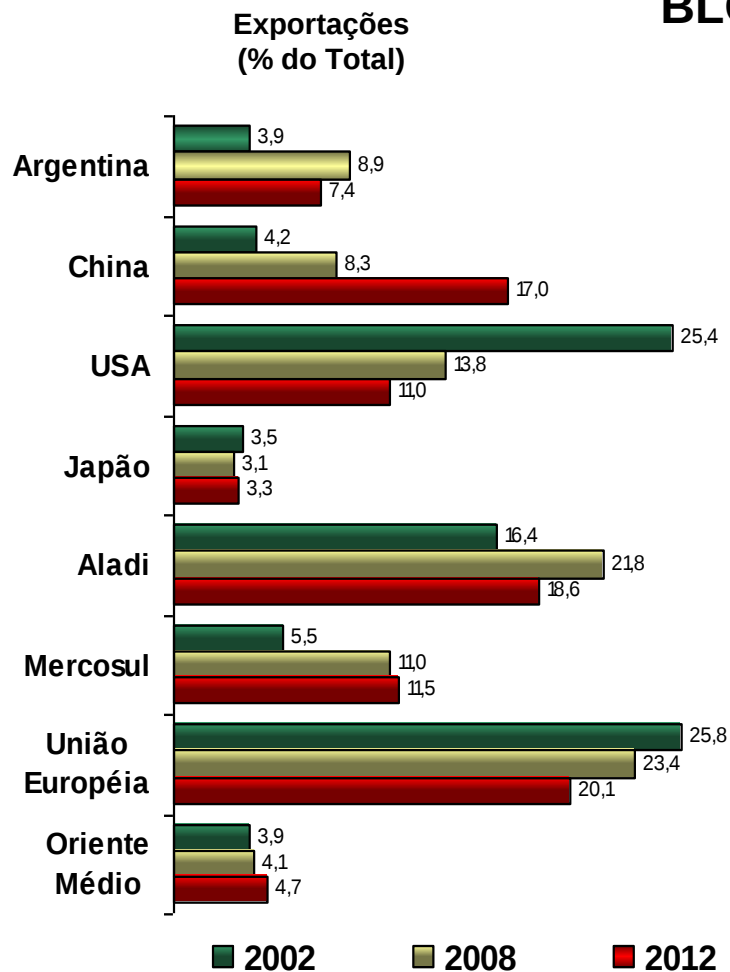
Composição das Exportações do Agronegócio em 2012

US\$ Bilhões

PRODUTOS		% Exportações	
		Agronegócio	Totais
Complexo de Soja	26,1	27,3	10,2
Complexo Sucroalcoleiro	15,0	15,7	5,9
Complexo Carnes	15,7	16,4	6,1
Complexo Florestal	9,1	9,5	3,5
Café	6,5	6,7	2,5
Sub total	72,4	75,6	28,3
Outros	23,4	24,4	9,1
Total	95,8	100,0	37,4

Fonte: CONAB

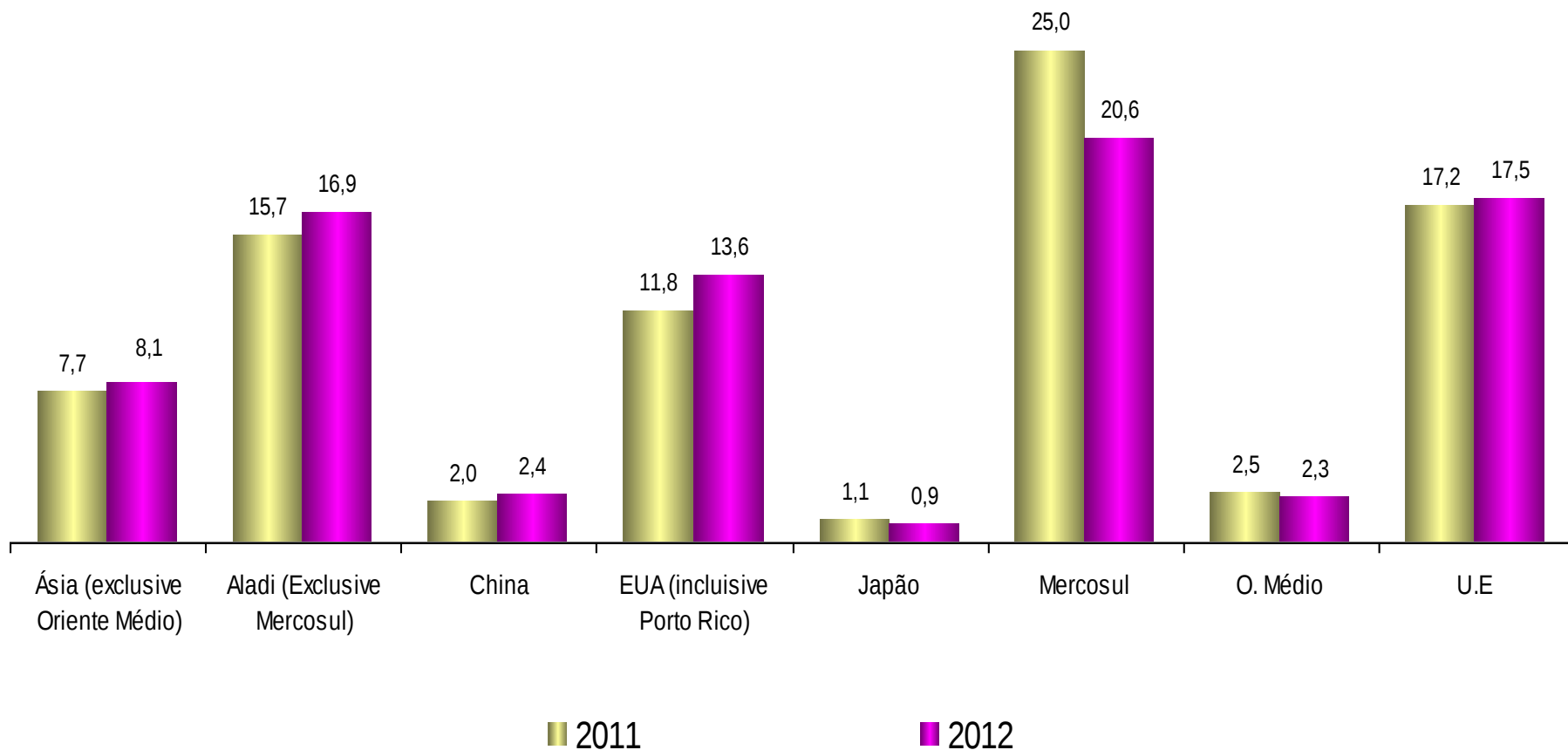
ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO POR PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS



Fonte: MDIC

Destino das Exportações de Produtos Manufaturados

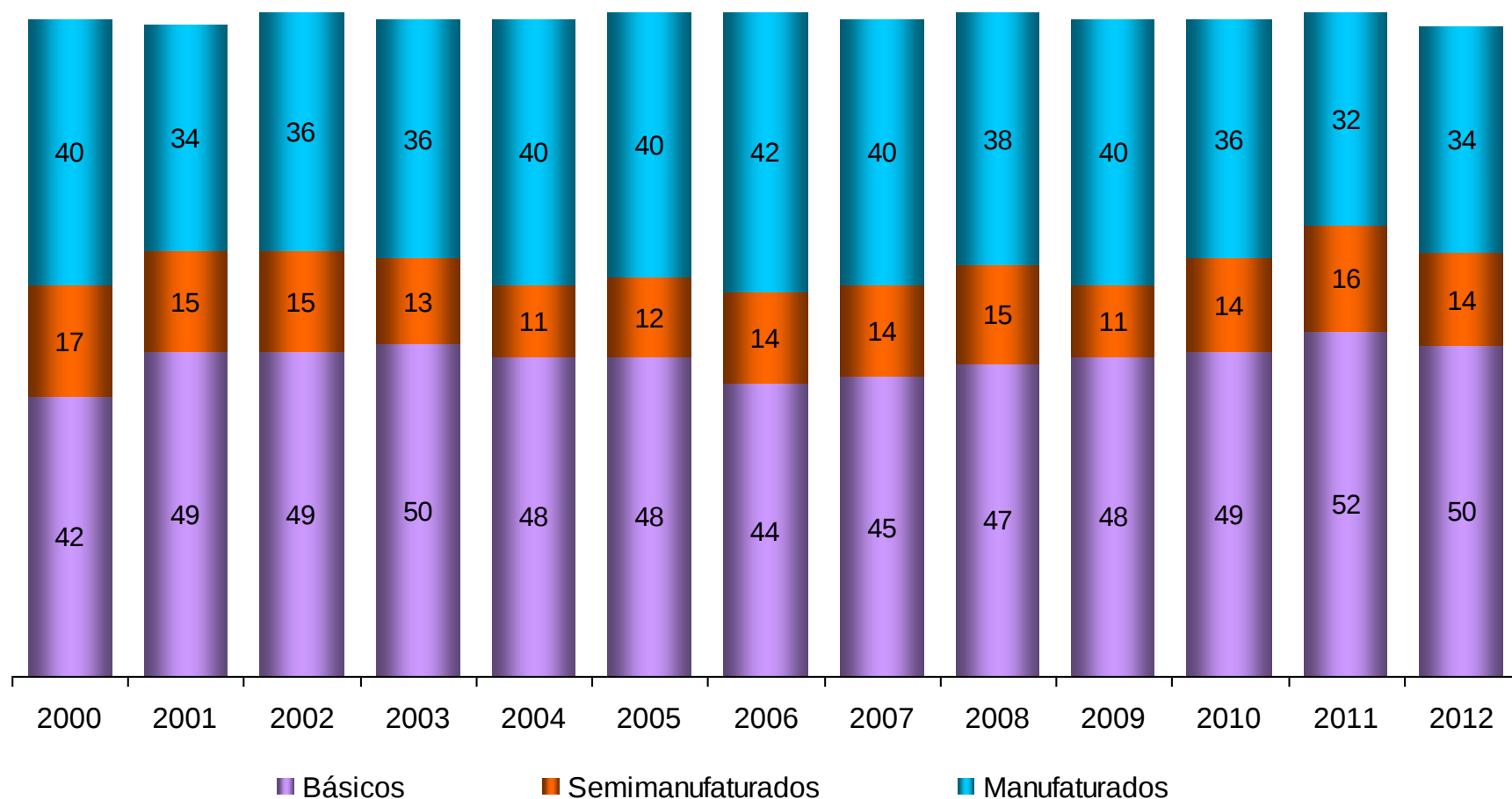
US\$ Bilhões



Fonte: MDIC

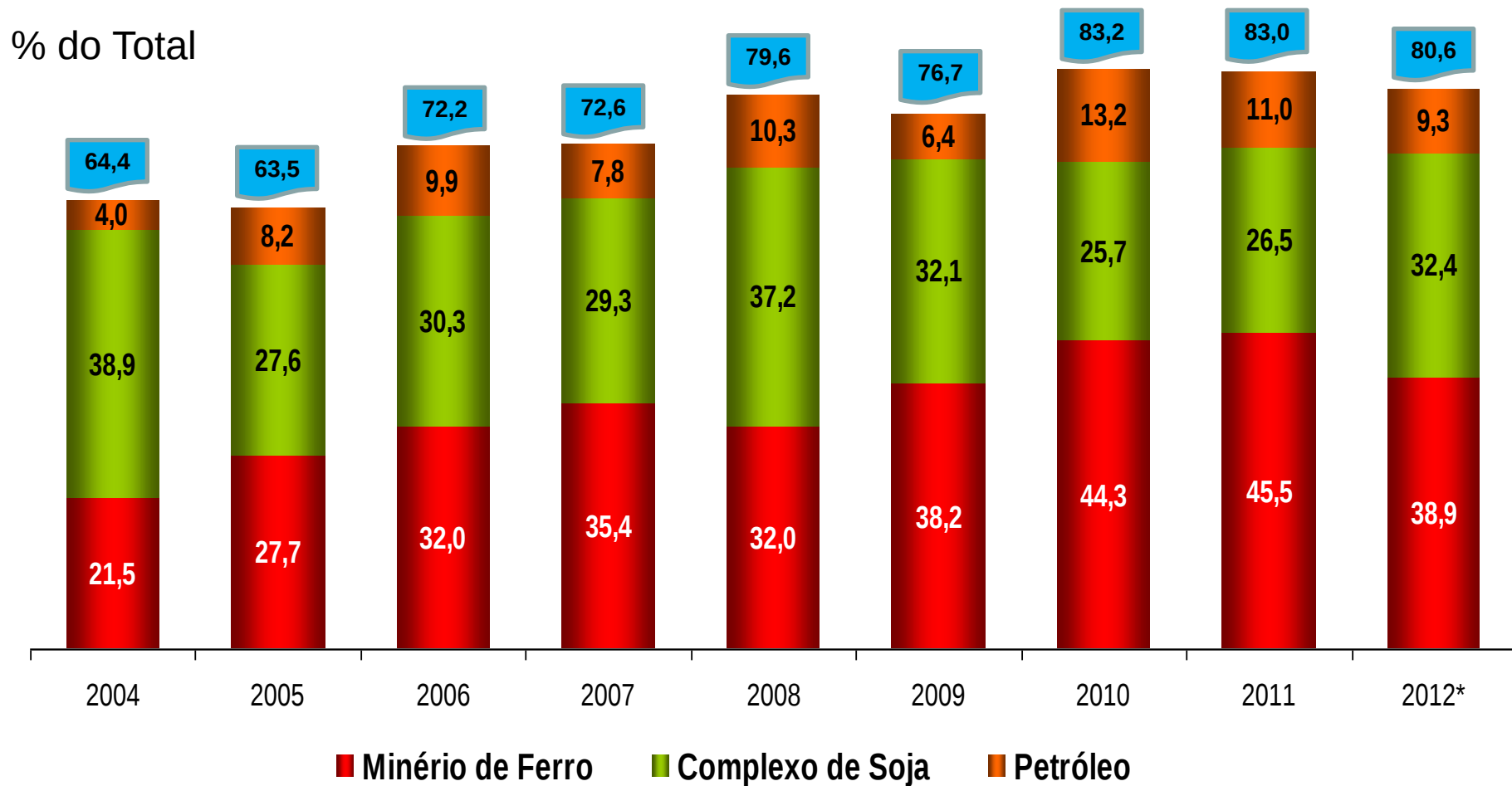
Composição da exportação para União Européia por fator agregado

% do total exportado para União Européia



Fonte: MDIC

Composição das exportações para a China nos últimos anos

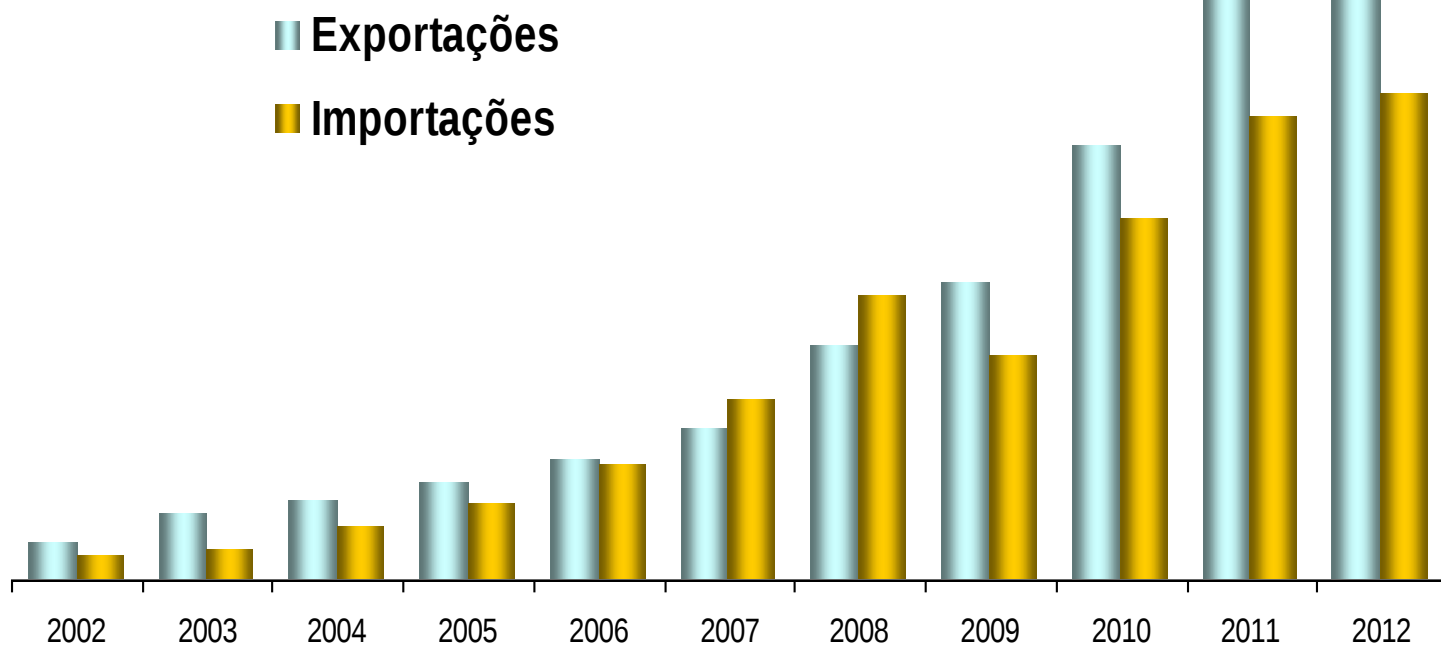


* Acumulado em 12 meses até Julho
Fonte: Credit Suisse

MEMO:

US\$ Bilhões		
	Exportações	Importações
1999	0,7	0,9
2000	1,1	1,2
2001	1,9	1,3
2002	2,5	1,6
2003	4,5	2,1
2004	5,4	3,7
2005	6,8	5,4
2006	8,4	8,0
2007	10,7	12,6
2008	16,5	20,0
2009	21,0	15,9
2010	30,8	25,6
2011	44,3	32,8
2012	41,3	34,3

COMÉRCIO BRASIL / CHINA US\$ Bilhões



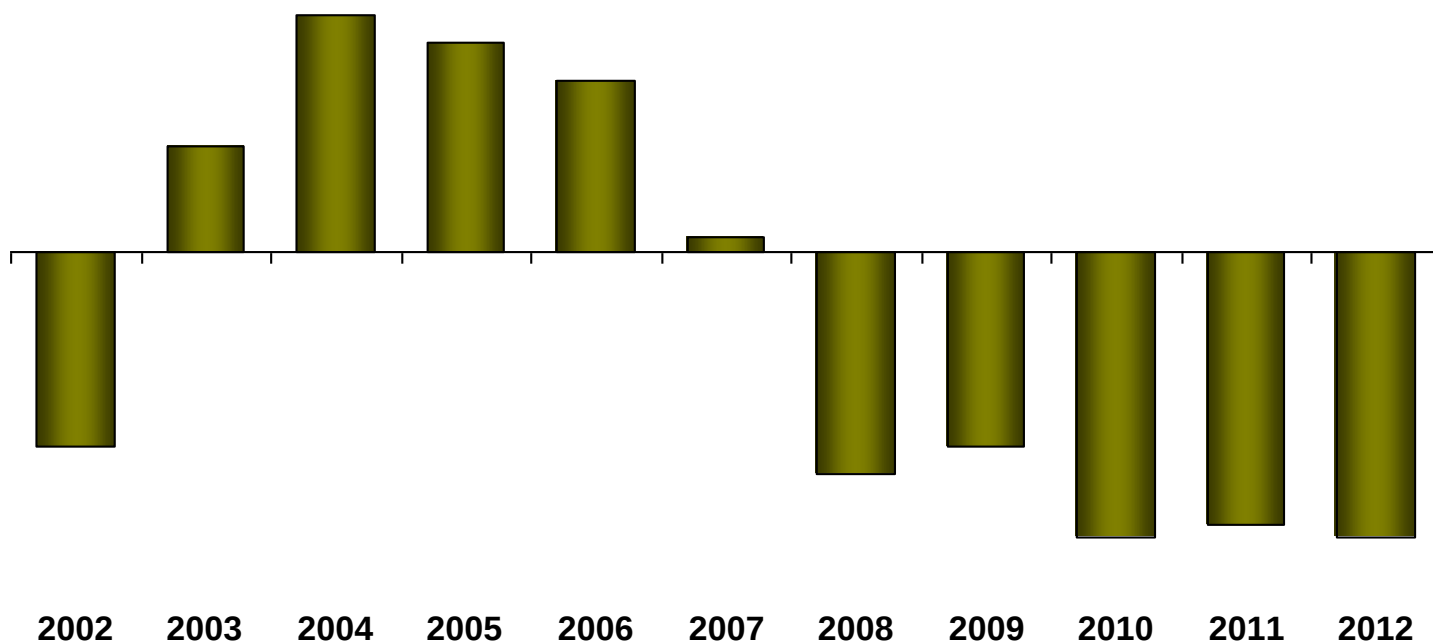
Fonte: IPEADATA

BALANÇO DE PAGAMENTOS

MEMO:

US\$ Bilhões		% do PIB
1999	-25,3	-4,3
2000	-24,2	-3,8
2001	-23,2	-4,2
2002	-7,6	-1,5
2003	4,2	0,8
2004	11,7	1,8
2005	14,0	1,6
2006	13,6	1,3
2007	1,6	0,1
2008	-28,2	-1,7
2009	-24,3	-1,5
2010	-47,3	-2,2
2011	-52,6	-2,1
2012	-54,4	-2,2

Déficit das Transações Correntes (% do PIB)



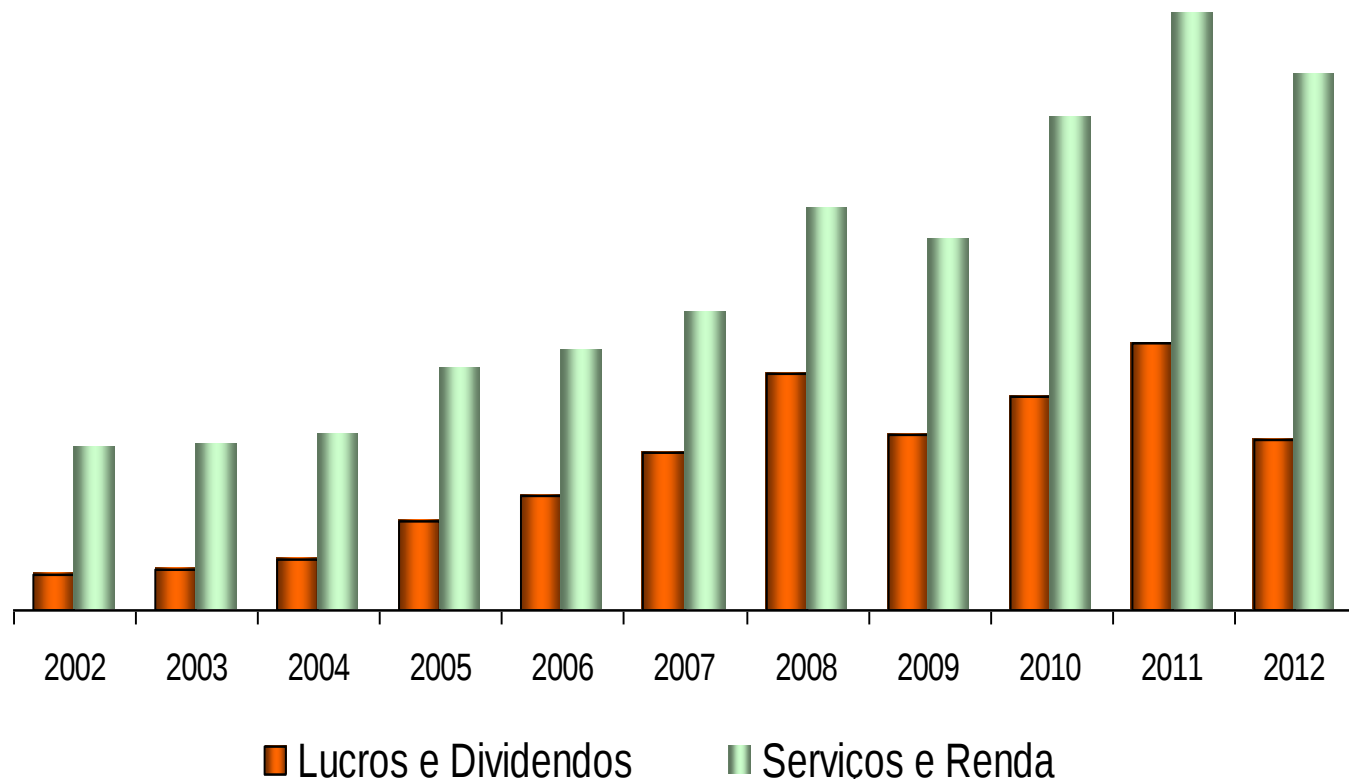
Fonte: BCB

MEMO:

US\$ Bilhões (Acumulado no ano)		
Período	Lucros e Dividendos	Serviços e Renda
1999	4,1	25,8
2000	3,3	25,1
2001	5,0	27,5
2002	5,2	23,2
2003	5,7	23,5
2004	7,3	25,2
2005	12,7	34,3
2006	16,4	37,1
2007	22,4	42,5
2008	33,9	57,3
2009	25,2	52,9
2010	30,4	70,3
2011	38,2	85,2
2012	24,2	76,5

Fonte: IPEADATA

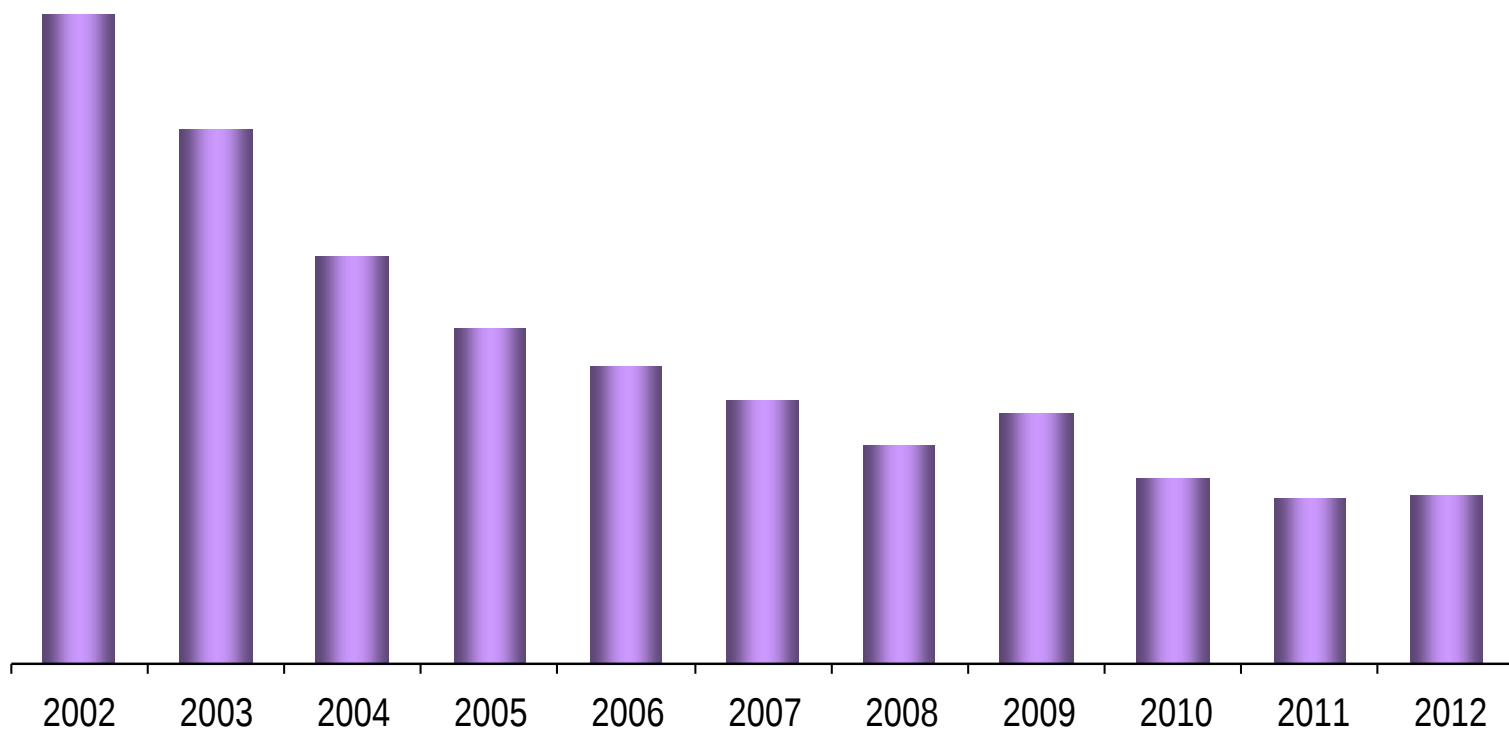
Remessa de Lucros e Dividendos e Déficit Estrutural na Conta de Serviços e Renda US\$ Bilhões



MEMO:

%	
2002	23,6
2003	19,4
2004	14,8
2005	12,2
2006	10,8
2007	9,5
2008	7,9
2009	9,1
2010	6,7
2011	6,0
2012	6,1

Despesas Brutas com Juros / Exportações (%)

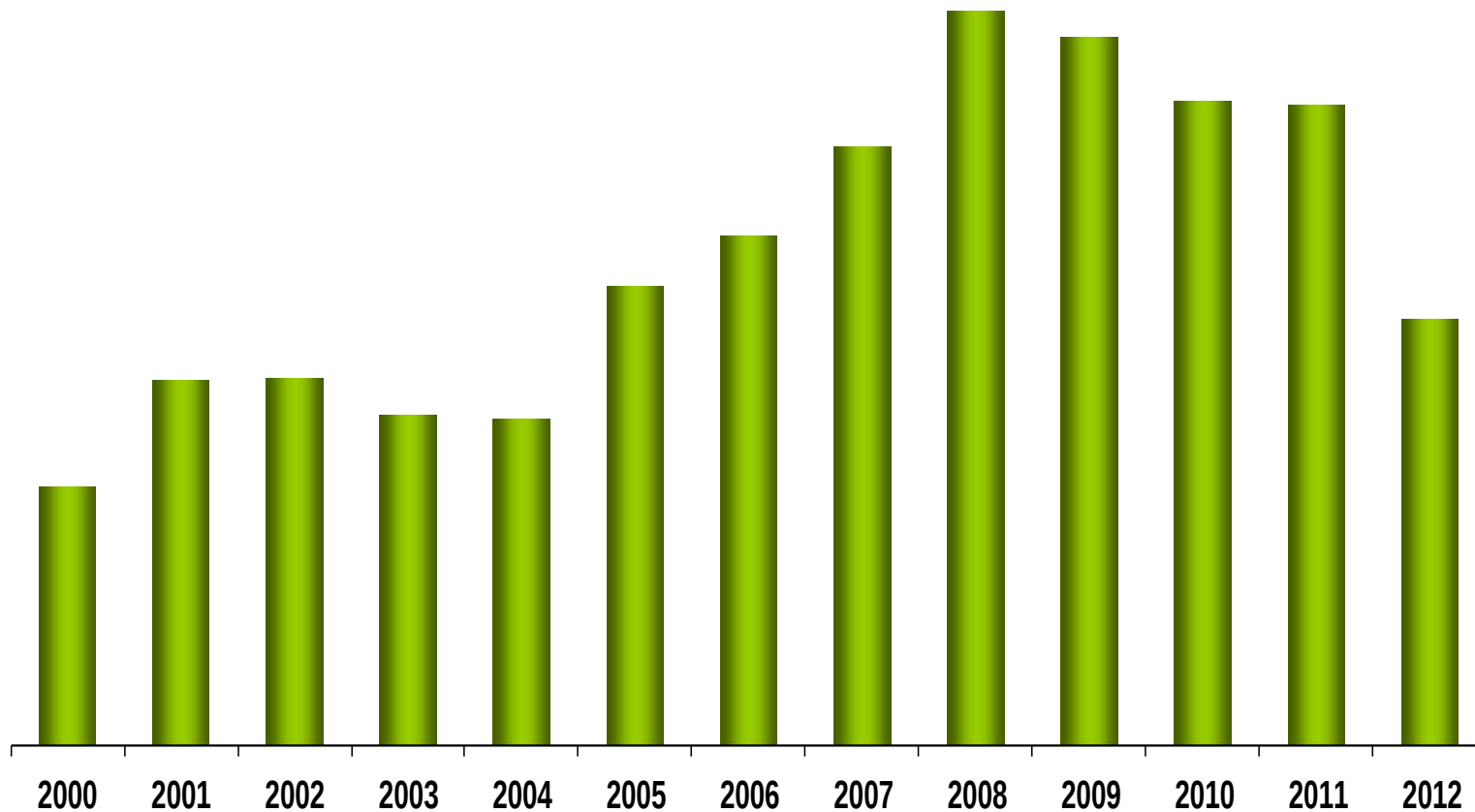


Fonte: BCB

M E M O:

Remessa de Lucros e Dividendos / Exportações (%)

%	
2002	6,0
2003	8,5
2004	8,6
2005	7,7
2006	7,6
2007	10,7
2008	11,9
2009	14,0
2010	17,1
2011	16,5
2012	15,0

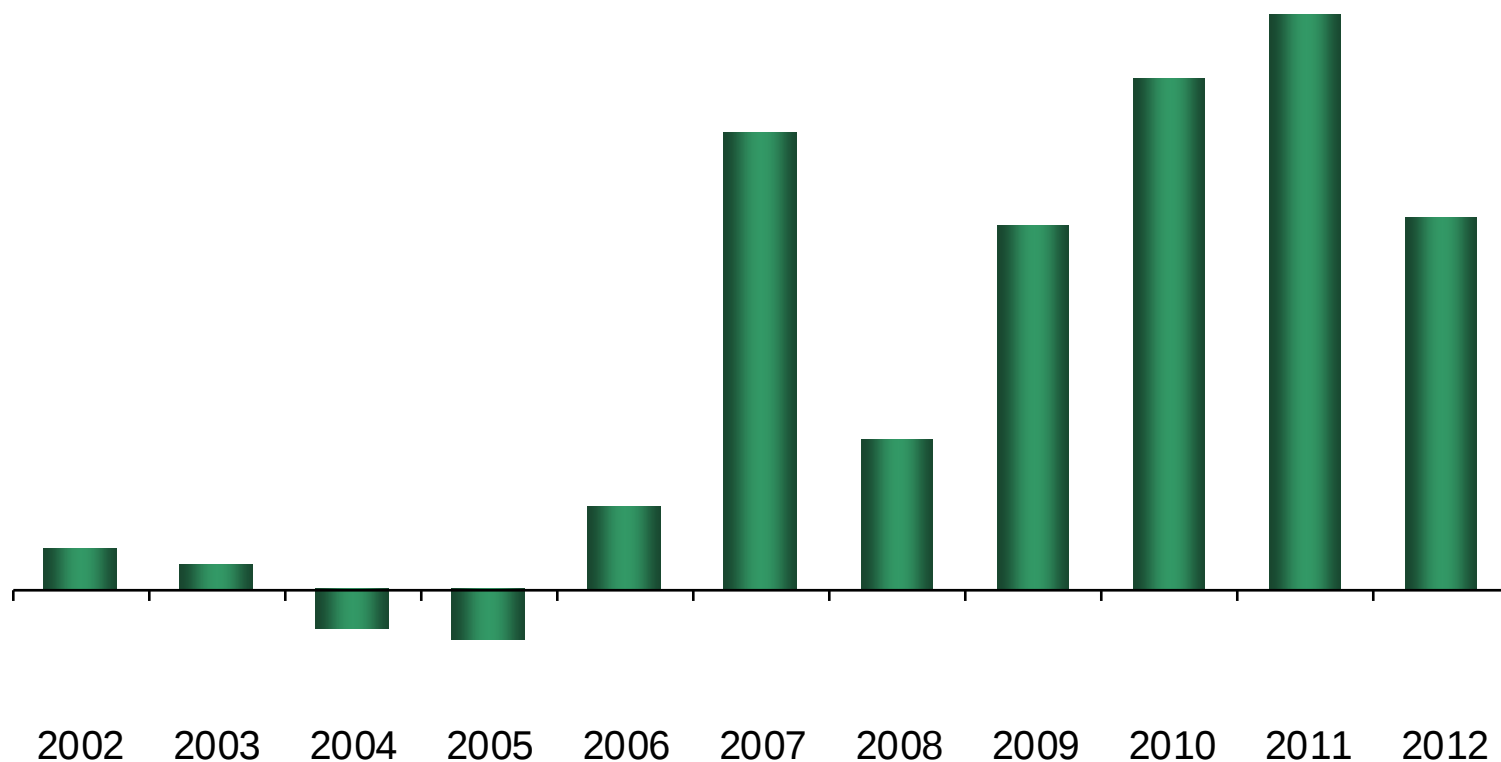


Fonte: BCB

MEMO:

Saldo da Conta Financeira e de Capital do Balanço de Pagamentos US\$ bilhões

US\$ Bilhões	
1999	17,3
2000	19,3
2001	27,1
2002	8,0
2003	5,1
2004	-7,5
2005	-9,5
2006	16,3
2007	89,1
2008	29,4
2009	71,3
2010	99,9
2011	112,4
2012	72,8

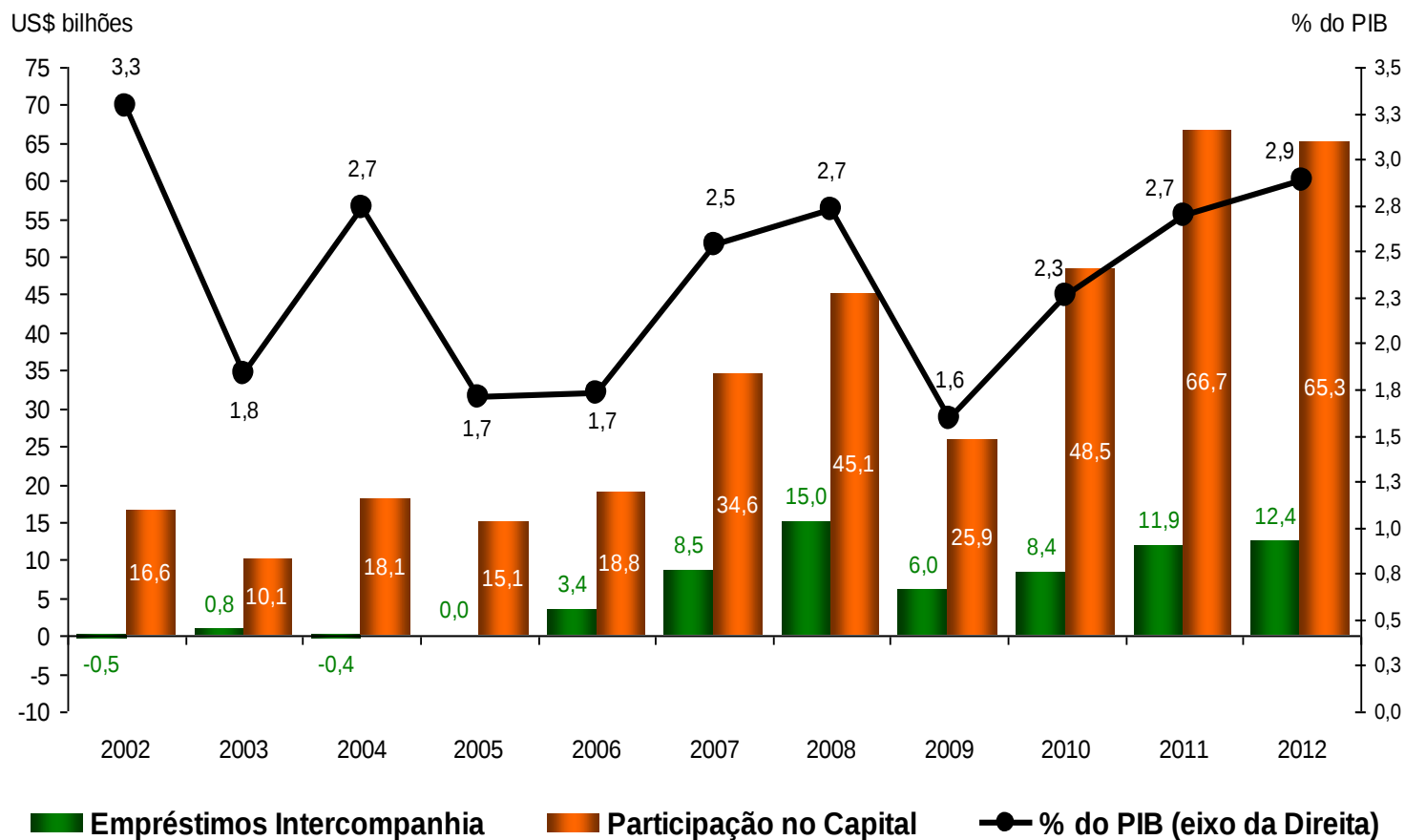


Fonte: BCB

MEMO:

Período	US\$ Bilhões
1999	28,6
2000	32,8
2001	22,5
2002	16,6
2003	10,1
2004	18,1
2005	15,1
2006	18,9
2007	34,6
2008	45,1
2009	25,9
2010	48,4
2011	66,7
2012	65,3

Investimento Estrangeiro Direto US\$ Bilhões

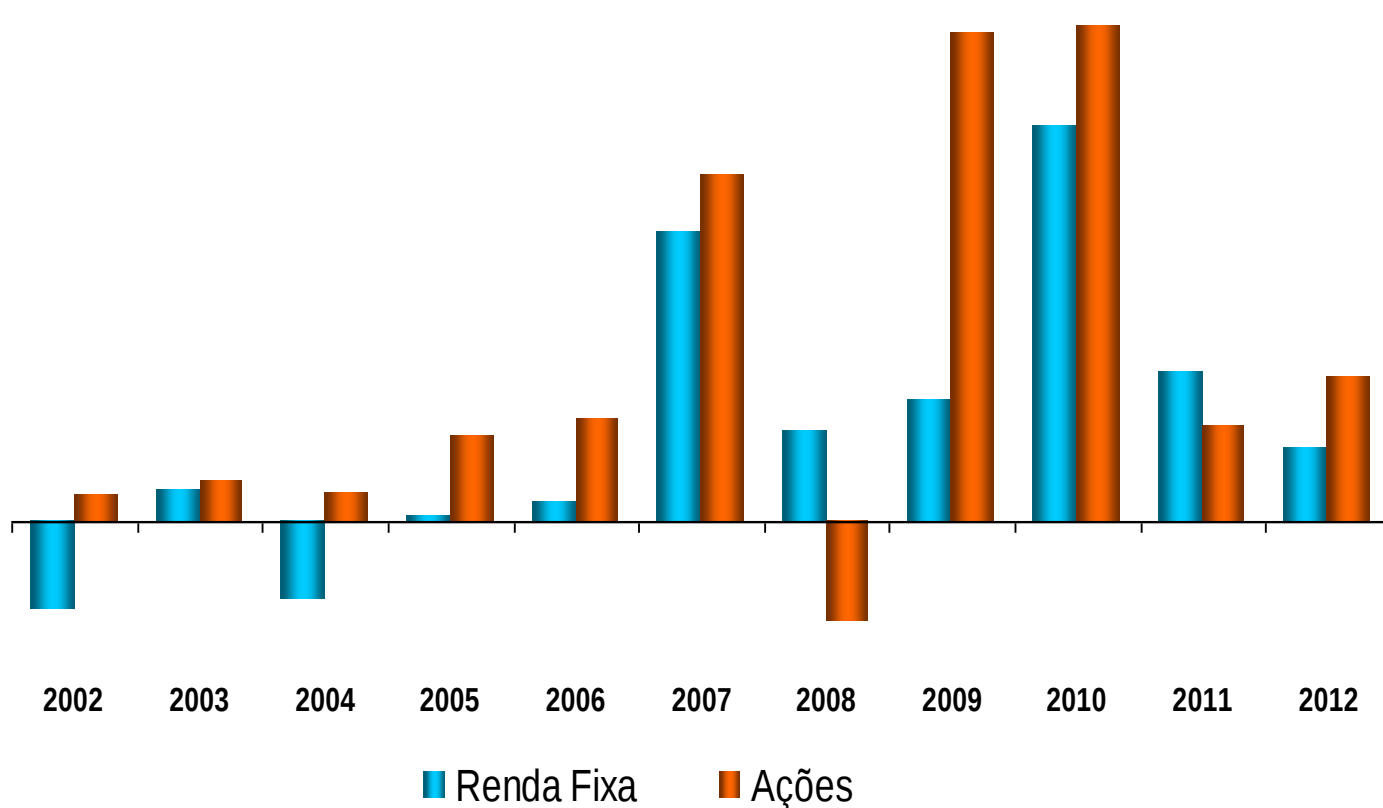


Fonte: BCB

MEMO:

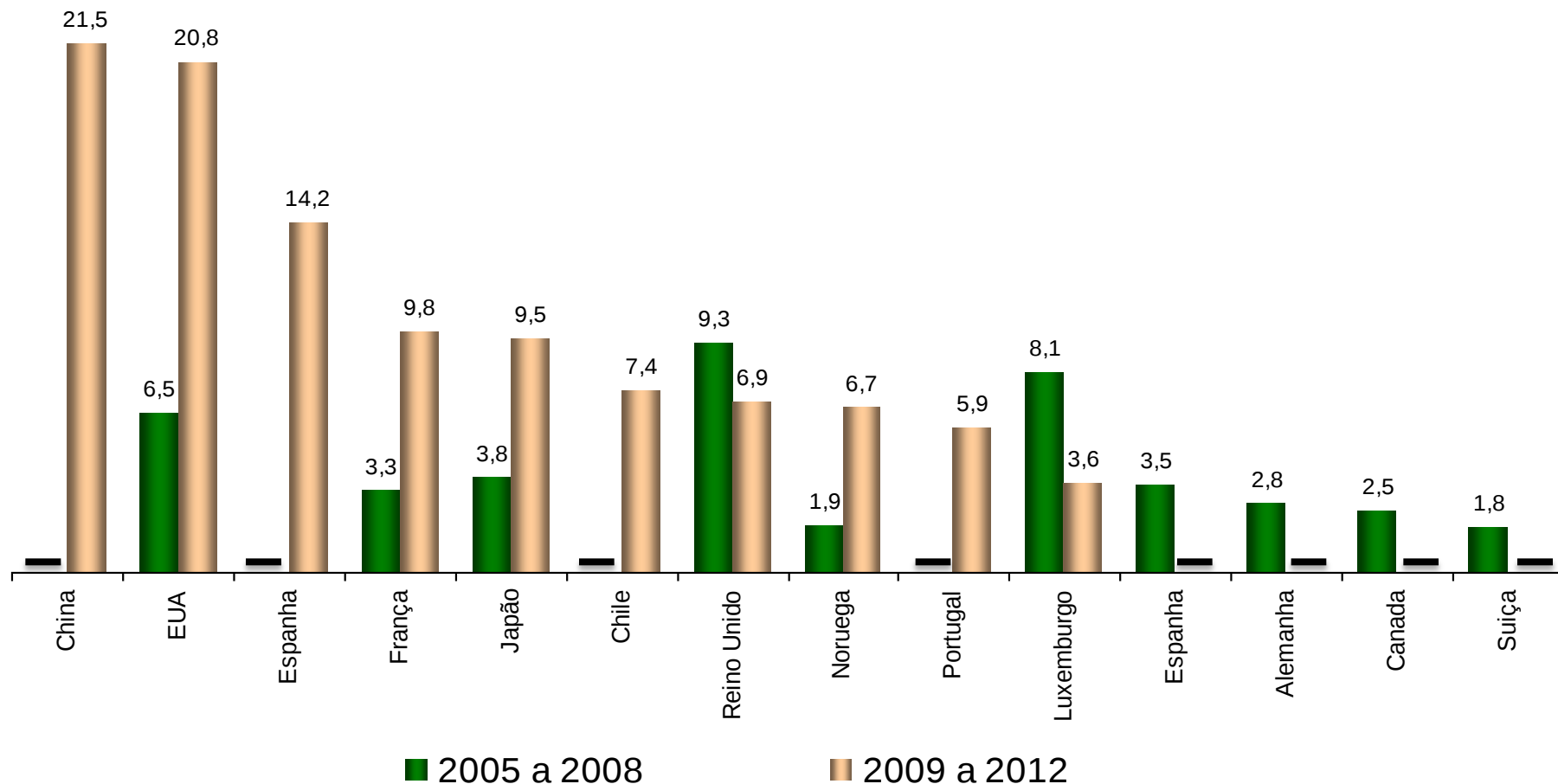
	Renda Fixa	Ações
1999	1,0	2,6
2000	5,6	3,1
2001	-1,6	2,5
2002	-6,8	2,0
2003	2,2	3,0
2004	-6,1	2,1
2005	0,2	6,5
2006	1,4	7,7
2007	21,9	26,2
2008	6,8	-7,6
2009	9,1	37,1
2010	30,1	37,7
2011	11,3	7,2
2012	5,6	10,9

Investimentos de Estrangeiros em Carteira Títulos de Renda Fixa e Ações (US\$ Bilhões)



Fonte: BCB

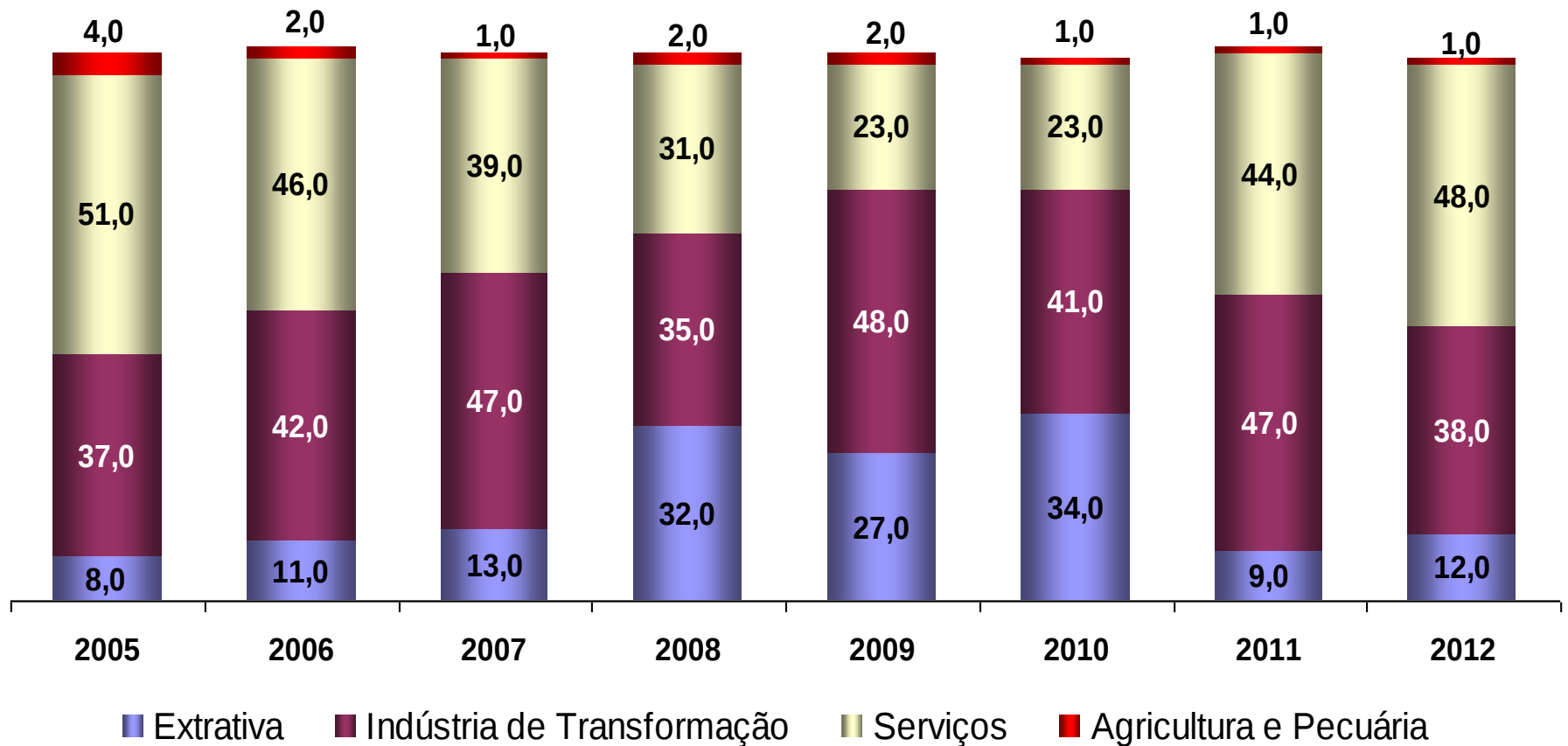
Fusões e Aquisições no Brasil por País de Origem* US\$ Bilhões



* Somente inclui em cada período, os 10 países com maior valor de investimento

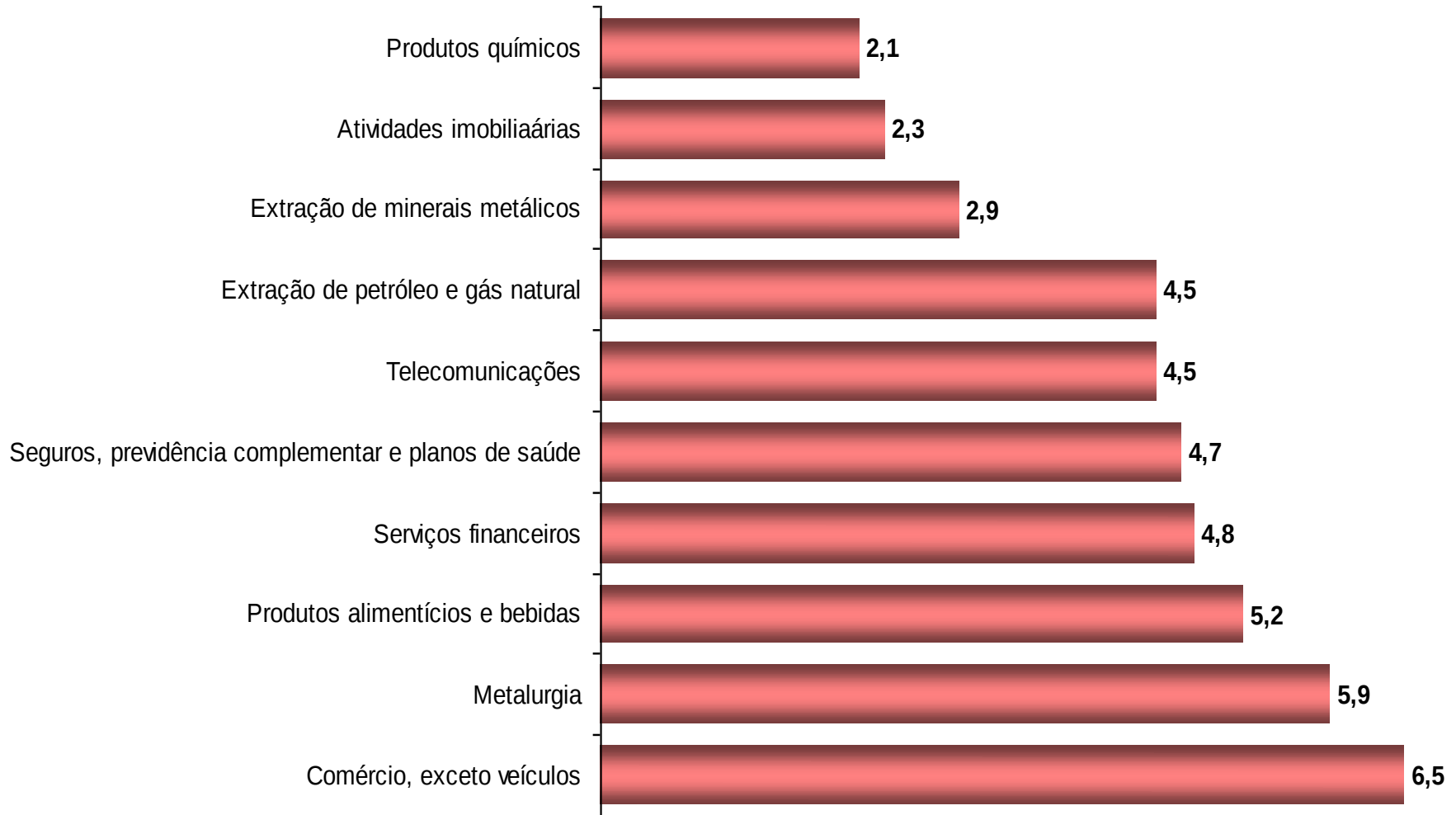
Fonte: Crédit Suisse

IED por setor % da participação Total



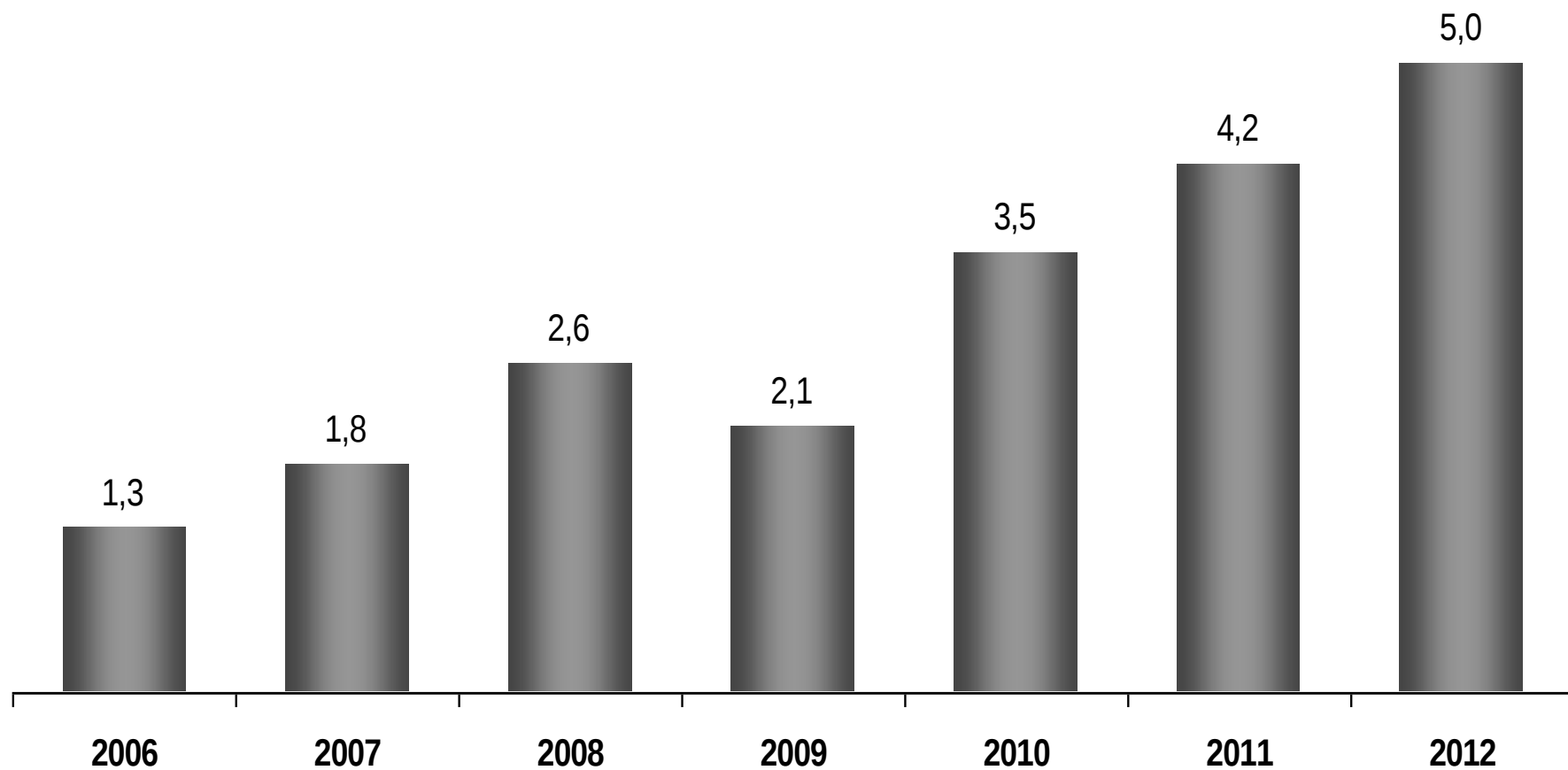
Fonte: Crédit Suisse

IED por Principais Segmentos US\$ Bilhões em 2012



Fonte: Crédit Suisse

Participação do Brasil no IED Mundial % do total de IED



Fonte: Crédit Suisse

Principais Destinos do IED Mundial

US\$ Bilhões

	2009	2010	2011	2012
1	EUA  143,6	EUA  197,9	EUA  226,9	EUA  146,7
2	China  95,0	China  114,7	China  116,0	China  111,7
3	Reino Unido  71,1	Bélgica  81,2	Bélgica  89,1	Hong Kong  72,5
4	Bélgica  61,7	Hong Kong  71,1	Hong Kong  83,2	Brasil  65,3
5	Hong Kong  52,4	Reino Unido  50,6	Brasil  66,7	Reino Unido  62,5
6	Ilhas Virgens  46,5	Ilhas Virgens  49,1	Cingapura  64,0	França  58,9
7	Rússia  36,5	Cingapura  48,6	Reino Unido  53,9	Singapore  54,4
8	Países Baixos  36,0	Brasil  48,5	Ilhas Virgens  53,7	Austrália  48,5
9	Índia  35,6	Alemanha  46,9	Rússia  52,9	Canadá  47,2
10	Arábia Saudita  32,1	Rússia  43,3	Austrália  41,3	Rússia  44,1
11	Suíça  28,6	Espanha  40,8	França  40,9	Irlanda  39,6
12	Austrália  26,6	Austrália  35,6	Canadá  40,9	Índia  27,3
13	Irlanda  26,0	França  30,6	Alemanha  40,4	Chile  26,4
14	Brasil  25,9	Arábia Saudita  28,1	Índia  31,6	Luxemburgo  22,6
15	Cingapura  24,4	Irlanda  26,3	Espanha  29,5	Bélgica  19,3

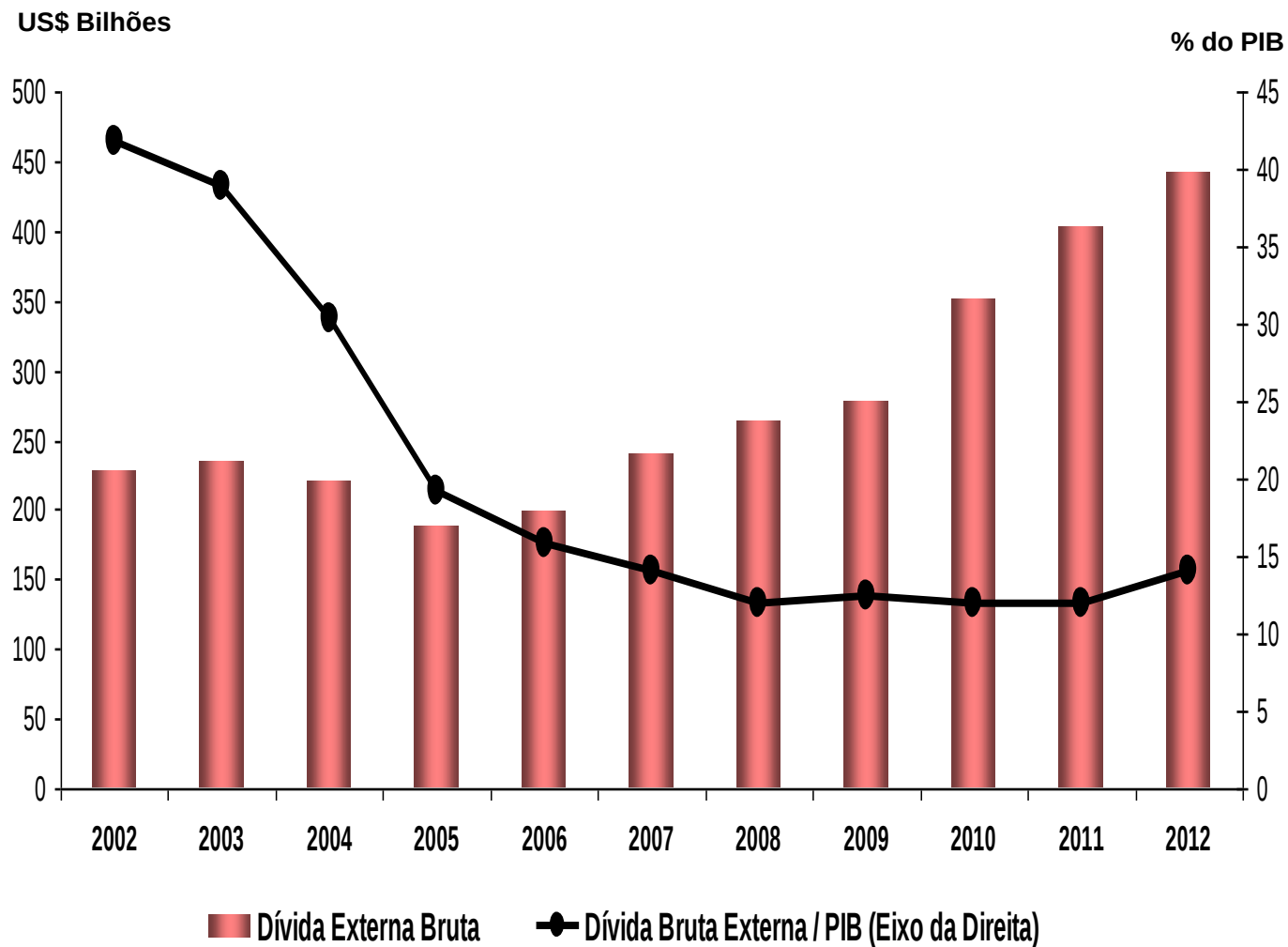
Fonte: Crédit Suisse

MEMO:

	US\$ Bilhões	% do PIB
1999	241,5	38,4
2000	236,2	33,6
2001	226,0	37,9
2002	227,7	41,8
2003	235,4	38,8
2004	220,2	30,3
2005	188,0	19,2
2006	199,4	15,8
2007	240,5	14,1
2008	262,9	12,0
2009	277,6	12,4
2010	351,9	12,0
2011	404,1	12,0
2012	441,8	14,0

Fonte: BCB

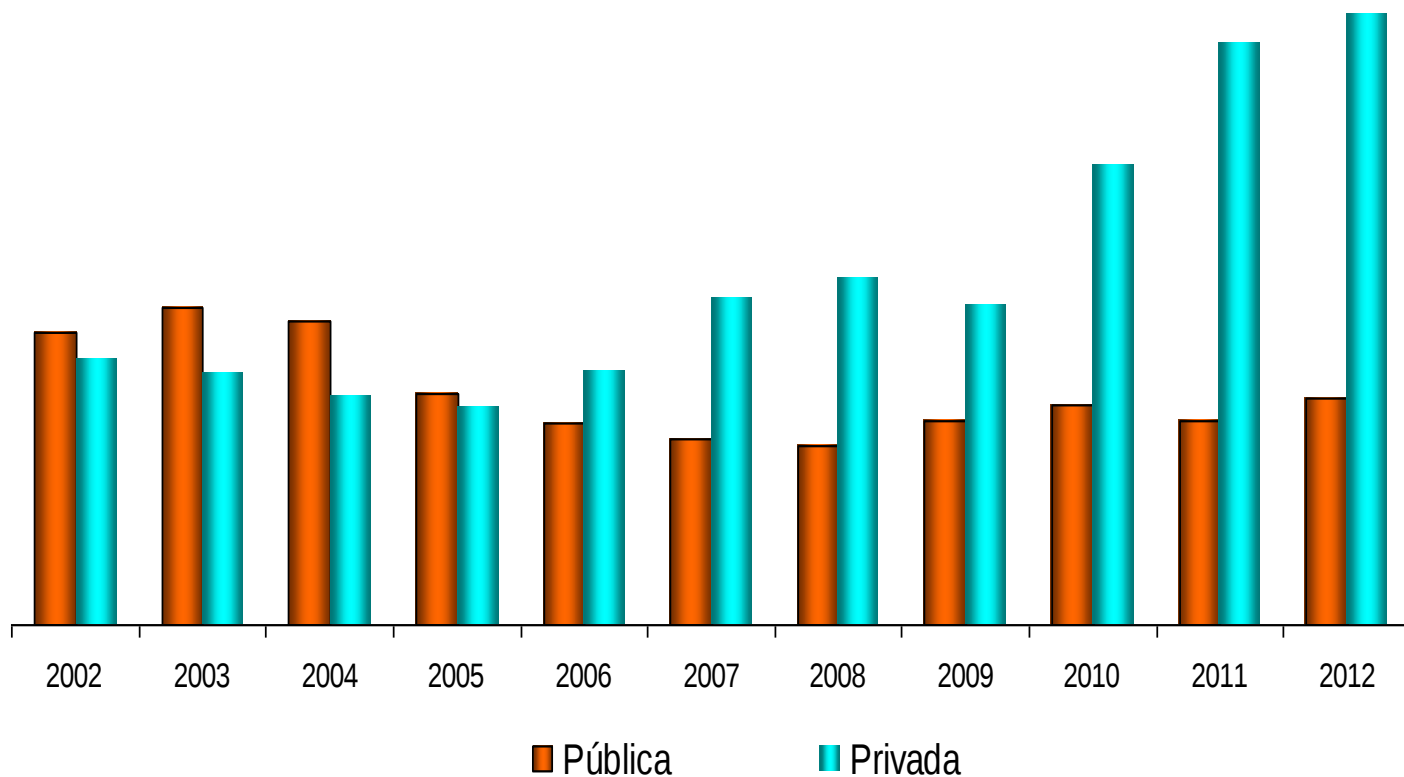
Dívida Externa Bruta



MEMO:

US\$ Bilhões		
	Pública	Privada
1999	100,7	124,9
2000	92,4	124,6
2001	91,4	115,8
2002	110,4	100,3
2003	119,9	95,1
2004	114,7	86,7
2005	87,6	81,9
2006	76,3	96,3
2007	70,3	122,9
2008	67,4	131,0
2009	77,2	121,0
2010	82,8	174,0
2011	77,3	220,1
2012	85,4	231,5

Dívida Externa Pública e Privada US\$ Bilhões

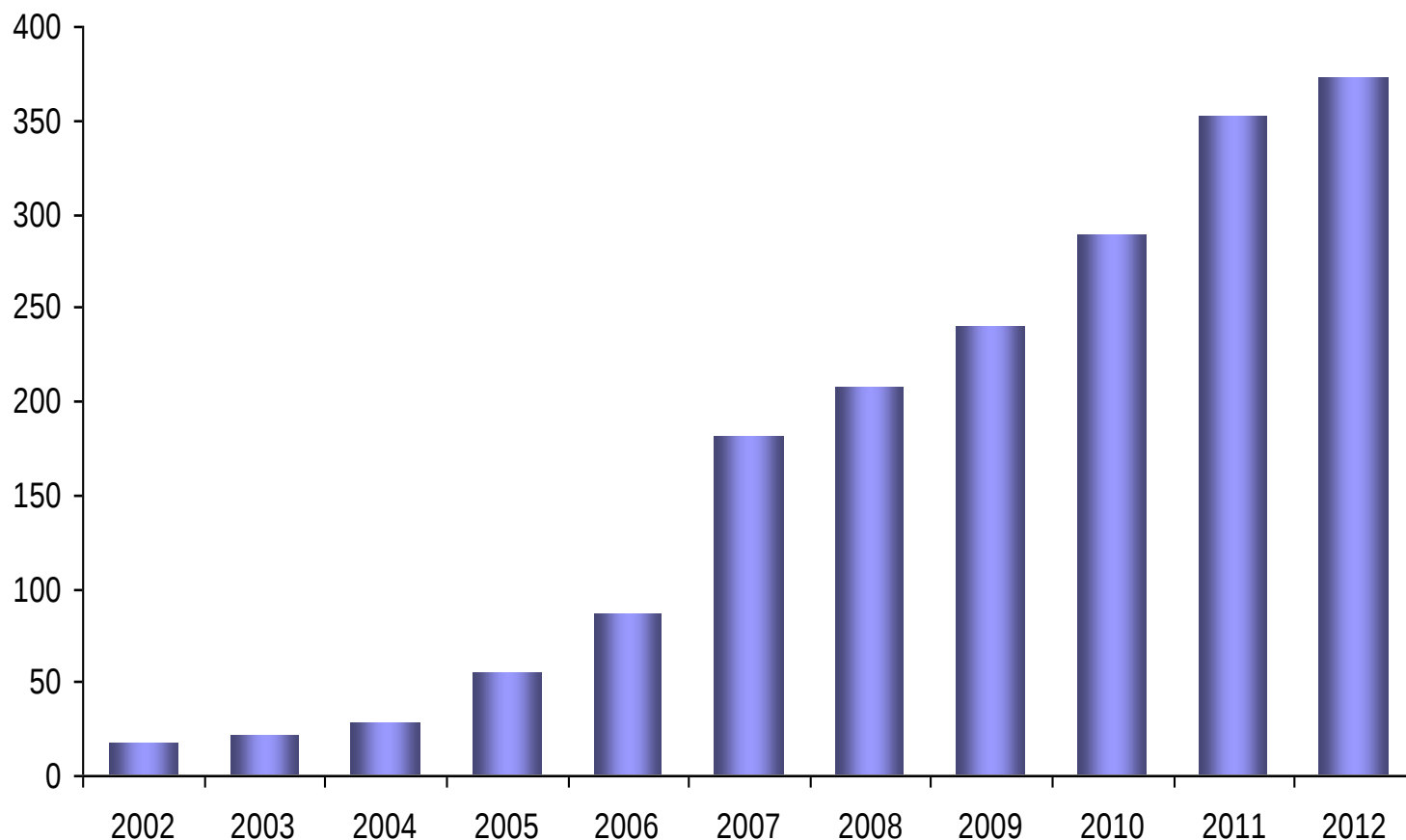


Fonte: BCB

MEMO:

US\$ Bilhões	
1999	36,4
2000	33,0
2001	35,9
2002	37,8
2003	49,3
2004	52,9
2005	53,8
2006	85,8
2007	180,3
2008	206,8
2009	239,1
2010	288,6
2011	352,0
2012	378,6

Evolução das Reservas Internacionais Líquidas* US\$ Bilhões



Dados: Fim de período

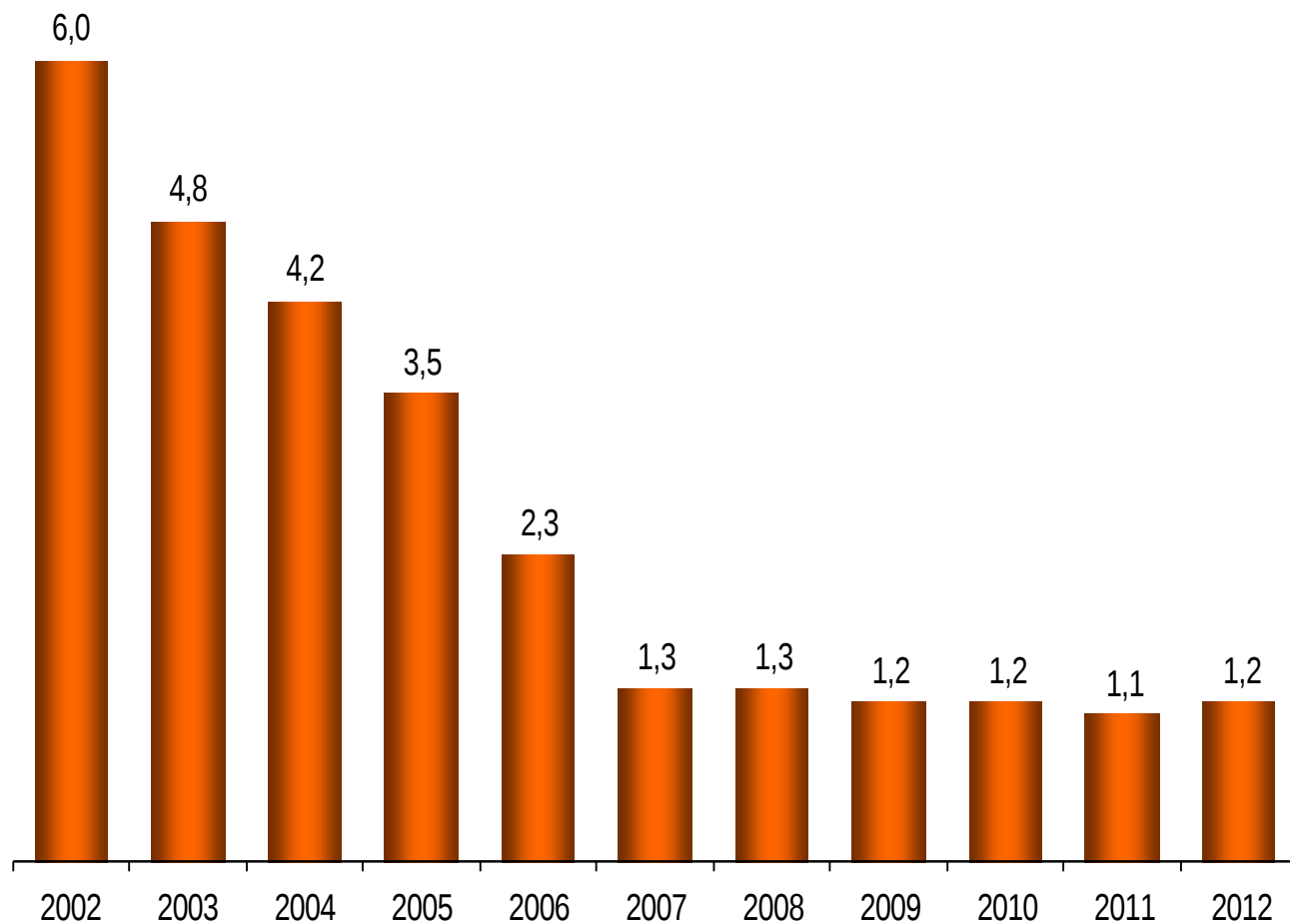
* De 1998 até 2005 os dados correspondem ao conceito de reservas líquidas ajustadas, referido nos acordos com o FMI.

Fonte: BCB

M E M O:

Relação Dívida Externa Bruta / Reservas

US\$ Bilhões		
	Dívida Externa Bruta	Reservas Internacionais
2002	227,7	37,8
2003	235,4	49,3
2004	220,2	52,9
2005	188,0	53,8
2006	199,4	85,8
2007	240,5	180,3
2008	262,9	206,8
2009	277,6	239,1
2010	351,9	288,6
2011	404,1	352,0
2012	441,8	378,6

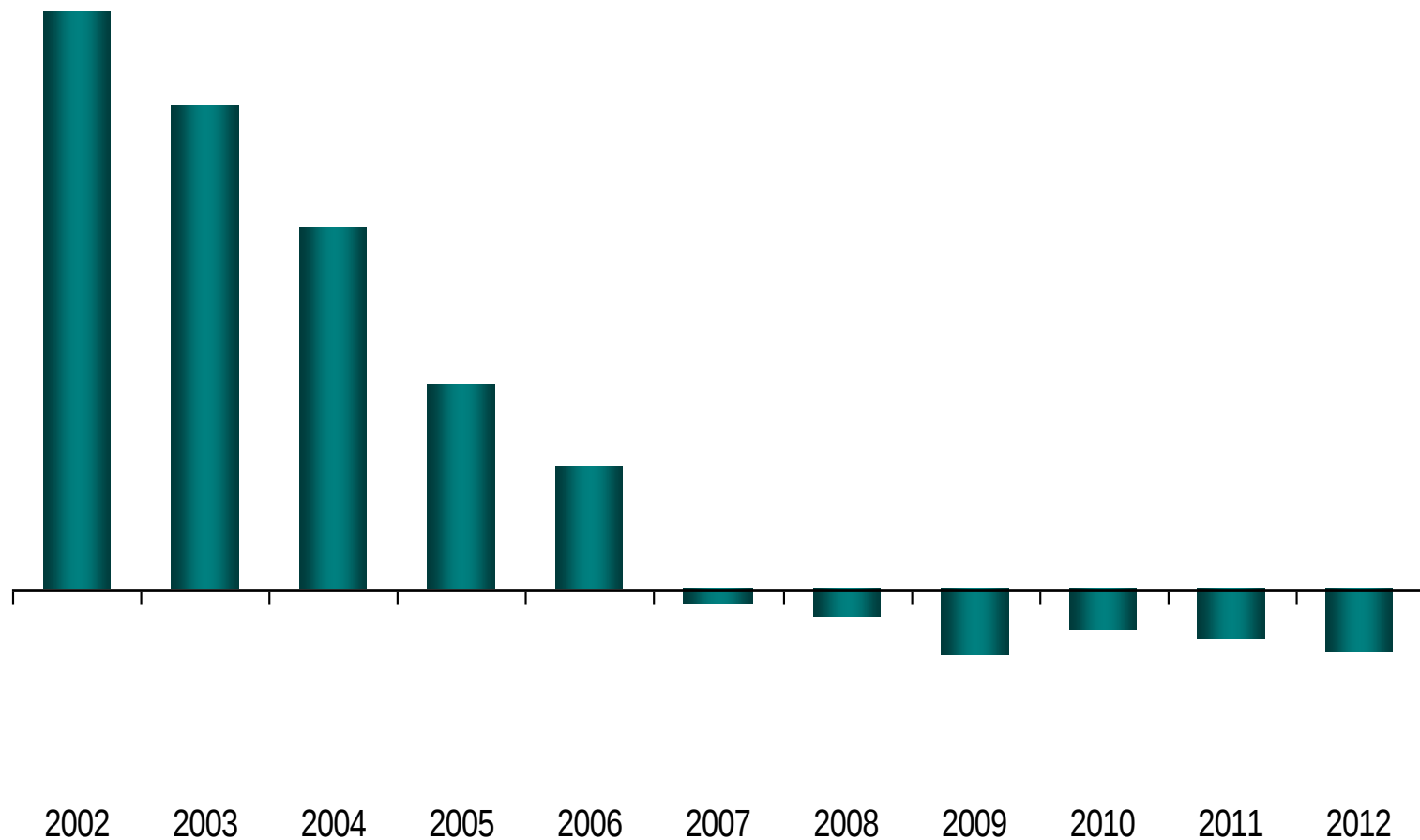


Fonte: BCB

MEMO:

% do PIB	
1999	29,7
2000	26,5
2001	29,2
2002	32,7
2003	27,3
2004	20,4
2005	11,5
2006	6,9
2007	-0,9
2008	-1,7
2009	-3,8
2010	-2,4
2011	-2,9
2012	-3,6

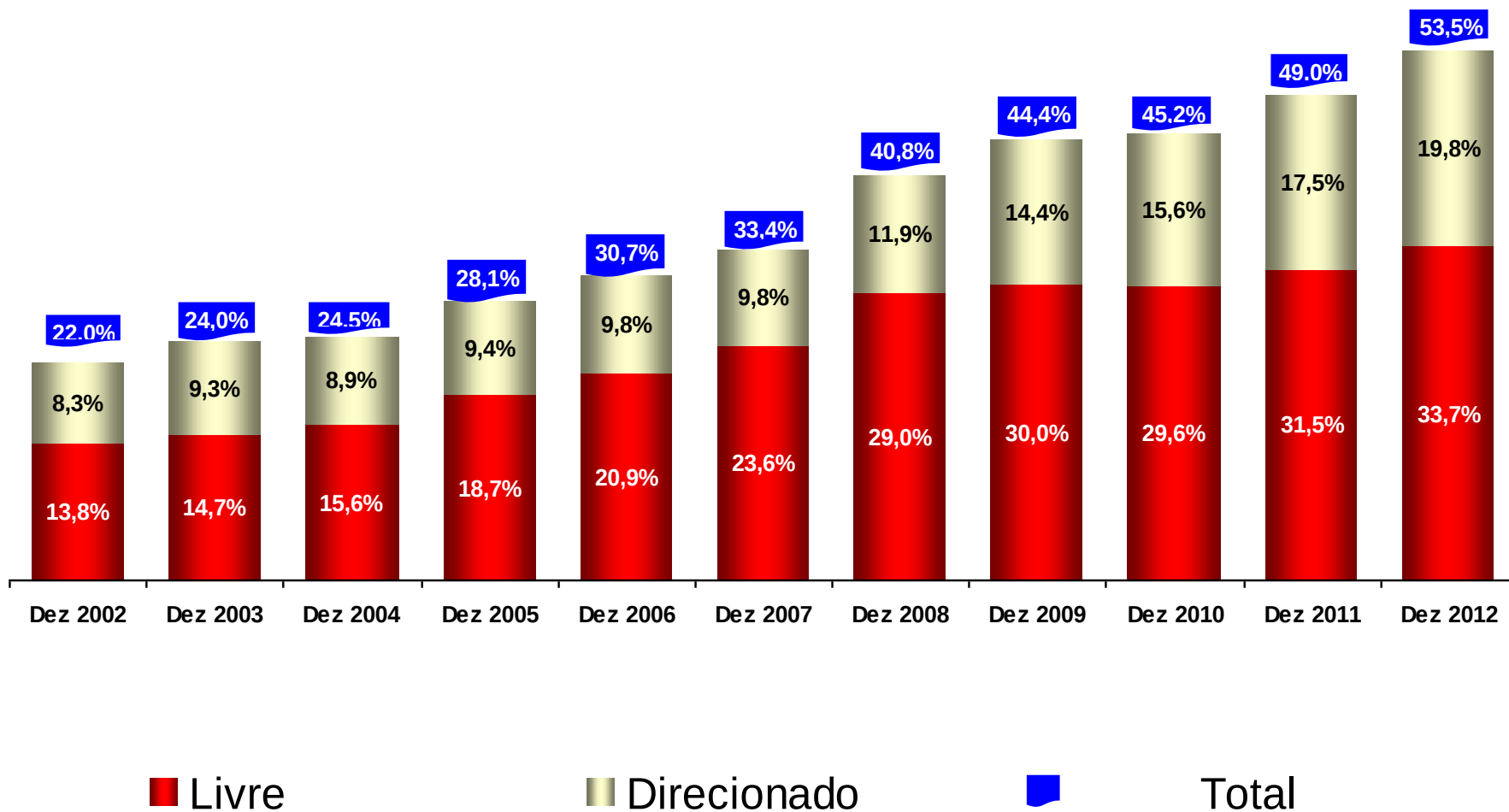
Relação Dívida Líquida Externa / PIB



Fonte: BCB

SETOR FINANCEIRO / CRÉDITO

Operações de Crédito com Recursos Livres e Direcionados (% do PIB)

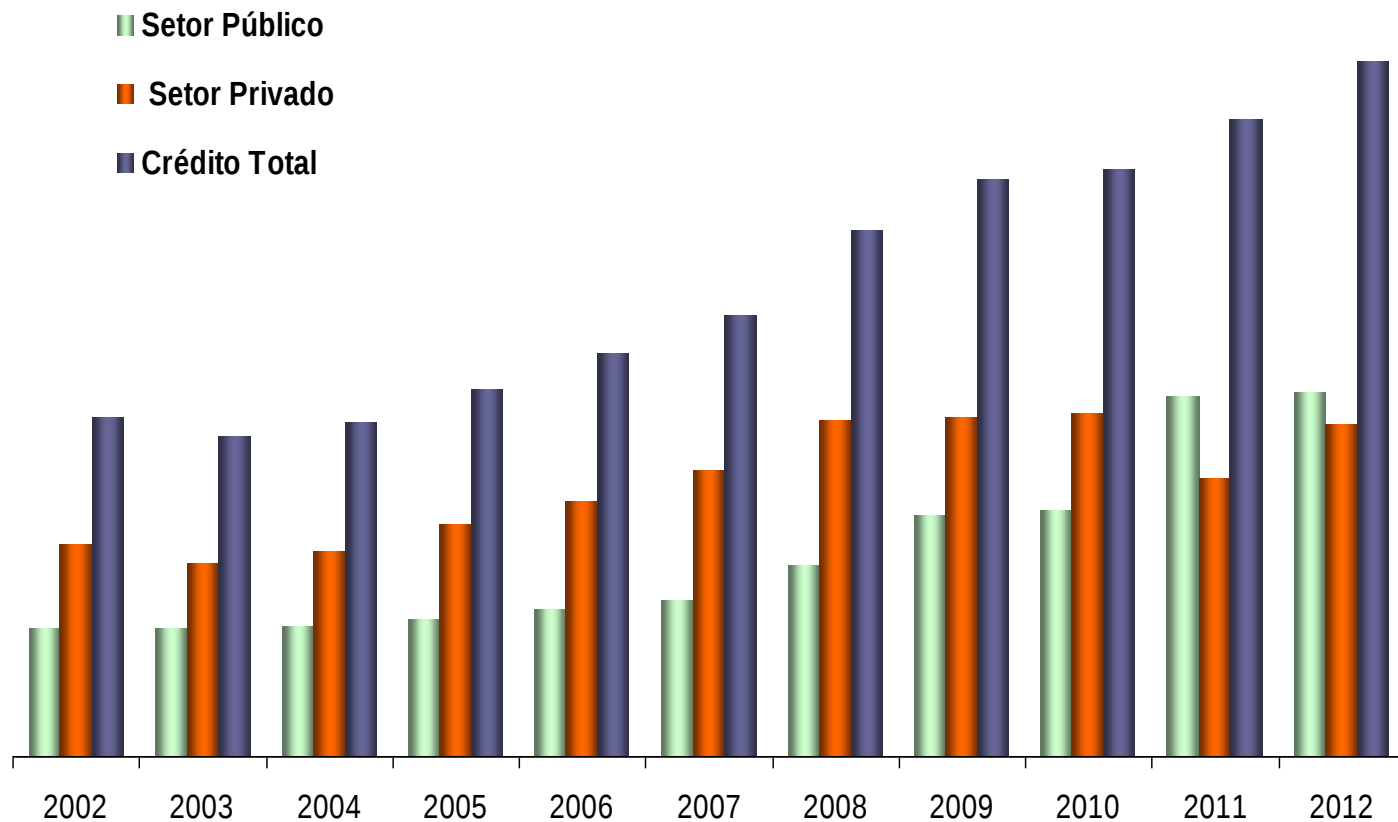


Fonte: IPEADATA

M E M O:

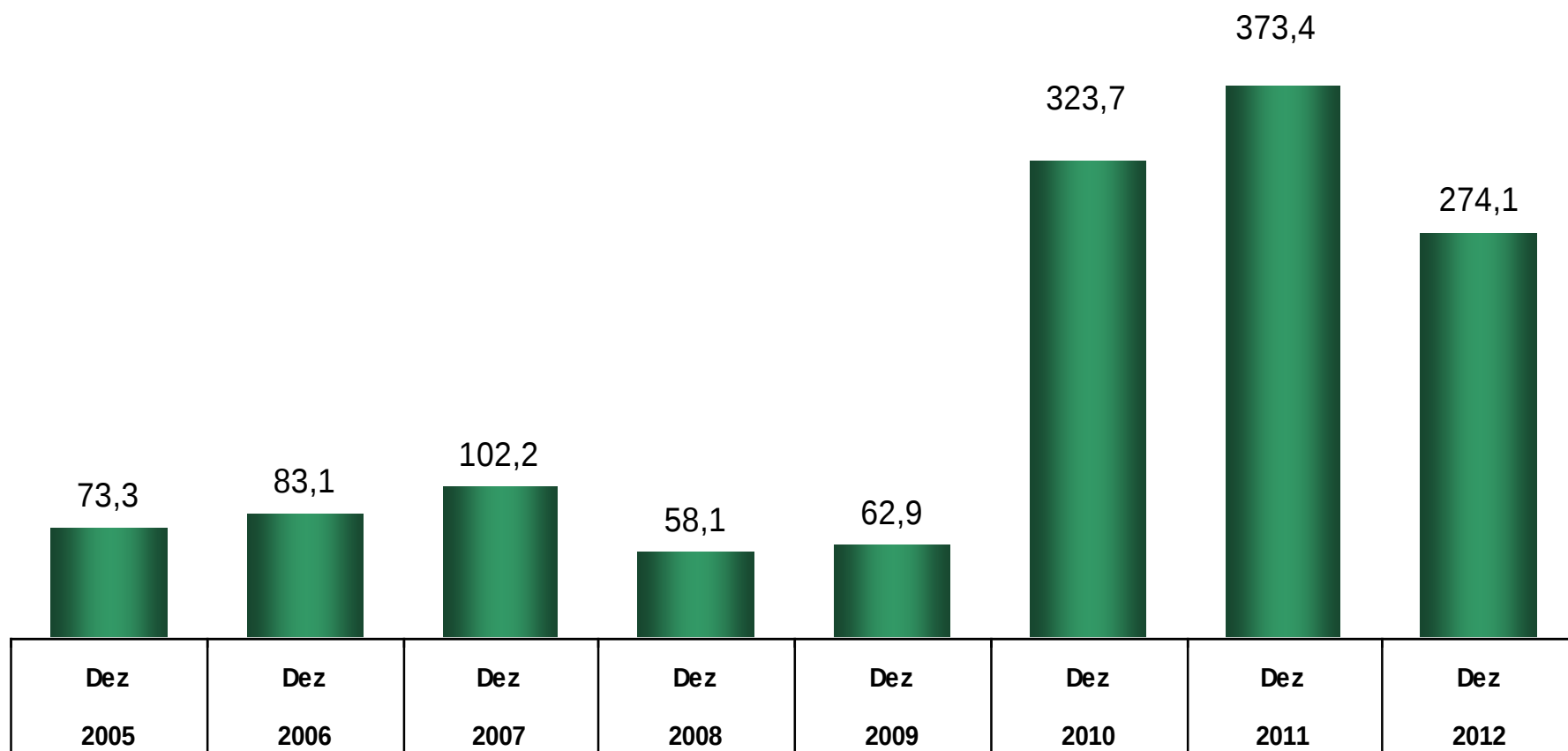
Saldo em Final de Período			
(% do PIB)			
Período	Setor		Crédito Total
	Público	Privado	
1999	12,5	12,4	24,9
2000	11,6	14,8	26,4
2001	8,9	16,9	25,8
2002	9,8	16,3	26,1
2003	9,8	14,8	24,6
2004	9,9	15,8	25,7
2005	10,4	17,8	28,2
2006	11,3	19,6	30,9
2007	12,0	22,0	34,0
2008	14,7	25,8	40,5
2009	18,4	26,0	44,4
2010	18,9	26,3	45,2
2011	27,7	21,3	49,0
2012	28,0	25,5	53,5

Crédito Concedido pelo Setor Privado, Público e Total (% do PIB)



Fonte: BCB

Depósito Compulsório (R\$ Bilhões)



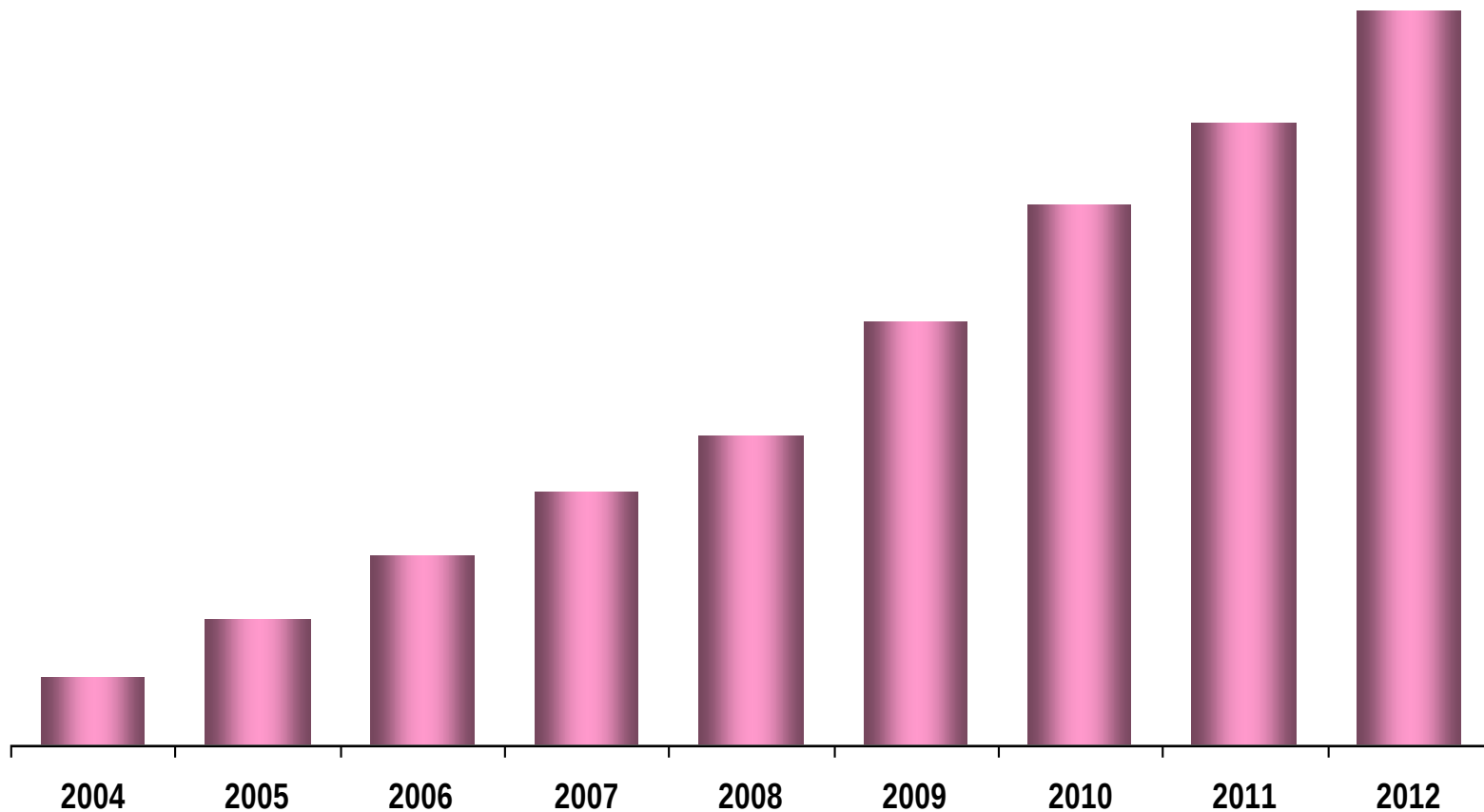
Fonte: BCB

MEMO:

Saldo em Final de Período (R\$ Bilhões)	
2004	17,2
2005	31,7
2006	48,1
2007	64,7
2008	78,9
2009	107,9
2010	138,2
2011	159,1
2012	187,9

Crédito Consignado

R\$ Bilhões

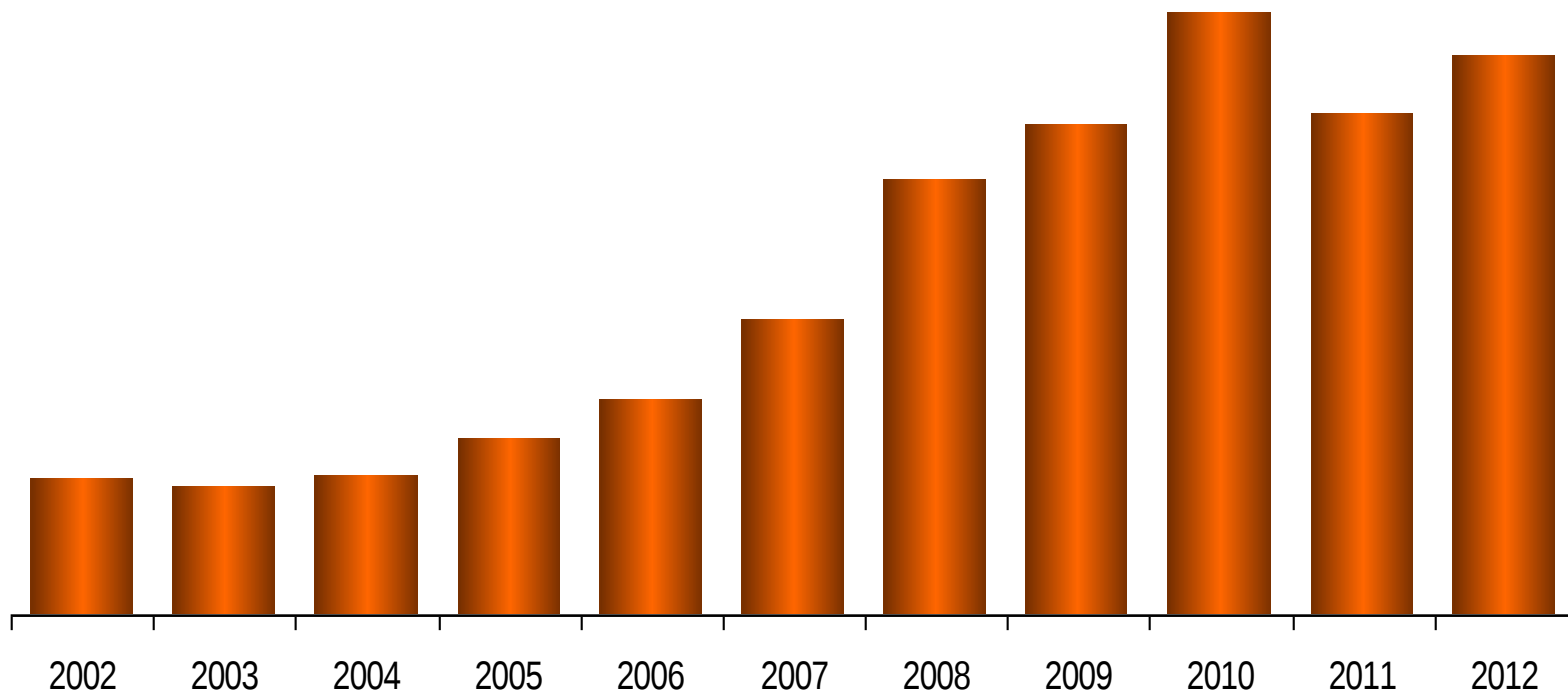


Fonte: BCB

MEMO:

R\$ Bilhões	
2002	38,1
2003	35,2
2004	38,4
2005	49,0
2006	60,3
2007	81,9
2008	121,4
2009	137,4
2010	168,4
2011	138,9
2012	156,0

Desembolsos do BNDES R\$ bilhões



Fonte: BCB

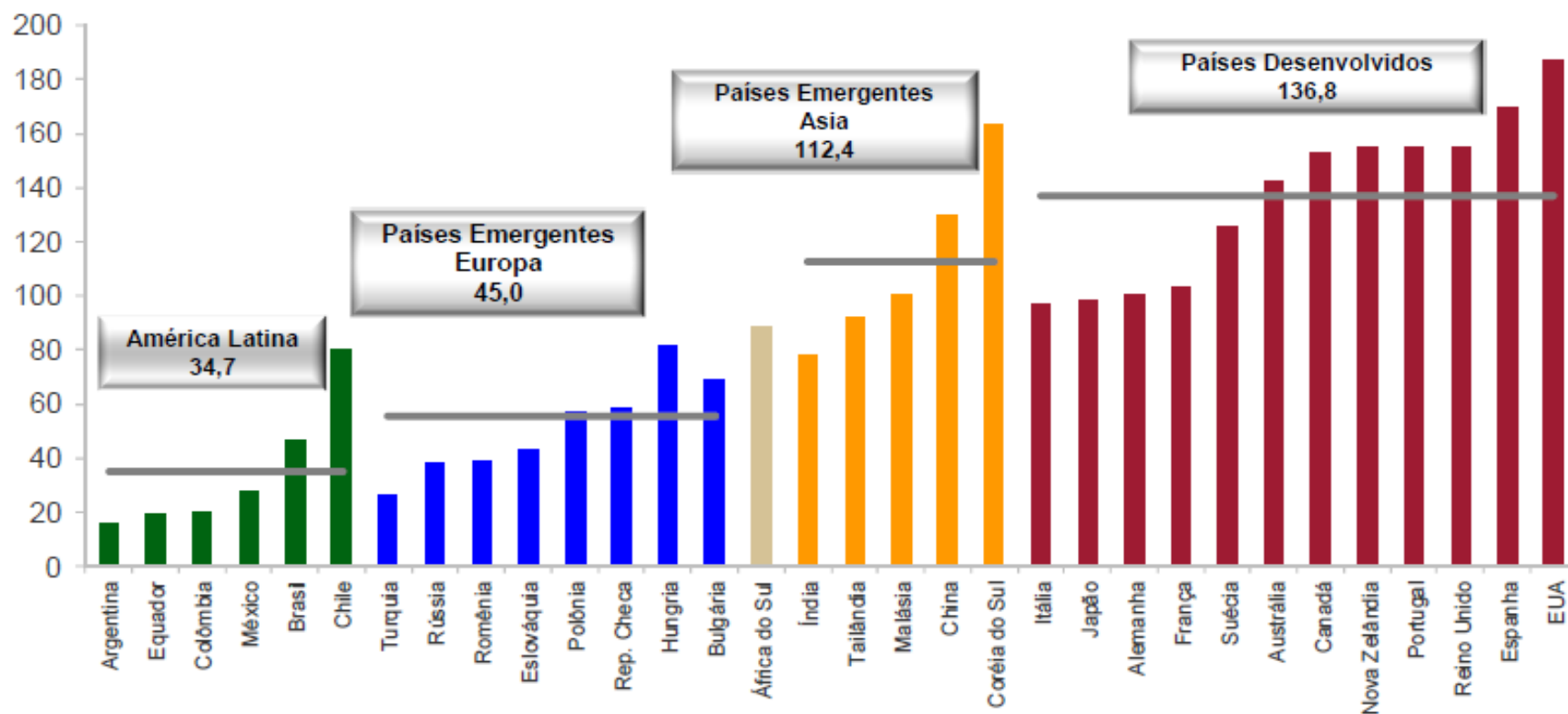
Consulta do Sistema BNDES por Setor R\$ Bilhões

	2011	2012	Variação%
Administração Pública	7,5	33,0	340,0
Agropecuária	10,3	18,0	74,8
Construção	8,1	21,3	163,0
Coque, petróleo e combustível	3,4	18,9	455,9
Eletricidade e gás	20,7	29,8	44,0
Indústria Extrativa	4,5	32,2	615,6
Outros Equipamentos Transporte	5,0	8,4	68,0
Telecomunicações	4,9	9,1	85,7
Transporte aquaviário	0,9	10,4	1.055,6
Transporte Terrestre	28,3	23,8	-15,9
Total	93,6	204,9	23,8

Fonte: Carta IEDI - 28/01/2013

Crédito/PIB no Mundo

%



Data Base: Brasil – Mai/11; Equador e Coréia do Sul – Dez/07; Colômbia, Argentina, México, Chile e China – Dez/09; Tailândia – Set/07; Malásia, Hungria, Índia, Rep. Checa e Polônia – Dez/08; demais países – Mar/08.

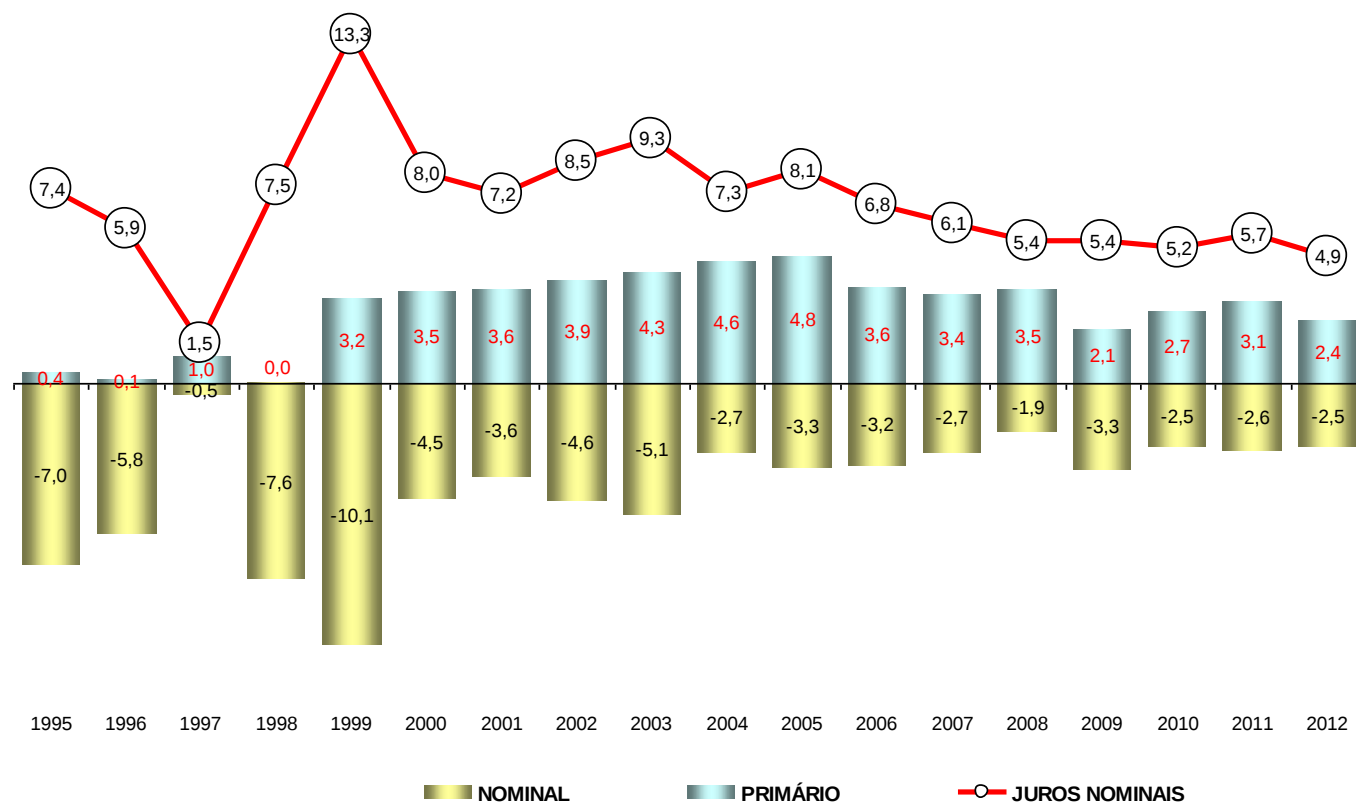
Fonte: Bradesco Apresentação Institucional , fevereiro 2012

SETOR PÚBLICO

Setor Público Consolidado - Resultado Primário e Nominal

M E M O:

% do PIB			
	Nominal	Primário	Juros Nominais
1995	-7,0	0,4	5,1
1996	-5,8	0,1	3,8
1997	-0,5	1,0	5,1
1998	-7,6	0,0	7,5
1999	-10,1	3,2	13,3
2000	-4,5	3,5	8,0
2001	-3,6	3,6	7,2
2002	-4,6	3,9	8,5
2003	-5,1	4,3	9,3
2004	-2,7	4,6	7,3
2005	-3,3	4,8	8,1
2006	-3,2	3,6	6,8
2007	-2,7	3,4	6,1
2008	-1,9	3,5	5,4
2009	-3,3	2,1	5,4
2010	-2,5	2,7	5,2
2011	-2,6	3,1	5,7
2012	-2,5	2,4	4,9

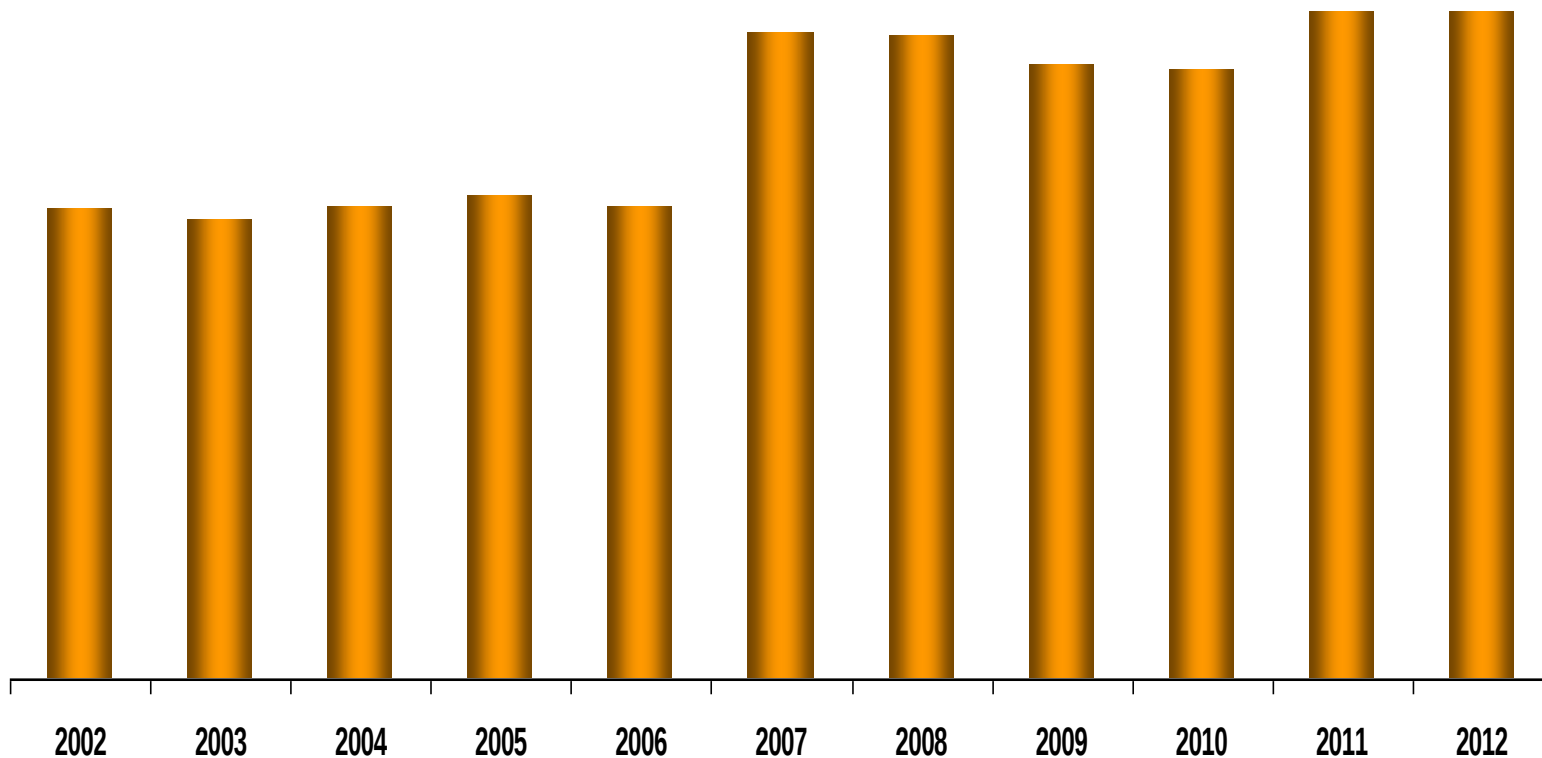


Fonte: BCB

MEMO:

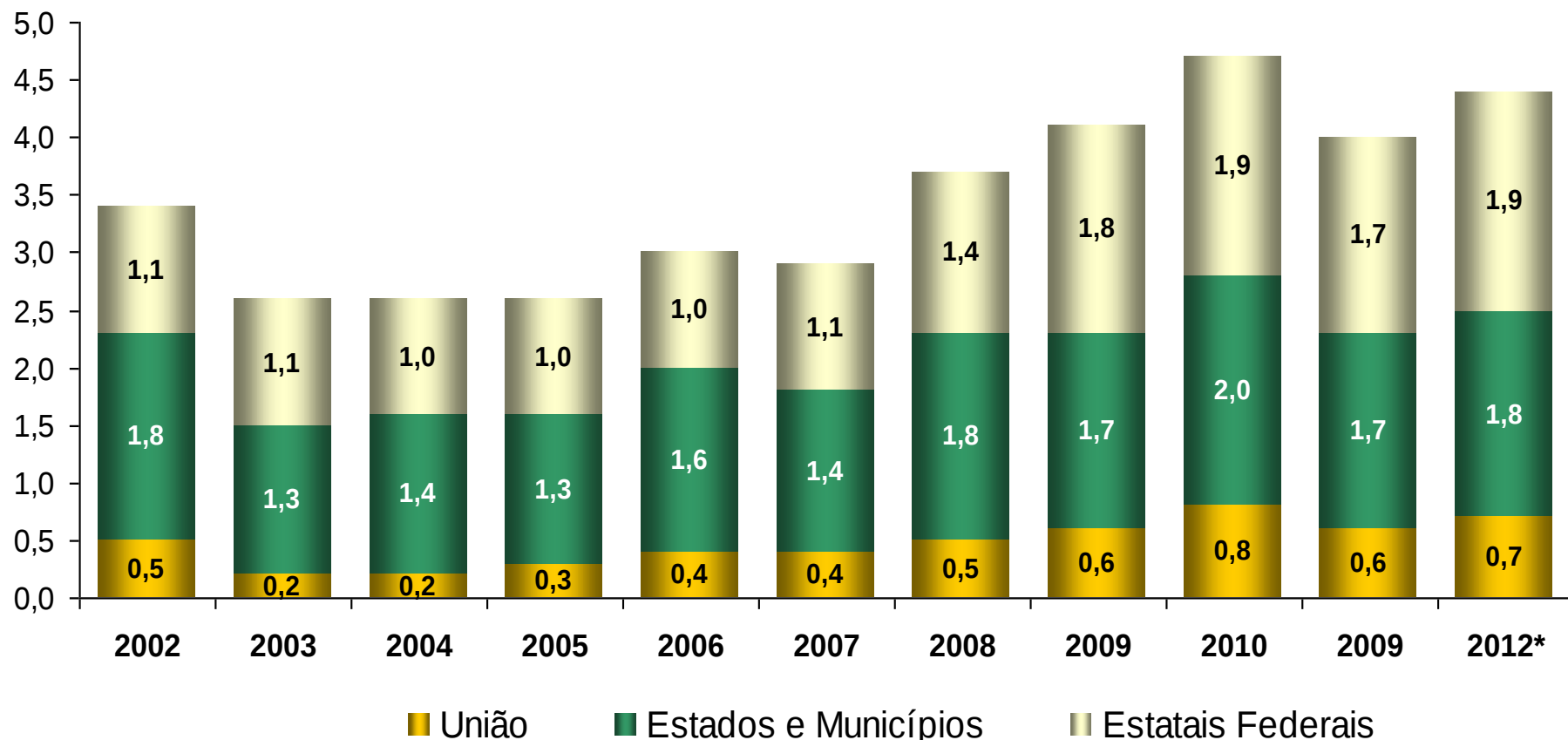
Arrecadação das Receitas Federais (% do PIB)

% do PIB	
1999	14,2
2000	14,9
2001	15,1
2002	16,4
2003	16,1
2004	16,6
2005	17,0
2006	16,6
2007	22,6
2008	22,6
2009	21,6
2010	21,4
2011	23,4
2012	23,4



Fonte: Secretaria da Receita Federal

Investimentos do Setor Público** (% do PIB)



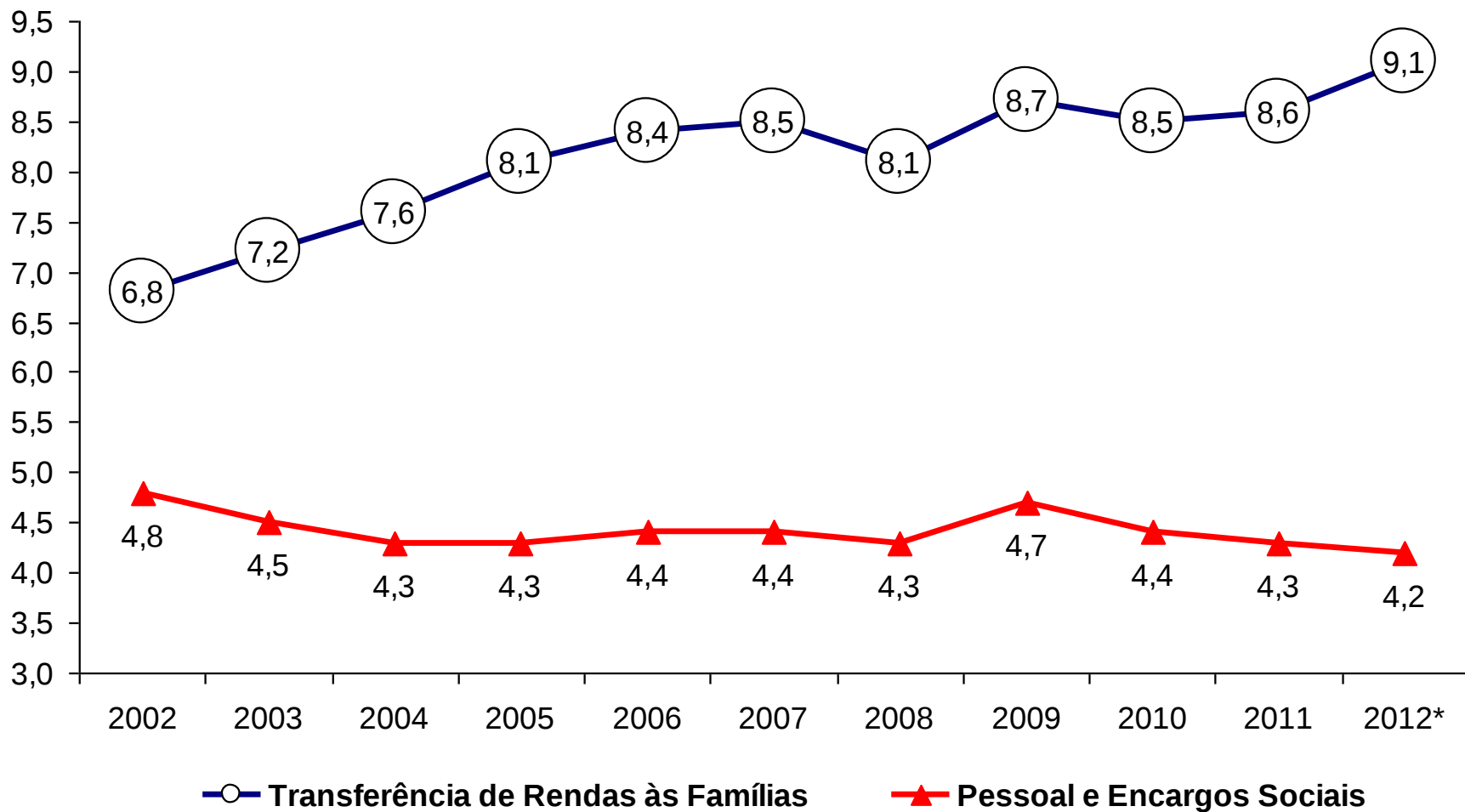
* Projeções

** Apenas investimentos executados diretamente pela União (não incluem transferências para Estados e Municípios, para instituições privadas, nem MCMV, que são contabilizados pelo IBGE na FBCF desses entes ou do setor privado)

Fonte: Ministério da Fazenda - Economia Brasileira em Perspectivas 17ª edição

Despesas Públicas Seleccionadas

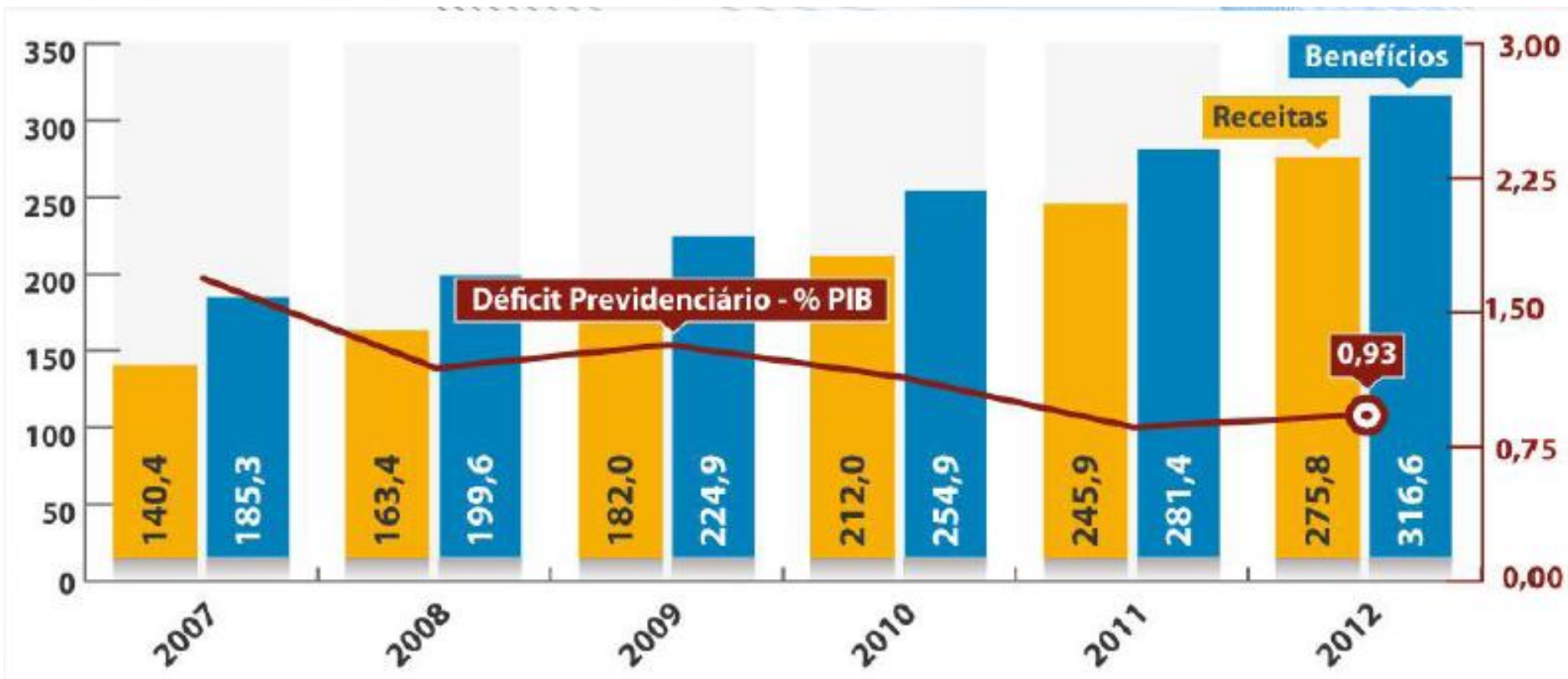
(% DO PIB)



* Dados acumulados em 12 meses até outubro

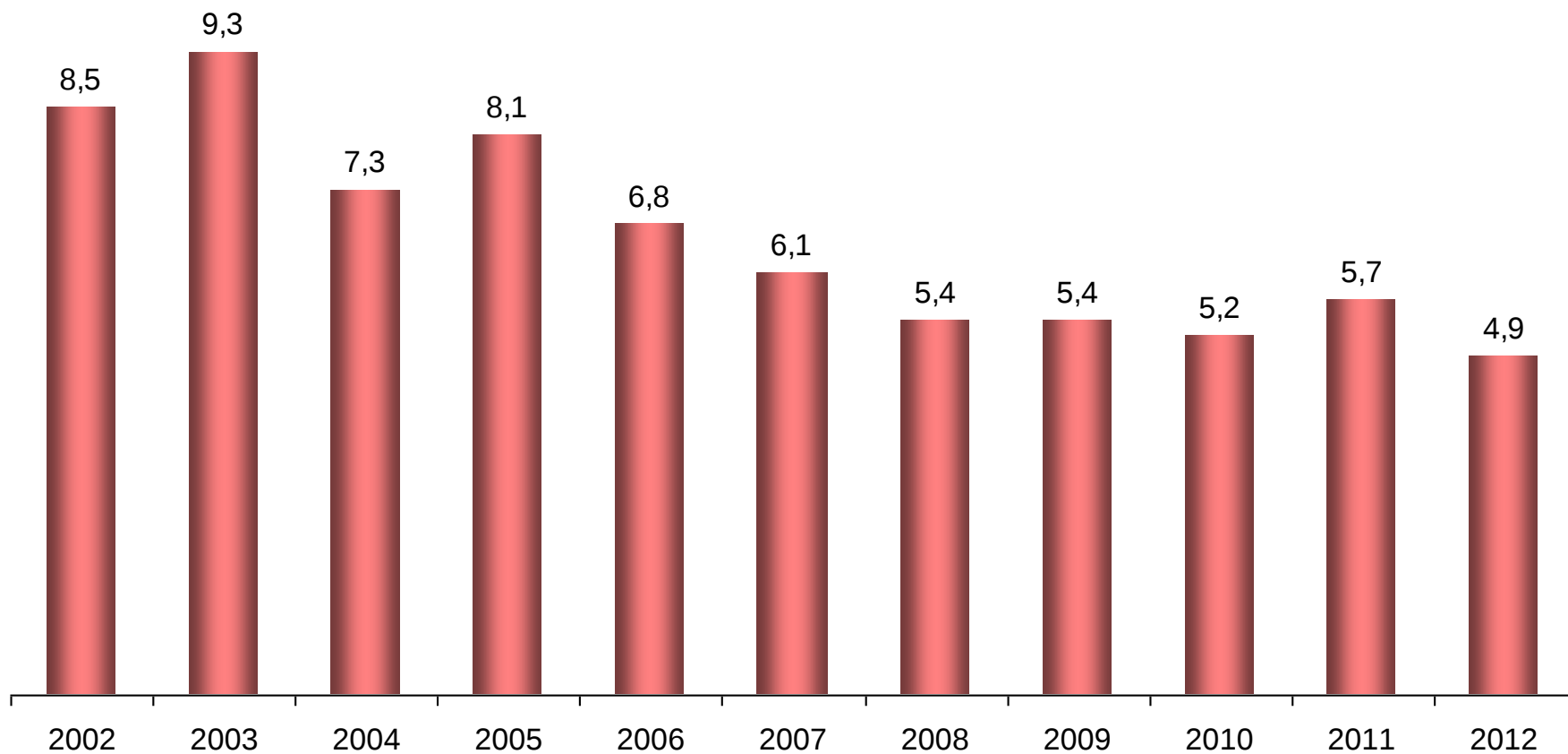
Fonte: Ministério da Fazenda - Economia Brasileira em Perspectivas 17ª edição

Receitas e Benefícios da Previdência Em R\$ Bilhões e % do PIB



Fonte: Apresentação do ministro Guido Mantega - A economia brasileira e oportunidades de investimento – 05/03/2013

Despesas com Juros da Dívida Pública Em % do PIB



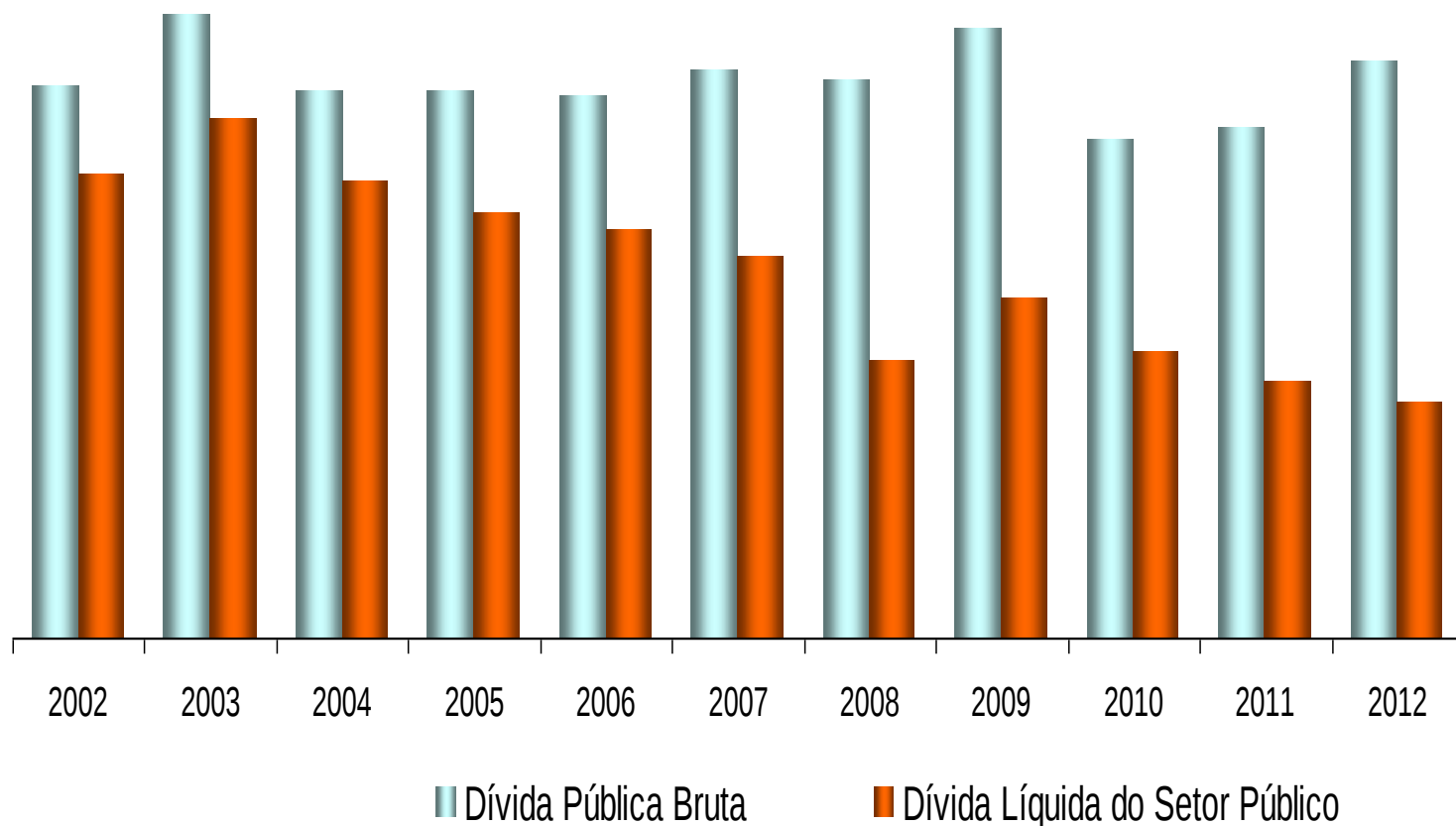
Fonte: BCB

MEMO:

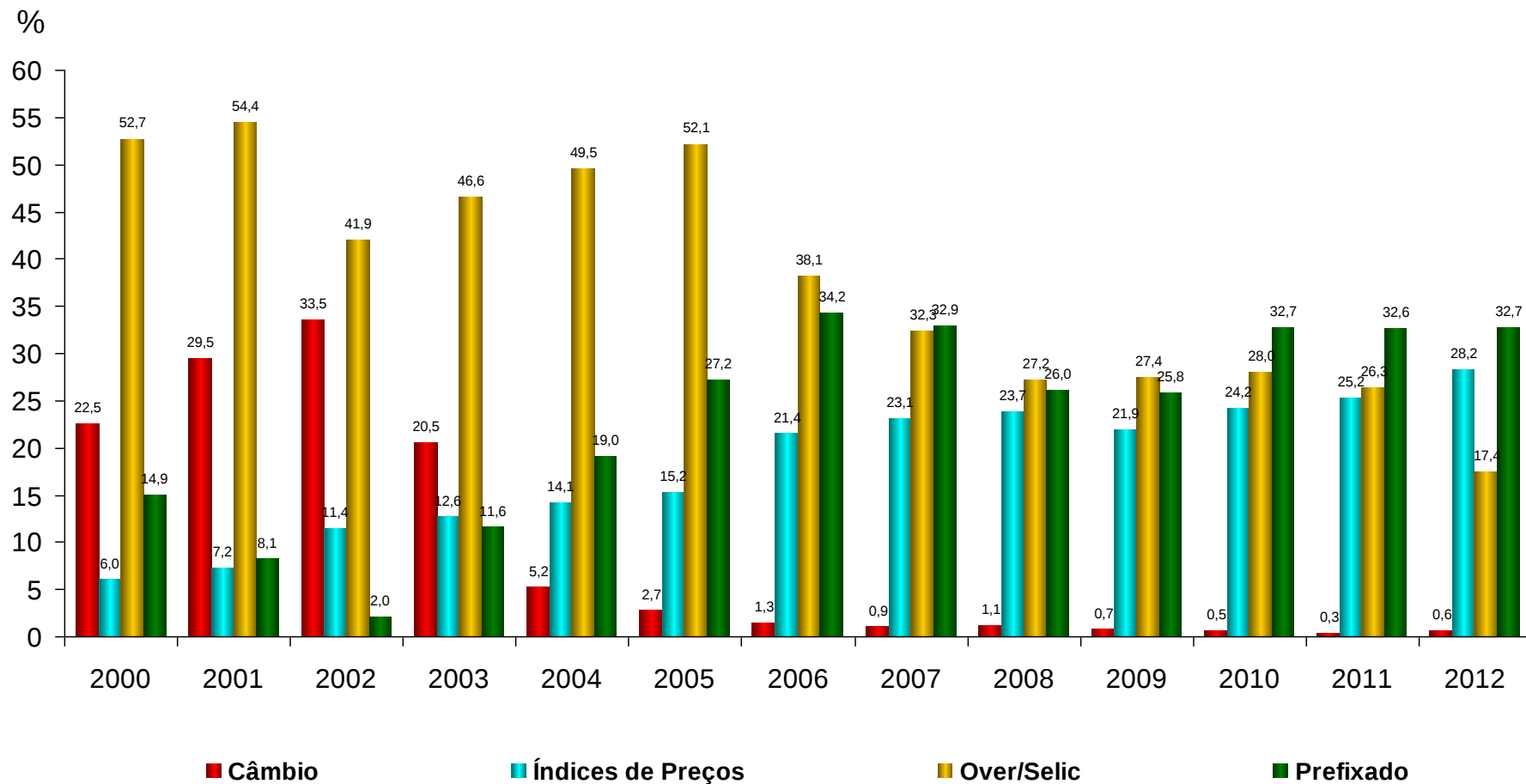
% do PIB		
Dívida Pública		
	Bruta	Líquida
2001	59,7	49,7
2002	57,0	51,1
2003	61,7	54,8
2004	56,7	50,6
2005	56,7	48,4
2006	56,4	47,3
2007	58,0	45,5
2008	57,4	38,5
2009	60,9	42,8
2010	53,4	39,1
2011	54,2	37,1
2012	58,6	35,8

Final de Período
Fonte: BCB

Relação Dívida Pública Bruta e Líquida / PIB %

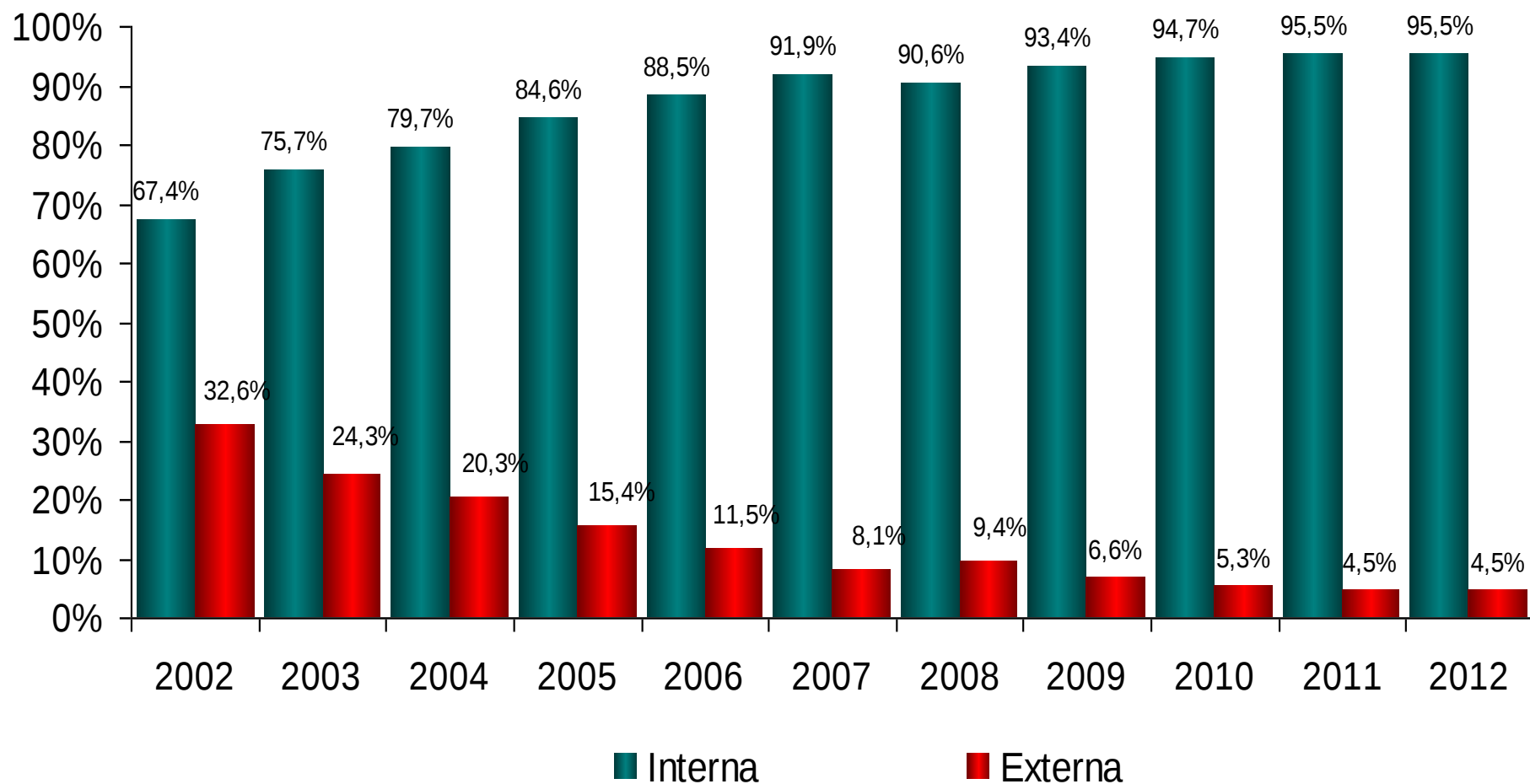


Títulos Públicos Federais Participação por Indexador



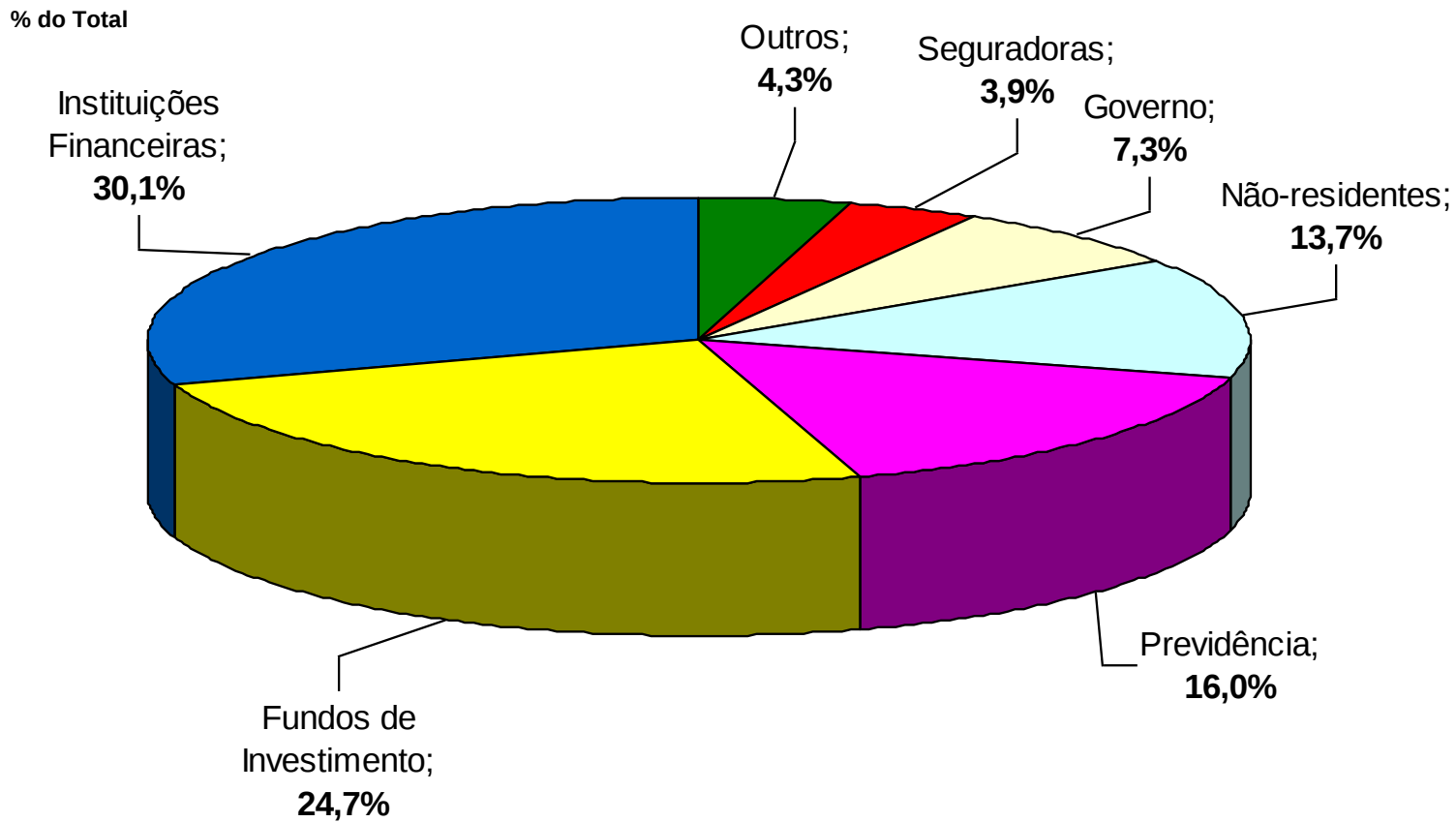
Fonte: BCB

Composição da Dívida Pública Federal



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Detentores da DPMFI Em dezembro 2012



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

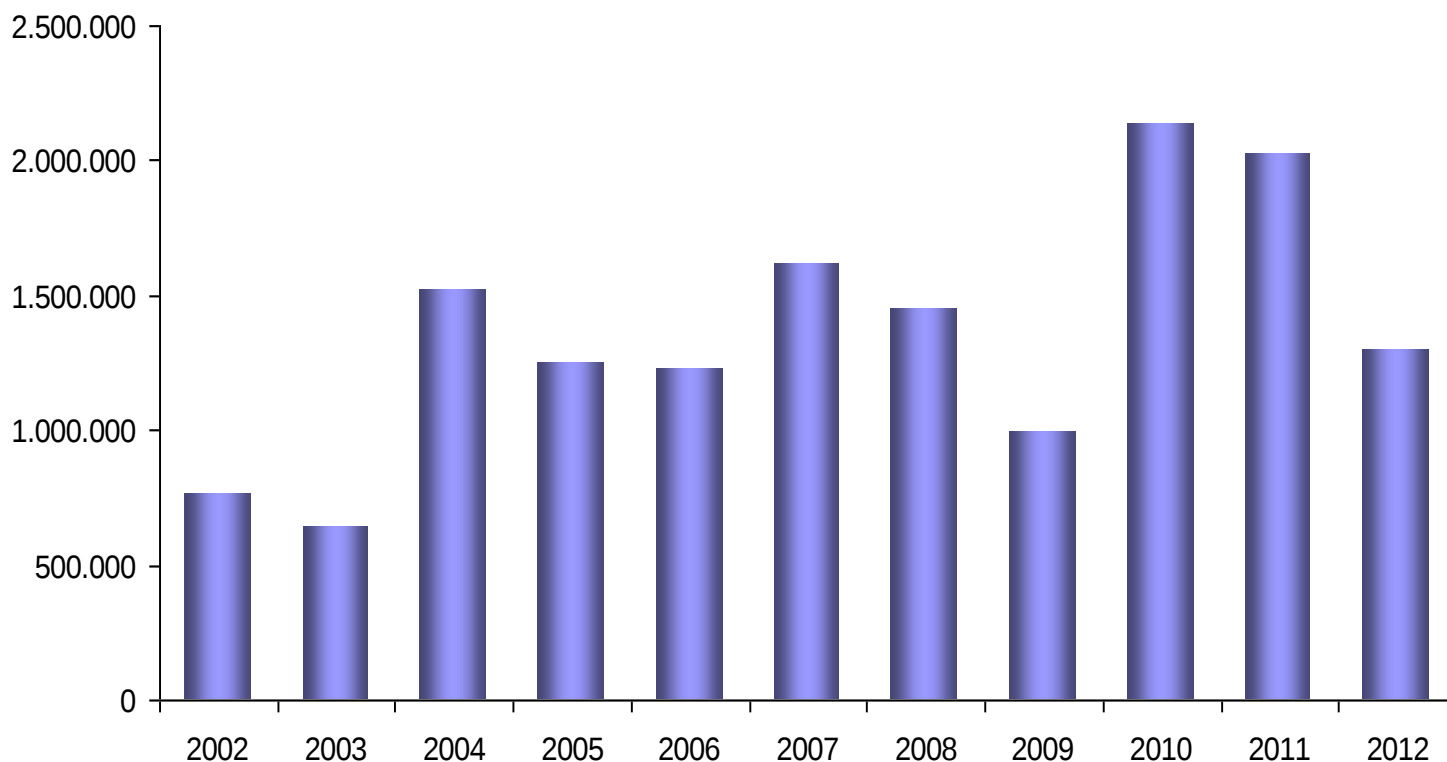
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MEMO:

Emprego Formal – Geração Líquida de Postos de Trabalho

Período	Postos de Trabalho
1999	-196.000
2000	657.000
2001	591.000
2002	762.000
2003	645.000
2004	1.523.000
2005	1.254.000
2006	1.229.000
2007	1.617.392
2008	1.452.204
2009	995.110
2010	2.136.947
2011	2.026.551
2012	1.301.842

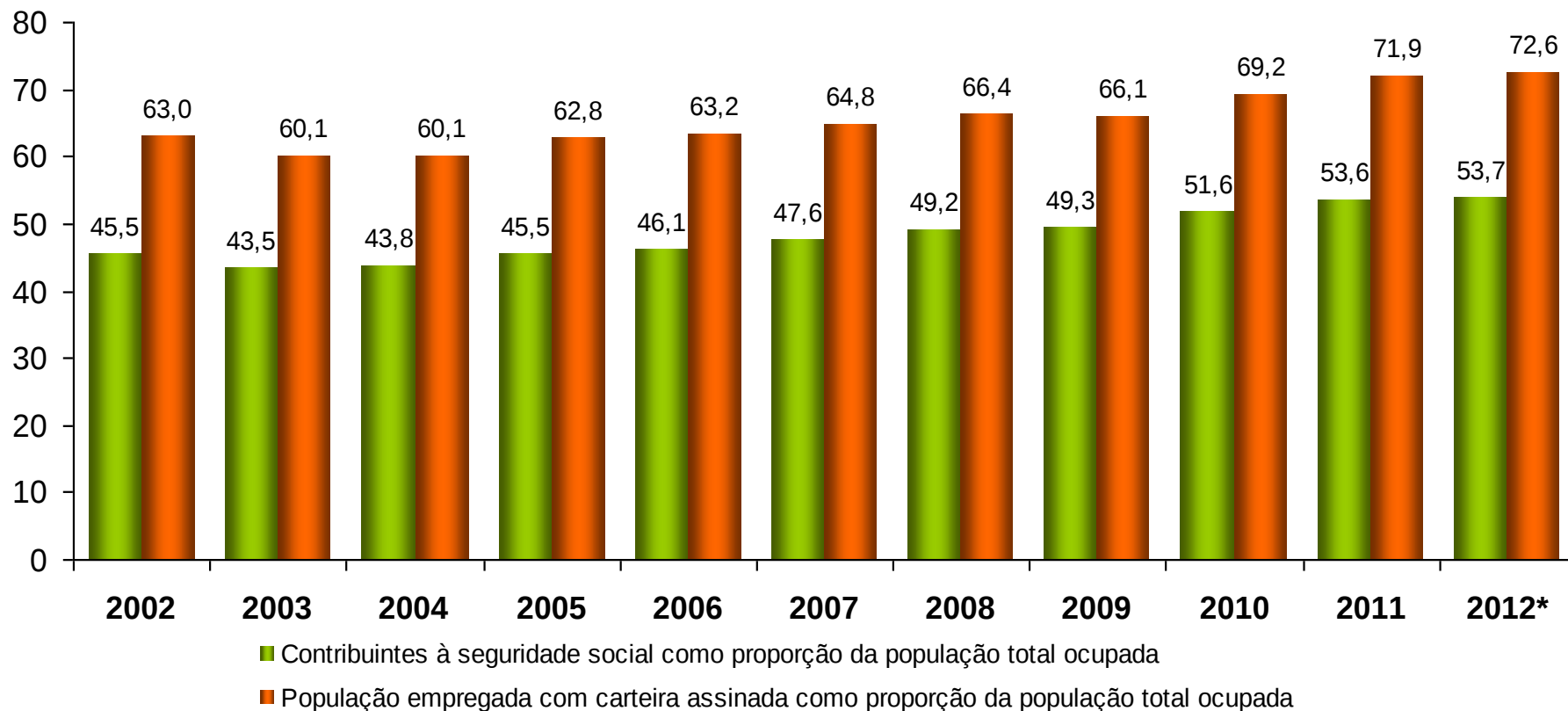
Nº de Postos de Trabalho



Acumulado 2003/2012= **14.181.046**

Fonte: MTE / CAGED

Taxa de Formalização e Proporção de Contribuintes para a Previdência Social (%)

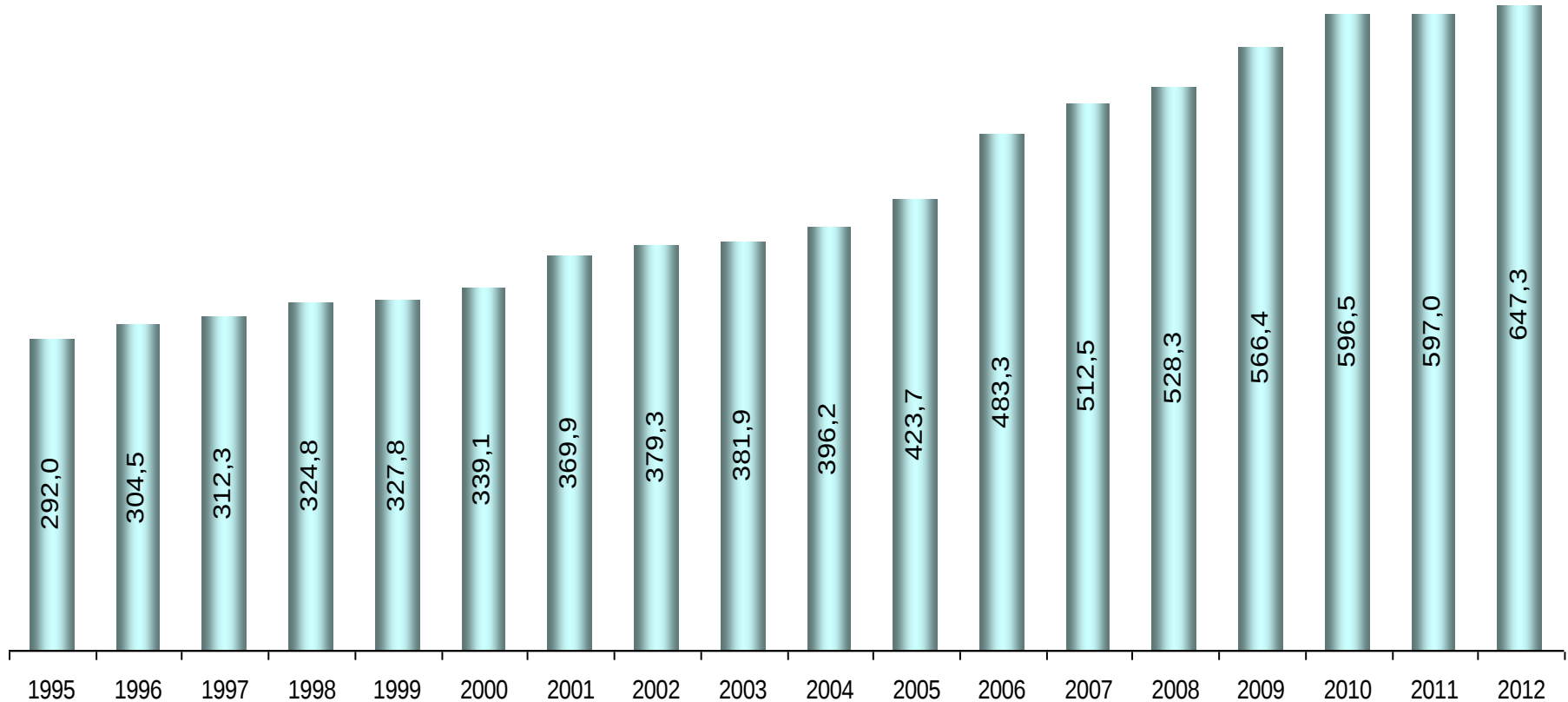


* Média dos últimos 12 meses até outubro de 2012

Fonte: Ministério da Fazenda - Economia Brasileira em Perspectivas 17ª edição

Evolução do Salário Mínimo Real (R\$ - Média Anual)

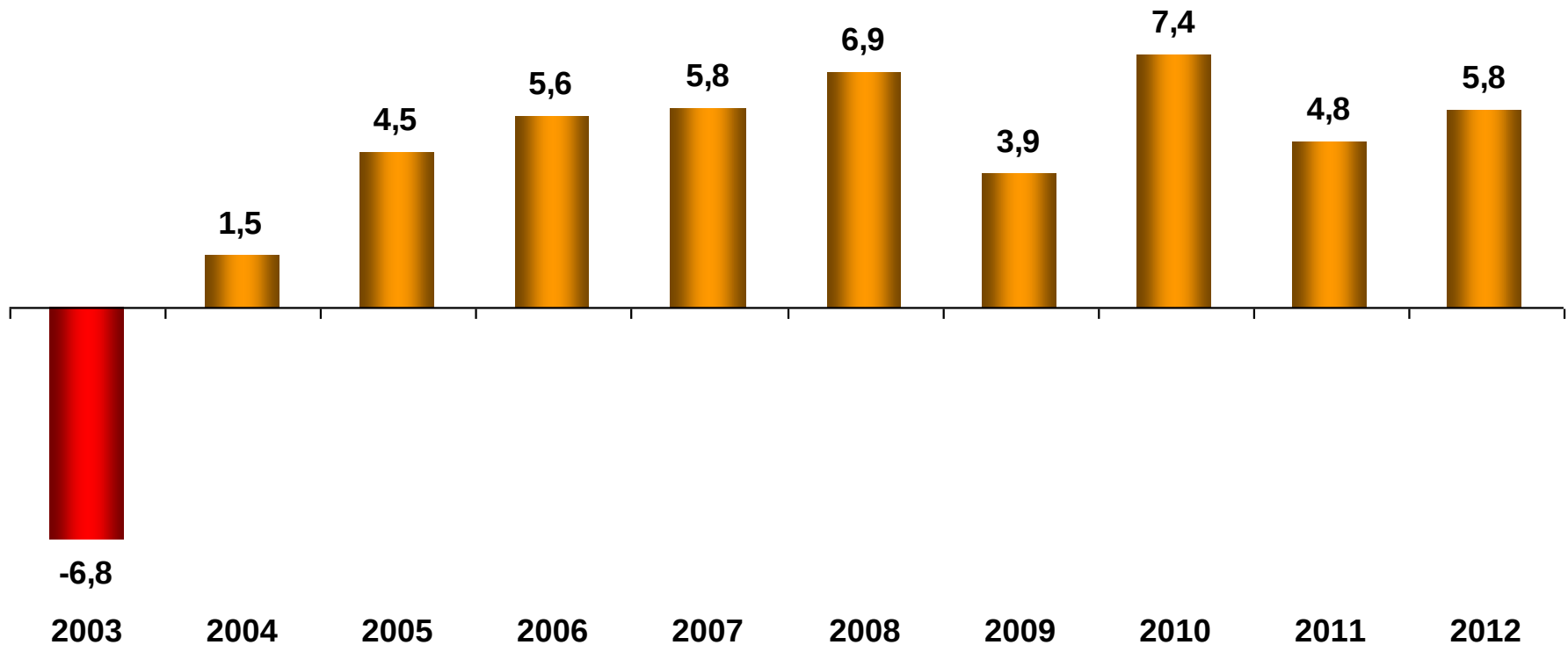
Variação 2012/2002= 70,6%



Fonte: IPEADATA

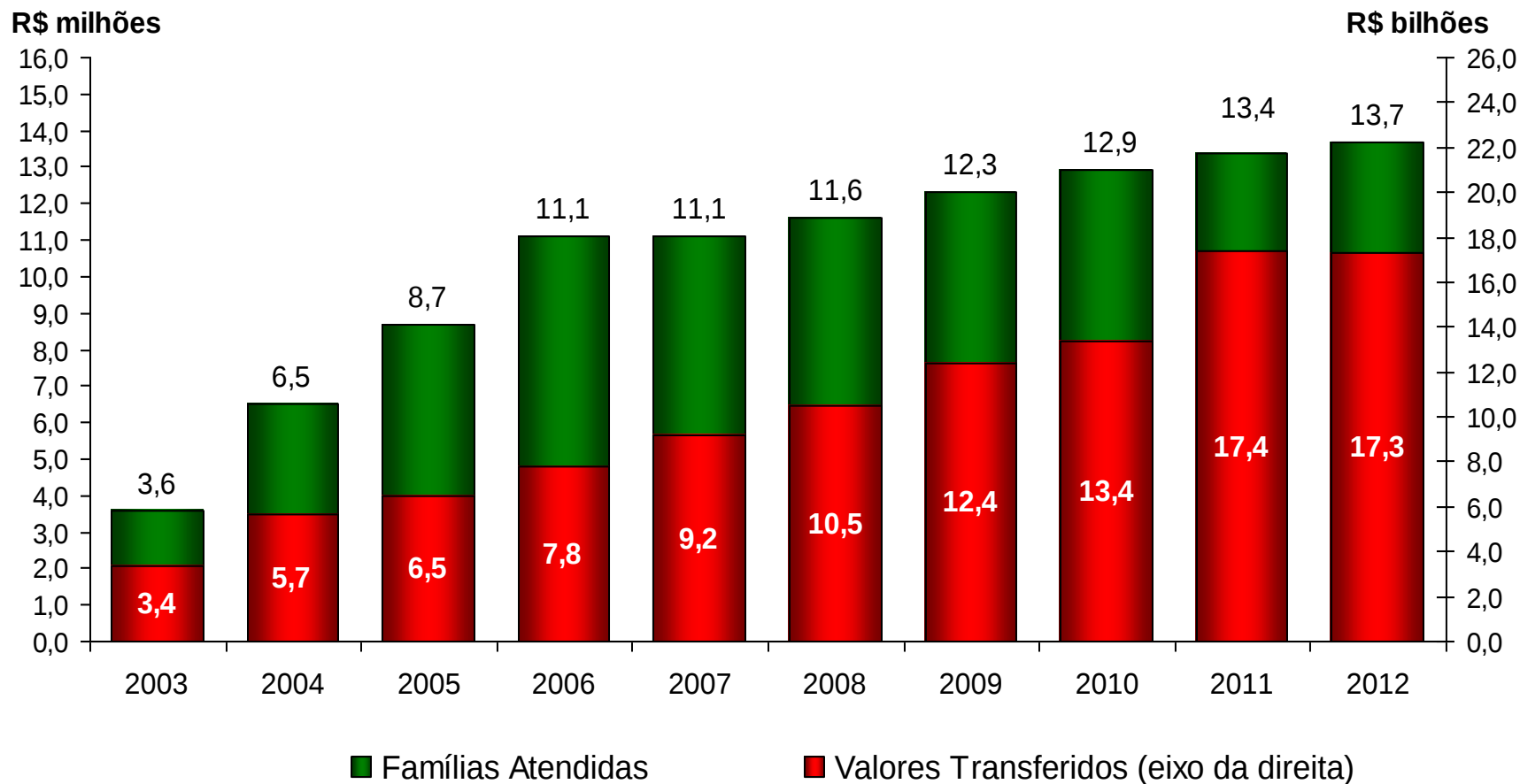
Taxa Anual de Crescimento da Massa Salarial (%)

Crescimento Acumulado
2003/2012= **46,1%**



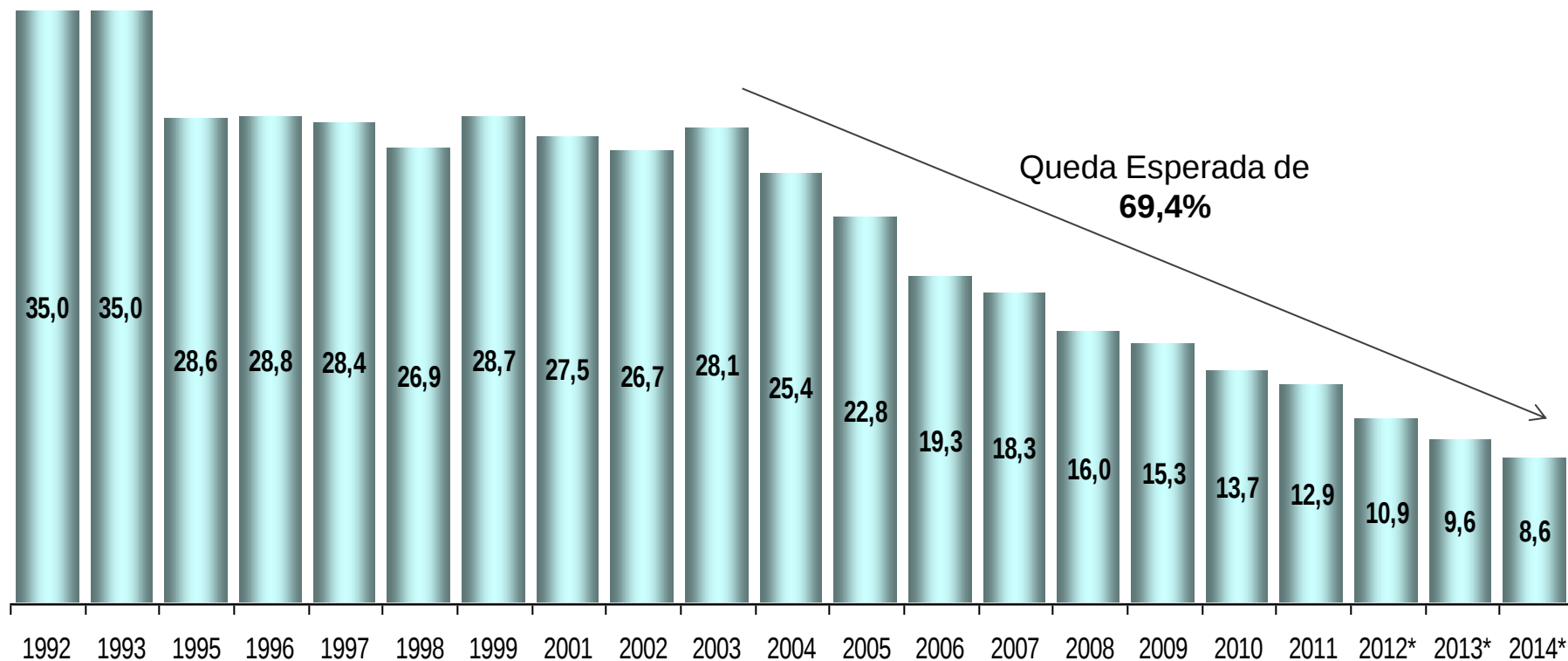
Fonte: IBGE

Programa de Transferência de Renda: Bolsa Família



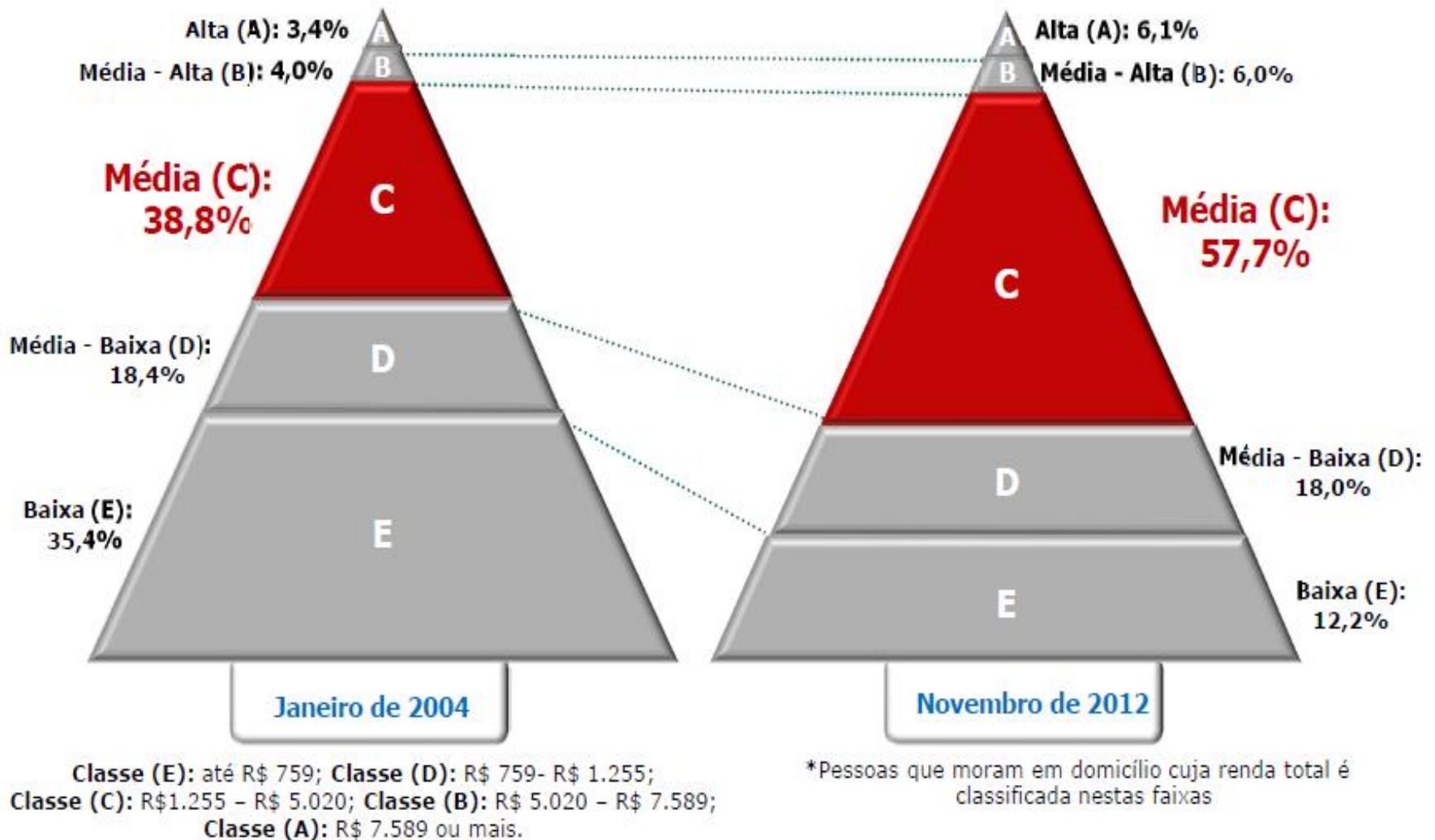
Fonte: MDS

Taxa de Pobreza (% da População)



* Estimativas produzidas com base em dados do IBGE (PNAD, PME e Censo) PNAD ajustado pelo Censo e PMEs.
Fonte: Ministério da Fazenda – Desafios do Crescimento num cenário de crise global

Classe de Renda*



Fonte: Bradesco Apresentação Institucional , fevereiro

Anexo - Medidas de Defesa e Estímulo ao Crescimento da Economia

Medidas de defesa cambial (2008-2009)

Objetivos

- **Conter a sobrevalorização do real.**
- **Impedir a perda de competitividade dos produtos nacionais frente aos importados.**
- **Desestimular posições cambiais vendidas, especialmente aquelas decorrentes de apostas especulativas na valorização cambial.**
- **Estimular captações externas com prazos mais longos, reduzindo-se, desta forma, a entrada de capital especulativo.**

2008

Março - Aumento do IOF sobre o câmbio para aplicação no mercado financeiro e de capitais: **de 0,38% para 1,5%**

Aumento da alíquota do IOF, **de 0,38% para 1,5%**, nas liquidações de operações de câmbio referentes a ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, inclusive por meio de operações simultâneas para aplicação no mercado financeiro e de capitais.

2009

Outubro - Aumento do IOF sobre o câmbio para aplicação no mercado financeiro e de capitais: **de 1,5% para 2,0%**

Outubro - Aumento do IOF sobre o câmbio para aplicação em renda variável e aquisição de ações em oferta pública: **de 0,0% para 2,0%**

Aumento da alíquota do IOF nas liquidações de operações de câmbio referentes a ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, inclusive por meio de operações simultâneas:

- **para aplicação no mercado financeiro e de capitais: de 1,5% para 2,0%.**
- **para aplicação em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo CMN – Resolução CMN 2.689 –, excetuadas operações com derivativos que resultem em rendimentos pré-determinados: de 0,0% para 2,0%.**
- **para aquisição de ações em oferta pública registrada ou dispensada de registro na CVM ou para subscrição de ações, desde que, em nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro de negociação das ações em bolsa de valores: de 0,0% para 2,0%.**

Fonte: Ministério da Fazenda – Apresentação do Ministro Guido Mantega na CAE (Senado Federal), março 2012

Medidas de defesa cambial (2010)

2010

Outubro - Aumento do IOF sobre o câmbio para aplicação no mercado financeiro e de capitais: **de 2,0% para 6,0%**

Outubro - Aumento do IOF sobre o câmbio para constituição de margem de garantia: **de 0,38% para 6,0%**

Dezembro - Aumento do IOF sobre o câmbio para investimento em bolsa de valores: **de 0,38% para 2,0%**

Dezembro - Aumento do IOF sobre empréstimos em moeda estrangeira: **de 5,0% para 5,38%**

Aumento da alíquota do IOF nas liquidações de operações de câmbio referentes a ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, inclusive por meio de operações simultâneas:

- para aplicação no mercado financeiro e de capitais: **de 2,0% para 6,0%.**
- para constituição de margem de garantia, inicial ou adicional, exigida por bolsas de valores, de mercadorias e futuros: **de 0,38% para 6,0%.**
- para recursos originários da mudança de regime do investidor estrangeiro de investimento direto de que trata a Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, para investimento em bolsa de valores na forma regulamentada pelo CMN: **de 0,38% para 2,0%.**
- Aumento da alíquota do IOF sobre o valor ingressado (liquidado) no País decorrente ou destinado a empréstimos em moeda com os prazos médios mínimos **de até 90 dias: de 5,0% para 5,38%.**

Fonte: Ministério da Fazenda – Apresentação do Ministro Guido Mantega na CAE (Senado Federal), março 2012

Medidas de defesa cambial (2011)

2011

Janeiro - Aumento do encaixe compulsório sobre a posição vendida de câmbio: **de 0,0% para 60%**

Março - Aumento do IOF sobre as compras com cartão de crédito no exterior: **de 2,38% para 6,38%**

Abril - Aumento do IOF sobre empréstimos em moeda estrangeira: **com prazo médio de até 720 dias de 0,0% para 6,0%**

Julho - Alteração da regulamentação do IOF sobre derivativos de câmbio: **de 0,0% para 1,0%**

- Recolhimento diário compulsório e encaixe obrigatório sobre posição vendida de câmbio – de 0,0% para 60% sobre a parcela que exceder o menor dos dois valores:
a) US\$ 3 bilhões; ou
b) média aritmética dos valores correspondentes ao nível 1 do PR apurado.
- Elevação da alíquota de IOF nas operações de câmbio de **2,38% para 6,38%**, destinadas ao pagamento de despesas efetuadas pelo cartão de crédito referentes à aquisição de bens e serviços no exterior.
- Aumento da alíquota do IOF sobre o valor ingressado, com operação de câmbio contratada, referente a empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio de **até 720 dias: de 0,0% para 6,0%.**
- Aumento da exigência de depósito compulsório sobre as posições vendidas de bancos no mercado à vista. O limite para cada instituição passou **de US\$ 3 bilhões para US\$ 1 bilhão**, ou o valor equivalente ao patrimônio de referência. O que exceder esses patamares terá incidência de compulsório.
- Alteração da regulamentação do IOF, com imposto **de 1,0%** sobre posições vendidas líquidas com derivativos de câmbio. Obrigação de pagamento de IOF também sobre os empréstimos de prazo superior a **720 dias** que forem liquidados antes.

Fonte: Ministério da Fazenda – Apresentação do Ministro Guido Mantega na CAE (Senado Federal), março 2012

Medidas de defesa cambial (2012)

2012

Continuidade da acumulação de **reservas internacionais**.

Redução da taxa SELIC.

Março - Aumento do prazo para incidência do IOF de 6,0% sobre empréstimos em moeda estrangeira: **de 720 para 1080 dias.**

Março - Aumento do prazo para incidência do IOF de 6,0% sobre empréstimos em moeda estrangeira: **de 1080 para 1800 dias.**

Março - Aumento do IOF para operações de PA para prazos superiores a 360 dias: **de 0,0% para 6,0%.**

- Reservas passaram de **US\$ 194 bi**, em 2008, para **US\$ 355 bi**, em março de 2012.
- Redução de **12,5% em agosto** de 2011, para **9,75% em março** de 2012.
- Aumento da alíquota do IOF sobre o valor ingressado, com operação de câmbio contratada, referente a empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio de até 1080 dias: **de 0,0% para 6,0%.**
- Aumento da alíquota do IOF sobre o valor ingressado, com operação de câmbio contratada, referente a empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio de até 1800 dias: **de 0,0% para 6,0%.**
- Aumento da alíquota do IOF sobre operação de Pagamento Antecipado ao exportador (PA) para prazos superiores a 360 dias: **de 0,0% para 6,0%.**

I. Estímulos à Produção, Investimento e Inovação

Revitaliza II: Financiamento do investimento associado ao capital de giro

Setores:

- Beneficiamento de madeira e couro
- Calçados e artefatos de couro
- Têxtil e confecção
- Frutas (in natura e processadas)
- Cerâmicas
- Softwares e prestação de serviços de tecnologia de informação
- Bens de capital (exceto veículos automotores)
- Autopeças

PSI – III

Programa de Sustentação do Investimento

- Bens de capital e componentes.
- Pro-caminhoneiro
- Tratores e máquinas agrícolas
- Bens de informática e telecomunicações
- Inovação tecnológica e engenharia

II. Defesa da Indústria e do Mercado Interno

Política do Conteúdo Local e Inovação

- Inovação
- Aumento do valor agregado
- Componentes nacionais
- Assegurados os regimes regionais e o Acordo com o Mercosul.

Redução de Alíquota do ICMS Interestadual

Projeto de Resolução nº 72/2010, do Senado Federal

- Reduz a alíquota do ICMS interestadual de bens importados.
- Ampliar a lista de ex-tarifários do Mercosul com mais de 100 produtos

Financiamento ao Investimento

- Programa de capital de giro (PROGEREN)
- Revitaliza II: Financiamento do investimento associado ao capital de giro.

Estímulo à Inovação

- Aumentar carteira da FINEP com recursos para inovação

Medidas Tributárias

- Desoneração de IPI:
 - . bens de capital
 - . material de construção
 - . caminhões e veículos comerciais leves
- Redução do tempo para utilização do crédito PIS/Cofins sobre bens de capital.

Compras Governamentais

Lei nº12.349, de 15 de dezembro de 2010

Estabelece a preferência para aquisição de bens e serviços nacionais com margem de preferência até 25% sobre produtos importados.

Medidas Tributárias

- **Projeto piloto até 2012:**
 - . Desoneração da folha de pagamentos.
 - . Setores intensivos em mão de obra.
 - . Comitê tripartite de acompanhamento

III. Estímulos às Exportações e Defesa Comercial

Reintegra

- Geração de novo crédito presumido de IPI acumulado na cadeia produtiva das exportações do setor manufatureiro

Crédito de PIS/COFINS Exportações

- **Acelerar a devolução:** Instituição de força-tarefa para analisar os pedidos correspondentes a R\$ 19 bilhões de ressarcimento.
- A partir de outubro de 2011, empresas com **escrituração fiscal digital** terão processamento e pagamento em 60 dias.
- A partir de março de 2012, escrituração fiscal digital será **obrigatória para todas as empresas**.

Financiamento às Exportações

- Criação do Fundo de Financiamento para exportações por MPes (PROEX financiamento).
- Agilização da aprovação de equalização de taxas de juro (PROEX equalização).
- Operações padronizadas de seguro de exportação para PMEs (FGE).

Defesa Comercial

- Criação do **Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GICEX)**
- Envio de Informações à Secex para **investigação de circumvention**.
- **Fortalecimento dos procedimentos especiais de controle**
- Normas para controles especiais no despacho de importação: linha cinza para suspeita de fraudes.
- **Programa de Cadastramento dos Importadores**

Macro Prudenciais, agosto 2011

- O Banco Central retira parte das medidas macro prudenciais aplicadas em dezembro de 2010. BC reduz de 16,5% para 11% o requerimento de capital mínimo para empréstimos ao consumo em operações de prazo máximo de 60 meses.
- Além disso, o BC diminuiu de 20% para 15% o percentual mínimo de pagamento das faturas de cartão de crédito.

Primeiro Pacote, dezembro 2011

- Governo anuncia a redução de 3% para 2,5% do IOF que incide sobre operações de crédito ao consumidor.
- Redução do IPI sobre eletrodomésticos da linha branca (geladeiras, fogões e máquinas de lavar)
- Redução do PIS/Cofins sobre massas.

Ampliação do Brasil Maior, abril 2012

- Desoneração da folha de pagamento é ampliada, agora ao todo são 15 setores contemplados. Os quatro que contavam com o estímulo tiveram as alíquotas da nova contribuição previdenciária que incide sobre o faturamento reduzidas de 2,5% para 2% (Software e Call Center) e de 1,5% para 1% (couro e calçados e confecções).
- Tesouro repassa R\$ 45 bilhões ao BNDES
- Forte redução das taxas de juros de linhas especiais do BNDES, incluindo Finame e PSI.
- Anuncio das linhas gerais do novo regime automotivo, que passa a vigorar em janeiro 2013.

Redução dos Juros ao Consumidor, abril 2012

- Banco do Brasil e Caixa Econômica começam a reduzir os juros.

Incentivos Tributários, abril 2012

- Isenção do IPI sobre móveis
- Prorrogação do IPI reduzido para itens da linha branca.

Fim da “guerra dos portos” , abril 2012

- Senado aprova o Projeto de Resolução 72, que estabelece alíquota única de 4% de ICMS interestadual para produtos importados a partir de janeiro de 2013, dando fim à “guerra dos portos”.

Nova Caderneta de Poupança, maio 2012

- Governo anuncia nova regra de remuneração da caderneta de poupança, que, segundo o próprio ministro da Fazenda servia de “taxa” para redução da Selic.

Medidas Emergenciais para Veículos, maio 2012

- Governo libera R\$ 18 bilhões do depósito compulsório dos bancos para financiamento de carros novos.
- Redução do IOF para crédito ao consumidor de 2,5% para 1,5%, retomando ao patamar vigente até 31 de agosto.
- Redução o IPI para indústria automobilística, com prazo de validade até 31 de agosto.

Incentivos para o Investimento, junho 2012

- BNDES disponibilizada linha especial de crédito de R\$ 20 bilhões para os Estados.
- Incentivos às Parcerias Público-Privadas (PPP) com a mudança de tratamento tributário para as contratações pagas pelo setor público às empresas.
- Elevação do limite dos Estados para contratação.

PAC Equipamentos

- Governo lança PAC-Equipamentos, programa de R\$ 8,4 bilhões em compras governamentais com margens de preferência para o produtor nacional.
- O pacote é concentrado em ônibus escolares, itens de defesa (como uniformes e tanques), caminhões, retroescavadeiras, fármacos e equipamentos hospitalares.
- Redução da TJLP de 6% para 5,5% ao ano.

Ampliação da Desoneração da Folha de Pagamentos

Não haverá impacto sobre a Previdência Social

- A desoneração dos novos setores entrará em vigor a partir de janeiro de 2013.
- A União compensará qualquer perda de arrecadação previdenciária com recursos do Tesouro.
- Parte da desoneração será compensada com o adicional de 1% da Cofins sobre Importações.
- Não demissão de trabalhadores
- Aumento da formalização do trabalho
- Aumento dos investimentos
- Eliminação da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamentos:
- Ampliação da lista dos setores beneficiados
- Desoneração se aplica a parte de indústria, alimentos e serviços.
- Em lugar da contribuição a folha, os setores pagarão alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento.
- Grande impacto em 2013:
- A redução de tributos será de R\$ 12,8 bilhões, que corresponde a 0,26% do PIB de 2013 de R\$ 4,9 bilhões.

Depreciação Acelerada de Bens de Capital, setembro 2012

- Válida para todas as aquisições de bens de capital: máquinas e equipamentos (agrícolas, industriais, comerciais).
- Para todos os setores produtivos.
- Bens de capital adquiridos entre 15/set e 31/dez/2012.
- Depreciação Contábil (Atual): 10 anos.
- Passa para 5 anos.

Medidas de Estímulo à Construção Civil, dezembro 2012

Desoneração da Folha de Pagamentos

- Faturamento no final do processo.
- Renúncia por fluxo de caixa (1º ano) R\$ 970 milhões

Redução do Regime Especial de Tributação (RET) de 6% para 4% sobre o faturamento

- Redução da alíquota do Regime Especial de Tributação (RET) da construção civil: de 6% para 4% sobre o faturamento.
- Impacto anual estimado: R\$ 411 milhões (2013).

Aumento do limite do “RET Social” (1%) para R\$ 100.000,00

- Situação atual: RET para projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social tem alíquota de apenas 1% sobre o faturamento.
- Proposta: ampliar o valor máximo do imóvel para aplicação desta alíquota: de R\$ 85 mil para R\$ 100 mil
- Impacto anual estimado: R\$ 97 milhões (2013)
- Divisão da alíquota do “RET social”:
- IRPJ: 0,31%
- CSLL: 0,09%
- COFINS: 0,44%P
- PIS: 0,16%

Capital de Giro da Caixa Econômica Federal

- Objetivo: Disponibilizar, para a construção civil, capital de giro com preços e prazos competitivos, concessão rápida e utilização ágil, simplificada e automatizada.
- Empresas com faturamento até R\$ 50 milhões anuais.
- Características:
 - Limite de até R\$ 100 mil -Garantia de Aval
 - Limite de R\$ 100 mil a R\$ 1 milhão-Garantias Reais.
 - Prazo: até 40 meses.
 - Taxa altamente competitiva (0,94% ao mês), para todos prazos e clientes.
 - Limite recomposto automaticamente
 - Renovação automática da operação a cada 12 meses
- Orçamento Disponível: R\$ 2 bilhões

Desoneração da Folha de Pagamentos: Comércio Varejista, dezembro 2012

- Extensão do benefício da desoneração da folha de pagamentos para o “Comércio Varejista”.
- Eliminação da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamentos.
- Em lugar da contribuição sobre a folha, o setor pagará alíquota de 1% sobre o faturamento.
- Impacto estimado em 2013 (anualizado): a redução de tributos será de R\$ 1,91 bilhões.
- Por força da noventena, a desoneração deste novo setor entrará em vigor a partir de abril de 2013, com renúncia fiscal de R\$1,27 bilhões no ano 2013.
- Impacto anual estimado em 2014: R\$ 2,10 bilhões.
- A União compensará a perda de arrecadação previdenciária com recursos do Tesouro.

Importância dos 42 setores beneficiados

- 59% das exportações manufaturadas.
- 22% das exportações brasileiras.
- 32% dos empregados celetistas, sendo 9,5% de participação do Comércio Varejista.
- 24% da massa salarial, sendo 3,4% de participação do Comércio Varejista.
- 19% da receita bruta total da economia, sendo 3,6% de participação do Varejo.

Essa medida de desoneração vem complementar as ações de:

- Redução geral dos juros e novo PSI/BNDES.
- Política cambial com o Real mais competitivo.
- Política social e de emprego que reforça o mercado interno.
- Política de expansão do investimento e do PAC.
- Novas Concessões em Infra-estrutura
- Redução do Custo de Energia
- Reforma no ICMS

Programa de Sustentação do Investimento, dezembro 2012

- Para viabilizar o crescimento da economia de 4% em 2013, é preciso impulsionar o investimento, que deve crescer em torno de 8%.
- Financiamento do investimento: créditos públicos e privados.
- Desenvolvimento de novo mercado de capitais
 - Debêntures de infraestrutura
 - Debêntures de investimento
 - Extensão de benefícios para os FIDCs de Infraestrutura.
 - PSI 2013 e nova TJLP.

Nova TJLP

- Redução da TJLP de 5,5% para 5,0%

PSI 2013 – R\$ 100 bilhões

- BNDES: R\$ 85 bilhões
- Sistema bancário (recursos próprios): R\$ 15 bilhões
- Liberação mais rápida.
- Inclusão de leasing.
- O PSI é repassado pelo BNDES para a rede de agentes financeiros, ou seja, para os principais bancos privados e públicos.